



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUCAS CIDADE GARCEZ

**ECONOMIA CATARINENSE: UM ESTUDO SOBRE SUA TRAJETÓRIA E
COMPLEXIDADE ECONÔMICA**

FLORIANÓPOLIS

2017

LUCAS CIDADE GARCEZ

**ECONOMIA CATARINENSE: UM ESTUDO SOBRE SUA TRAJETÓRIA E
COMPLEXIDADE ECONÔMICA**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Arend.

FLORIANÓPOLIS

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10,00 ao aluno Lucas Cidade Garcez na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Arend

Prof. Dr. Pablo Felipe Bittencourt

Prof. Dr. Guilherme de Oliveira

A Deus pela oportunidade de ter uma vida melhor todos os dias. Aos meus pais, James e Kátia, por todo o carinho, amor e confiança de todos esses anos. À minhas tias, Neusa e Cleusa por todo suporte.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina. Por todos esses anos de oportunidades me oferecidos, desde os tempos do jardim de infância onde passei belas tardes de aprendizado que moldaram minha personalidade, onde fiz meus primeiros amigos, onde aprendi importantes valores de vida, de quando só tenho ótimas lembranças ao meu retorno na graduação onde pude adquirir valioso conteúdo profissional que influenciará positivamente minha carreira.

Ao professor Marcelo Arend por ter me oferecido oportunidade única de aprendizado com este estudo, no qual pude adquirir conhecimentos que me permitiram uma nova visão sobre meu estado natal. Também por seu auxílio e paciência nessa caminhada, sempre me ajudando quando necessário. Ao professor Daniel Castelan pelos esclarecimentos nesta tarefa difícil que é desenvolver um projeto e trabalho de conclusão. À professora Patrícia Arienti pela atenção dedicada a mim durante todas as vezes que a procurei, pela oportunidade de participar de um projeto de extensão muito construtivo como o Jornal O Visto, meu momento mais feliz na faculdade, e em especial pelos primeiros dias de aula, quando eu aluno de ingresso em chamadas posteriores estava cheio de dúvidas que foram pacientemente respondidas por ela.

À minha família. Aos meus pais, por todo o carinho de todos os dias, nesses vinte e três anos convivendo juntos. Pela infância feliz que me proporcionaram. Pelos valores éticos ensinados, que me moldam e me guiam sempre. Pela oportunidade de ter tido acesso ao melhor do ensino. Por todo sacrifício e dedicação. Às minhas tias Neusa e Cleusa, por toda a atenção, amor e suporte quando sempre necessitei, desde os meus primeiros dias de vida. Aos meus avós, que em vida sempre fizeram o máximo por mim. A minhas tias, tio e primos a quem tem muito carinho e tenho certeza da reciprocidade.

Aos meus amigos. Ao Erik, por ser meu companheiro de diversão e alegrias nesses últimos 15 anos, assim como pelo companheirismo e carinho de sua família. Ao Matheus e André pela amizade nos tempos de colégio. À Isabella e Jonatan, por serem grandes amigos de um valor enorme, pelas tardes de discussões, conversas, provas, momentos de diversão nesses anos todos. Por terem sido meu ponto de apoio e terem sempre me ajudado. Ao Gabriel Ceron, Gabriel Piccinini, Everton, Jonathan Siebauer, Gabriela e Wesley por ótimos momentos durante toda a faculdade.

À AIESEC e ao Rotaract e seus membros, por me proporcionarem momentos de grande aprendizado, crescimento e alegria.

You only live twice, or so it seems. One life for yourself, and one for your dreams. (You Only live twice, Nancy Sinatra, 1967).

RESUMO

Este estudo procura compreender a economia do Estado de Santa Catarina através da apresentação de sua trajetória histórica e atual panorama. Para alcançar este objetivo, no primeiro capítulo será apresentado o levantamento histórico, através de bibliografia e dados, da formação territorial e das localidades existentes com diferentes regiões; das decisões e planos governamentais e suas consequências, da infraestrutura presente no estado, dos seus setores econômicos e a trajetória destes. Em um segundo momento, o trabalho apresenta teoria econômica que relaciona a pauta de exportação de uma localidade ao grau de complexidade de uma economia, a chamada Teoria da Complexidade Econômica. No terceiro capítulo, o estudo relaciona tal teoria à realidade catarinense, expondo os principais itens de exportação do estado e os relacionando como de alta, média ou baixa complexidade. Além disso, compara a economia catarinense com a dos demais estados brasileiros. Por fim, é apresentada uma comparação entre as diferentes regiões de Santa Catarina.

PALAVRAS CHAVE: Complexidade Econômica; Santa Catarina; Economia; História.

ABSTRACT

This study seeks to understand the economy of Santa Catarina State through a presentation of its historical and current panorama. To achieve this goal, the first chapter will present a historical survey, through bibliography and data, of the territorial formation and of the existing localities within different regions; of government decisions and plans and their consequences, of the infrastructure present in the state, its economic sectors and their trajectory. In a second moment, the work presents economic theory that relates the export agenda of a locality to the degree of complexity of an economy, the so-called Theory of Economic Complexity. In the third chapter, the study relates this theory to the reality of Santa Catarina, exposing the main export items of the state and classifying them as high, medium or low complexity. In addition, it compares the economy of Santa Catarina with other Brazilian States. Finally, a comparison between the different regions of Santa Catarina is presented.

KEYWORDS: Economic Complexity; Santa Catarina; Economics; History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das Mesorregiões de Santa Catarina	28
Figura 3 - Atividades econômicas das mesorregiões catarinenses	52
Figura 4 - Ubiquidade e Diversidade de um país	58
Figura 5 - Complexidade econômica x PIB per capita 2014	60
Figura 6 - O Espaço Produto	63
Figura 7 - Os 15 produtos de maior complexidade para a produção (PCI Value) em 2014	64
Figura 8 - Os 15 países com maior complexidade econômica em 2014	65
Figura 9 - Exportações da Alemanha em 2014 (Tree Map e Espaço Produto)	66
Figura 10 - Exportações do Brasil em 2014 (Tree Map e Espaço Produto)	67
Figura 11 - Exportações da Nigéria em 2014 (Tree Map e Espaço Produto)	68
Figura 12 - Mapa de exportações de Santa Catarina em 2014	71
Figura 13 - Exportações de Santa Catarina 2000-2014	77
Figura 14 - Espaço produto dos Estados brasileiros em 2014	80
Figura 15 - IDH-R Brasil 2014	89
Figura 16 - Espaço produto das Mesorregiões catarinenses (2014)	90
Figura 17 - Divisão microrregional catarinense e desenvolvimento econômico do Estado	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Os 10 primeiros municípios catarinenses emancipados por data de fundação.....	23
Tabela 2 - Crescimento das principais cidades de Santa Catarina 1980 - 2000	27
Tabela 3 - Estrutura econômica de Santa Catarina ao fim do século XVIII	38
Tabela 4 - Crescimento do PIB Catarinense 1971-1990	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Habitantes em Santa Catarina 1805-1840.....	22
Gráfico 2 - Itens distintos exportados por Santa Catarina (2000-2014).....	78
Gráfico 3 - Diversidade de bens exportados entre os Estados Brasileiros (2000-2014)	87
Gráfico 4 - Número de bens de maquinário, químicos e instrumentos em estados selecionados	88
Gráfico 5 - Número de bens distintos exportados pelas mesorregiões catarinenses (2000-2014)	91
Gráfico 6 - Produção de produtos de maior complexidade pelas Mesorregiões catarinenses..	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
BDE	Banco de Desenvolvimento do Estado
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento Econômico
BMW	<i>Bayerische Motoren Werke</i>
SC Gás	Companhia Estadual de Gás
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina
ERUSC	Eletrificação rural do Estado
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
FIESC	Federação das Indústrias de Santa Catarina
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
FADESC	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDI	Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
OEC	Observatório de Complexidade Econômica
PCD	Plano Catarinense de Desenvolvimento
PLAMEG	Plano de Metas de Governo
POE	Plano de Obras e Equipamentos
PND II	Plano Nacional de Desenvolvimento
PCI	<i>Product Complexity Index</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PRODEC	Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
PROCAPE	Programa Especial de apoio à Capitalização de Empresas
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
TELESC	Telecomunicações de Santa Catarina
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UDESC	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 HISTÓRIA ECONÔMICA, POPULACIONAL E SOCIAL DE SANTA CATARINA	18
1.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E A FORMAÇÃO DAS MESORREGIÕES CATARINENSES	18
1.1.1 Os primeiros anos de colonização e povoamento.....	18
1.1.2 O século XIX e a expansão dos núcleos coloniais	21
1.1.3 A consolidação territorial e populacional no século XX	25
1.1.4 A divisão regional do IBGE	27
1.2 INFRAESTRUTURA ESTADUAL	29
1.2.1 A histórica falta de infraestrutura	29
1.2.2 A ação governamental e o crescimento gradual da rede de transportes, energia e comunicações.....	30
1.2.3 Estruturação financeira, entidades empresariais e empresas públicas	34
1.2.4 Setor educacional.....	36
1.3 SETORES ECONÔMICOS E SUA TRAJETÓRIA.....	37
1.3.1 A economia de subsistência nos primeiros séculos de ocupação	37
1.3.2 O nascimento da indústria catarinense (1880-1940)	40
1.3.3 A diversificação das atividades industriais (1940-1980)	43
1.3.4 Anos 1980 e 1990.....	47
1.3.5 Anos 2000 e atualidade.....	50
1.4 SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO 1	53
2 A TEORIA ECONÔMICA DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA	54
2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A TEORIA	54
2.2 CONHECIMENTO INDIVIDUAL E AQUELE EXPRESSO PELA SOCIEDADE	55
2.3 CONCEITOS DE UBIQUIDADE E DIVERSIDADE	56
2.4 A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA E A RENDA PRESENTE E FUTURA DE UMA REGIÃO	59
2.5RELAÇÃO ENTRE COMPLEXIDADE ECONÔMICA, CRESCIMENTO ECONÔMICO LOCAL E NÍVEL INSTITUCIONAL DE DETERMINADA REGIÃO	61
2.6 O ESPAÇO PRODUTO	62
2.7 ÍNDICE DE COMPLEXIDADE DO PRODUTO E COMPLEXIDADE ECONÔMICA	63

2.8 SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO 2.....	68
3 UM ESTUDO SOBRE A COMPLEXIDADE ECONÔMICA CATARINENSE ATRAVÉS DE SUAS EXPORTAÇÕES.....	70
3.1 UMA DESCRIÇÃO SOBRE OS PRODUTOS EXPORTADOS POR SANTA CATARINA NO ANO DE 2014.....	70
3.1.1 Vinte e cinco principais produtos exportados em 2014: máquinas.....	72
3.1.2 Vinte e cinco principais produtos exportados em 2014: produtos de origem animal, produtos de origem vegetal, gêneros alimentícios	73
3.1.3 Vinte e cinco principais produtos exportados em 2014: produtos de madeira e outros artigos de mobiliário.....	74
3.1.4 Vinte e cinco principais produtos exportados em 2014: demais itens	75
3.1.5 Considerações sobre os principais produtos exportados por Santa Catarina	76
3.2 SANTA CATARINA SOB A ÓTICA DO BRASIL	80
3.2.1 Economia Catarinense x Região Norte.....	81
3.2.2 Economia Catarinense x Região Centro-Oeste.....	82
3.2.3 Economia catarinense x Região Nordeste	83
3.2.4 Economia catarinense x Sul e Sudeste	85
3.2.5 Considerações sobre a economia de Santa Catarina comparada à dos demais estados brasileiros.....	86
3.3 UM ESTUDO SOBRE AS EXPORTAÇÕES DAS MESORREGIÕES CATARINENSES.	89
3.3.1 Considerações gerais sobre a complexidade das mesorregiões	90
3.3.2 Grande Florianópolis	92
3.3.3 Norte Catarinense.....	92
3.3.4 Oeste Catarinense	93
3.3.5 Serrana	94
3.3.6 Sul Catarinense	94
3.3.7 Vale do Itajaí.....	95
3.3.8 A complexidade econômica e a renda estadual.....	96
3.4 SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO 3	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

Santa Catarina é uma das vinte e sete unidades federativas que compõe o Brasil. O estado é formado por duzentos e noventa e cinco municípios e apresenta uma área de valor aproximado em noventa e seis mil quilômetros quadrados (IBGE, 2017).

Nos últimos vinte e cinco anos a população catarinense cresceu cerca de cinquenta e três por cento. Em 2016, possuía aproximadamente sete milhões de habitantes. Tal contingente populacional se distribui em municípios considerados médios e pequenos. Não há nenhuma cidade no Estado com 1 milhão de habitantes ou valor superior a este. Há como característica local a formação de polos regionais em cada uma das mesorregiões do Estado. Assim, municípios como Joinville, Blumenau, Lages, Criciúma e Chapecó apresentam população considerável, com valor próximo ao apresentado pela capital Florianópolis, o que faz de Santa Catarina uma exceção entre os Estados Brasileiros, que têm como característica geral grande concentração populacional nas capitais (IBGE, 2017).

A distribuição populacional do estado é consequência do seu processo de desenvolvimento. Cada região de Santa Catarina apresenta uma dinâmica de evolução própria. Suas principais cidades foram fundadas em períodos distintos, por grupos de imigrantes também com características próprias entre si. A comunidade colonizadora detinha diferentes concepções econômicas que necessitavam se adaptar à realidade local. Assim, enquanto determinadas regiões catarinenses possuíam como foco em suas atividades econômicas o extrativismo ou atividades agrícolas, outras buscaram dentro das possibilidades existentes maior industrialização. Por exemplo, no sul do Estado por muitos anos a economia esteve atrelada à exploração carbonífera, ao passo que no vale do Itajaí a indústria têxtil com o passar dos anos exerceu grande influência (CABRAL, 1970; PIAZZA, 1983; GOULARTI FILHO, 2016).

Ao mesmo tempo, entre estas regiões se configurava uma situação de isolamento. Tal acontecimento foi provocado pela falta de uma infraestrutura adequada que proporcionasse sua integração mesmo tratando-se de um dos menores territórios da união. Até o início do século XX raras eram as ligações existentes entre uma região e outra. No início daquele século ocorreu um aumento tímido dos investimentos, mas apenas a partir dos anos 1950 a infraestrutura local recebe maior investimento. A partir do mesmo período Santa Catarina obteve incremento em suas fontes de recursos, passando a receber também maior suporte institucional com a formação de empresas públicas de suporte econômico, organizações

empresariais e desenvolvimento do setor educacional (CABRAL, 1970; PIAZZA, 1983; GOULARTI FILHO, 2016).

O processo de desenvolvimento regional, bem como da infraestrutura, influencia o desempenho da economia catarinense. Santa Catarina inicia o século XXI como a sexta ou sétima maior economia brasileira, apresentando esta pequena variação no ranking entre 2000 e 2014. O Estado apresentou em 2014 um Produto Interno Bruto de R\$ 178 milhões de reais, ou quatro por cento da economia nacional, sendo superado por São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná (FIESC, 2015). O Produto Interno Bruto é tradicionalmente um dos meios de compreensão da riqueza de um país ou região.

Entretanto, diversas são as teorias e estudos econômicos que procuram compreender, através de métodos inovadores, a estrutura de produção das regiões e sua influência na economia das mesmas. Um novo modelo foi apresentado nos últimos anos, sendo desenvolvido por pesquisadores da escola de negócios da Universidade Harvard em parceria com o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), a partir da década de 2000. A teoria se utiliza do estudo sobre a pauta exportadora dos locais, apresentando um comparativo que visa analisar o quão diferenciado são os produtos exportados por determinada região. Cada produto ali exportado é resultado do conhecimento humano e organizacional desta região e está relacionado com outros produtos de conhecimento semelhante em uma rede de produção. Estes produtos, por sua vez, possuem complexidade diferenciada podendo ser mais ou menos difícil a sua produção. Locais que produzam itens de maior elaboração e que apresentam uma pauta de exportação com um maior número de produtos tendem, de acordo com a teoria, a apresentar melhores índices de renda por seus habitantes neste período ou no futuro, uma vez que o conhecimento desta região apresente evolução. Este estudo foi denominado de Teoria da Complexidade Econômica.

Sendo assim, o objeto de estudo deste trabalho é a economia catarinense. Há a busca por parte do trabalho de apresentar a trajetória de formação da economia do Estado de Santa Catarina através do estudo da obra de importantes autores regionais. Por outro lado, se procura desenvolver um estudo que permita a utilização da Teoria da Complexidade Econômica em conjunto com dados locais de modo a compreender a realidade regional.

O objetivo geral é caracterizar a economia catarinense de acordo com a Teoria da Complexidade Econômica de Ricardo Hausmann e Cesar Hidalgo. Dessa forma, o estudo propõe compreender se a atual matriz econômica do estado referente aos seus produtos exportados é caracterizada por produtos de alta ou baixa complexidade econômica. Pretende-se comparar tal matriz com as demais unidades federativas brasileiras, bem como diferenciar

a complexidade dos produtos e a diversidade produtiva de cada mesorregião catarinense. São objetivos específicos: a) apresentar o processo de formação territorial e socioeconômica de Santa Catarina e das mesorregiões catarinenses; b) apresentar a teoria da complexidade econômica.

O estudo procura responder os seguintes questionamentos: I- Os principais produtos exportados por Santa Catarina apresentam, em geral, qual grau de complexidade? II- Qual a complexidade e diversidade apresentada pela economia catarinense, se comparada com a pauta exportadora dos demais estados brasileiros? III- Quais mesorregiões catarinenses apresentam uma pauta de exportação mais diversificada e com produtos mais sofisticados?

A metodologia adotada procurará dividir o trabalho em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar o processo de formação socioeconômica do Estado de Santa Catarina e estará dividido em três tópicos, sendo estes, o processo de formação territorial e a formação das mesorregiões catarinenses, ações governamentais e empresariais, bem como, a infraestrutura estadual e setores econômicos e sua trajetória. Deste modo, buscará apresentar o desenvolvimento territorial e populacional de Santa Catarina, a evolução de sua infraestrutura e o caminho percorrido pela economia estadual.

O segundo capítulo tem como meta apresentar a Teoria da Complexidade Econômica. Para isso utilizará o artigo *The building blocks of economic complexity* e a obra Atlas da Complexidade Econômica, além do uso de dados do Observatório de Complexidade Econômica. O capítulo se inicia com um breve histórico acerca do desenvolvimento teórico do estudo. Em seguida, são apresentados os principais conceitos relacionados à obra de Hausmann e Hidalgo, como o processo de aprendizado individual e aquele apresentado pela sociedade, os conceitos de ubiquidade e diversidade, a relação entre complexidade econômica com renda, bem como com o crescimento econômico e nível institucional, e por fim, o desenvolvimento do chamado espaço produto e seu índice, o Índice de Complexidade do Produto (PCI).

Por fim, o terceiro capítulo relacionará a Teoria da Complexidade Econômica com a pauta de exportação do Estado de Santa Catarina. Na primeira seção do capítulo se procura compreender a complexidade de produto (PCI) dos principais produtos exportados por Santa Catarina. Para isso, é apresentado um comparativo entre os vinte e cinco produtos com maior valor exportado em 2014, procurando responder entre esses itens, qual a participação de produtos de alta, média e baixa complexidade. O mesmo ocorre para os anos de 2000, 2004, 2007 e 2010. Na segunda seção do capítulo é apresentado comparativo entre Santa Catarina e

as demais unidades federativas do Brasil, buscando compreender a ubiquidade dos produtos exportados e a diversidade de uma variedade de itens de exportação entre esses Estados. A última seção do capítulo se destina a comparar a pauta exportadora das mesorregiões catarinenses buscando identificar diferenças na complexidade dos produtos e na diversidade produtiva destas regiões. Para todo este capítulo se apresentará um índice econômico, no qual produtos de alta complexidade serão aqueles com PCI superior a 1,2 e os produtos de média complexidade terão valor entre 0,5 e 1,2. Valores abaixo de 0,5 serão atribuídos a produtos de baixa complexidade. Os valores seguirão a indicação do Observatório de Complexidade Econômica do MIT.

1 HISTÓRIA ECONÔMICA, POPULACIONAL E SOCIAL DE SANTA CATARINA

Este primeiro capítulo tem como objetivo apresentar ao leitor a formação territorial, estrutural e econômica do Estado de Santa Catarina. Deste modo, o autor acredita poder explicar e contextualizar a caracterização do atual cenário econômico da unidade federativa objeto de estudo deste trabalho. O capítulo está dividido em três partes. A primeira aborda a evolução territorial do Estado, o processo de fundação dos principais municípios catarinenses e suas desmembrações, a evolução do número de municípios e da população catarinense, ressaltando os municípios mais populosos. A segunda parte busca contextualizar a infraestrutura catarinense historicamente, destacando períodos governamentais e planos de governo, bem como a rede de infraestrutura local formada ao longo do tempo. A terceira parte descreve a evolução histórica das principais atividades econômicas desenvolvidas por Santa Catarina desde o início de sua ocupação e colonização, apontando as áreas de localização destas atividades.

1.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E A FORMAÇÃO DAS MESORREGIÕES CATARINENSES

Santa Catarina apresenta um processo de formação territorial gradual. A exploração do território catarinense se fez por etapas. As diferentes regiões que compõem o estado apresentam processo de colonização iniciado em diferentes períodos históricos e com características próprias entre si.

1.1.1 Os primeiros anos de colonização e povoamento

Cabral (1970) registra que após sua expedição inicial, Martim Afonso de Souza estabeleceu o primeiro povoamento brasileiro, localizado no atual estado de São Paulo, o povoamento de São Vicente em 1532. Se constatando a grandiosidade do território destinado a coroa portuguesa por parte dos tratados marítimos, se estabelece nestas novas terras o sistema de colonização das capitanias hereditárias já adotadas com sucesso anteriormente nas colônias portuguesas dos Açores e da Madeira. Para a capitania estabelecida no litoral catarinense, denominada Santo Amaro e Terras de Sant'Anna, é designado como proprietário Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso.

O território catarinense era uma das fronteiras estabelecidas entre as áreas destinadas a Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. Assim, ambas as nações visavam ocupar a região (CABRAL, 1970). Por parte da presença espanhola há registros da expedição de D. Alvar Cabeza de Vaca que se denomina governador de Santa Catarina antes de buscar atingir o Paraguai. Desta expedição 140 homens permanecem no litoral catarinense se unindo aos indígenas. Antes disso, sobreviventes de naufrágios já haviam sido os primeiros estrangeiros habitantes da Ilha de Santa Catarina e do litoral. Nestas expedições também são registradas as presenças de religiosos como freis e missionários jesuítas. Ocorrem também as expedições de Sanabria e Pedro Ortiz de Zarate, sendo a filha de Sanabria uma das fundadoras, junto ao marido, do povoado na Ilha de São Francisco. Contudo, conflitos entre povoadores e os nativos forçam a retirada dos primeiros do território (PIAZZA, 1983). Já a mando de Portugal há o falecimento de Pero Lopes em 1539 em expedição, nas proximidades de Madagascar. Martim Afonso por sua vez havia retornado a Portugal e nunca mais voltou à colônia brasileira, indo para a Índia onde também faleceu, quatro décadas mais tarde. Unem-se assim as terras de São Vicente, pertencentes a Martim Afonso e Santo Amaro e Sant'Anna de propriedade de Pero Lopes no abandono e em disputas por parte de representantes e familiares. A disputa permanece por dois séculos (incluindo o período de união portuguesa e espanhola, a União Ibérica entre 1580 e 1640). Ao fim, depois da posse do território por vários proprietários, a coroa portuguesa adquire novamente as terras em acordo registrado em São Paulo, já no ano de 1714 (PIAZZA, 1983). Piazza registra as consequências da disputa para a formação territorial catarinense. Não há preocupação com a divisão de terras entre os territórios paulista, posteriormente paranaense e catarinense. Tal confusão tem reflexos, por exemplo, no início do século XX,

[D]adas as administrações conjuntas havidas para as Capitânicas de São Vicente e Santo Amaro e Terras de Sant'Anna não se preocuparam os seus administradores em demarcar os seus limites e tal fato vai influir, no futuro, como se verá, entre as províncias de São Paulo e de Santa Catarina, no tocante às suas jurisdições e, posteriormente, se agravará com a criação da província do Paraná (1853) (Piazza, 1983, p.101).

Apesar da falta de uma administração efetiva da capitania durante o período de disputa entre os herdeiros e interessados pelas terras de Pero Lopes, registros apontam a presença de bandeirantes em território catarinense a partir do início do século XVII. Entre 1604 e 1620 foram realizadas as expedições de Diogo de Quadros, Lázaro da Costa e Manoel Preto. Este último é reconhecido como governador da ilha de Santa Catarina em 1629. As expedições dos

bandeirantes proporcionaram reflexos tanto no litoral, como também no interior catarinense. Os também denominados vicentistas, por serem originários da capitania de São Vicente, são responsáveis pela estruturação dos primeiros povoados de Santa Catarina (PIAZZA, 1983). Manoel Lourenço de Andrade exerce no desenvolvimento do povoamento já centenário em fundação da ilha do São Francisco promovendo sua elevação à vila e depois à paróquia na década de 1660. No mesmo período, Francisco Dias Velho parte de São Paulo e se fixa na Ilha de Santa Catarina iniciando a estruturação de Nossa Senhora do Desterro. Anos mais tarde foi morto por corsários, e seus descendentes retornariam a São Paulo fazendo a ilha sem colonização efetiva por mais algumas décadas. Mais ao sul, Domingos de Brito Peixoto estabelece o povoado de Santo Antônio dos Anjos da Laguna na década de 1670. Três decênios mais tarde, à época da sua morte e partida dos seus descendentes, seu povoado era o mais estruturado e importante da capitania à época. Apesar disso, Cabral (1970) registra que a morte de Manoel Lourenço de Andrade, o fim trágico de Dias Velho e a retirada para Santos do filho do fundador de Laguna, provocaria o abandono das povoações litorâneas catarinenses. Seriam poucos os recursos e moradores existentes (CABRAL, 1970). Pelo interior catarinense já transitavam tropeiros em rota estabelecida durante a década de 1720, ligando a colônia do Sacramento a São Paulo, passando por Curitiba (PIAZZA, 1983). A atividade principal era o transporte de gado. Em 1771, após três mudanças de local, Antônio Correia Pinto estabeleceu o lugar onde deveria edificar uma capela de madeira, fundando Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, o primeiro povoamento consolidado no interior catarinense. Nova rota é estabelecida entre Laguna e o povoamento serrano. Assim como uma rota conectando Lages ao Desterro. Por sua vez, há os caminhos do pastoreio, que acabam por ser a base econômica da região (CABRAL, 1970).

Durante todo o século XVIII a administração colonial passaria a buscar maior ocupação do território com destaque preferencial ao litoral. Inicialmente, nas três primeiras décadas daquele século a administração do território catarinense passou à capitania de São Paulo. Em 23 de Março de 1726 Nossa Senhora do Desterro é elevada à categoria de Vila. Em 1735 ocorre o ataque espanhol à Colônia do Sacramento no Rio da Prata (CABRAL, 1970). Tal atitude foi considerada uma ameaça às possessões portuguesas no sul da colônia. Deste modo a administração colonial inicia uma política de fortalecimento das ocupações na região. Em 1736 é estabelecida a capitania de Santa Catarina, que passa a reportar diretamente ao Rio de Janeiro, centro do Brasil meridional, sob o comando local do Brigadeiro José da Silva Paes. Durante os dez anos de seu governo Silva Paes fez programas de recrutamento de novos moradores. É no seu governo que intensifica a imigração açoriana que se distribui pela ilha de

Santa Catarina e litoral, estabelecendo comunidades denominadas de freguesias, o que prosseguiria pelas décadas seguintes (PIAZZA, 1983). O governador também executa no território obras e empreendimentos que pela primeira vez permitiram as vilas em conjunto serem consideradas uma unidade consolidada (CABRAL, 1970).

Diversos foram os tratados assinados por Portugal e Espanha naquele período. A metade do século XVIII seria marcada no atual sul do Brasil pela assinatura do Tratado de Madri. Este redefiniria limites portugueses e espanhóis e teria importância para Santa Catarina pelo ganho territorial de parcela do oeste do Estado. Passada a assinatura do tratado e seus complementares, assim como suas consequências como a guerra guaraníca, se iniciaram expedições para encontrar tais limites citados no texto do tratado e determinar as fronteiras. Contudo, erros referentes a nascentes de rios resultariam em conflitos no século seguinte entre brasileiros e argentinos sobre os seus limites territoriais (PIAZZA, 1983). O tratado de Madri de 13 de janeiro de 1750, conforme apresenta Sousa (1939), assim determina a fronteira brasileira e conseqüentemente os limites de Santa Catarina,

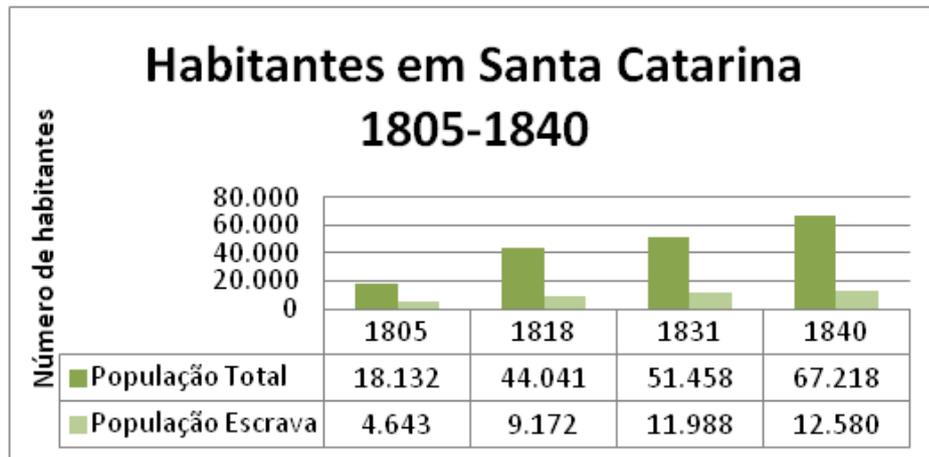
[S]ubirá desde a boca do Ibicuí pelo álveo do Uruguai, até encontrar o do rio Peipiri ou Pequiri, que deságua na margem ocidental do Uruguai; e continuará pelo álveo do Pepiri acima, até a sua origem principal;(…), que desemboca no rio Grande de Curitiba, por outro nome 5 chamados Iguaçu. Pelo álveo do dito rio mais vizinho da origem do Pepiri, e depois pelo do Iguaçu, (...) continuará a raia até onde o mesmo Iguaçu desemboca na margem oriental do Paraná; e desde esta boca prosseguirá pelo álveo do Paraná acima; até onde se lhe ajunta o rio Figurei pela sua margem ocidental (SOUSA, 1939, p. 4-5).

1.1.2 O século XIX e a expansão dos núcleos coloniais

Na década de 1770 ainda ocorreria a invasão espanhola à Ilha de Santa Catarina que duraria um ano e que seria resolvida pelo tratado de Santo Idelfonso (CABRAL, 1970). Já no período do Império Brasileiro, na década de 1820 se inicia um movimento de ocupação de novas regiões, quando surgem os primeiros movimentos no sentido de criação de povoamento entre o rio Camboriú e a Enseada das Garoupas. De mesmo modo, novos povoados se assentam na estrada ligando o Desterro a Lages. A década no sul do Brasil era marcada pela chegada dos primeiros imigrantes alemães. É neste contexto que surge a colônia de São Pedro de Alcântara, justamente neste caminho entre o litoral e a serra. A lei nº 49 de 15 de julho de 1836, por sua vez, permite a colonização feita por empresas e companhias. Seria este o caso da colônia Nova Itália no vale do Rio Tijucas. Surgiriam ainda na década de 30 dos anos 1800 as colônias próximas aos rios Itajaí-Açu e seu afluente Itajaí-Mirim, e a colônia Vargem

Grande com descontentes vindos de São Pedro de Alcântara e que se estabeleceram na atual Santo Amaro da Imperatriz (PIAZZA, 1983). Assim, com os novos povoamentos a populacional provinciana teria um primeiro momento de maior crescimento, se considerado o período histórico. Entre 1805 e 1840 a população catarinense cresceu 319%, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Habitantes em Santa Catarina 1805-1840



Fonte: Adaptado pelo autor baseado em Piazza (1983).

São José e Biguaçu se tornariam municípios ainda em 1833. O movimento colonizador permanece ativo com novas ondas migratórias destinadas a Santa Catarina. Na década de 1840 havia se estabelecido no litoral próximo a São Francisco do Sul uma tentativa de colônia inovadora, a colônia do Saí. Inspirada na ideia de Charles Fourier, Benoit Joseph More desenvolveu projeto que envolvia a criação de olarias e serrarias e mais atividades envolvendo o uso de maquinário, segundo Piazza (1983) faltou-lhe uma base agrícola para a subsistência dos artesãos e operários. Além disso, não ocorria mercado para consumir o que ali era produzido, fazendo com que a colônia não prosperasse.

Colônia importante estabelecida é da Dona Francisca. Esta é fruto de um dote matrimonial de uma das irmãs de Dom Pedro II, a dona Francisca casada com o Príncipe de Joinville. Uma vez refugiados por conta dos acontecimentos ocorridos na revolução de 1848 na França, estes se aproveitaram da herança. No ano seguinte é formada em Hamburgo a sociedade colonizadora que receberia a aprovação imperial em 1850. Logo em 1851 a colônia receberia suíços, noruegueses e alemães, ao passo que em 1865 já possuía uma população aproximada de 5.000 habitantes (PIAZZA, 1983). Joinville seria estabelecida como município no ano seguinte, Tijucas e Itajaí já haviam se emancipado em 1858 e 1859, respectivamente. (CABRAL, 1970). A partir da emancipação destes três municípios, Santa Catarina

apresentaria ao final dos anos 1860 dez municípios, conforme apresentado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1- Os 10 primeiros municípios catarinenses emancipados por data de fundação

Município	Data de Fundação /Emancipação	Emancipado de
São Francisco do Sul	1658	
Florianópolis	1660(fundação)-1726(vila)	
Laguna	1670	
Lages	1771	
Porto Belo	1832	São Francisco do Sul
Biguaçu	1833	Florianópolis
São José	1833	Florianópolis
Tijucas	1858	Porto Belo
Itajaí	1859	São Francisco do Sul
Joinville	1866	São Francisco do Sul

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Cabral (1970).

Ainda na década de 1850 ocorre em plano nacional a elaboração da Lei das terras (PIAZZA, 1983). Diz a lei, entre outras determinações, que o governo imperial fica autorizado a empregar colonos em estabelecimentos agrícolas assim como em colônias, e aqueles colonos que se estabelecessem em terras brasileiras poderiam ser naturalizados após dois anos (BRASIL, 1850). A lei das terras proporciona um surto colonizador segundo Piazza (1983), fazendo surgir mais colônias. Ainda na porção mais ao norte da província. Hermann Bruno Otto Blumenau nasce ao fim de 1819. Após se formar é contratado pela Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães embarcando para o Brasil em 1846. Dois anos após, este protocola pedido junto à presidência da província de Santa Catarina para a concessão de terras visando o estabelecimento da colônia. Em 2 de setembro de 1850 chegam os primeiros dezessete imigrantes que fundam a colônia Blumenau. O número de migrantes cresce nos anos seguintes, em 1854 eram 146, em 1856 e 1857, havia 199 e 204, respectivamente. O município de Blumenau fora estabelecido após três décadas em lei catarinense do ano de 1880. Brusque surge a partir da possibilidade de colonização das margens do rio Itajaí mirim, constatada sua boa navegabilidade, recebendo esse nome em homenagem ao presidente da província catarinense Francisco Carlos de Araújo Brusque. Após vinte anos de colonização a colônia contava com oito mil integrantes, tornando-se município em 1881. Por sua vez, parte da colônia se emancipa e forma o município de Nova Trento (PIAZZA, 1983).

No sul da província, novas colônias e municípios também se estabeleceram a partir do século XIX. Ainda em 1816, o comerciante João Teixeira Nunes estabeleceu em Laguna adquire novas terras e doa área para a construção de uma capela, formando uma freguesia ao redor em 1836. Em 1870 tal freguesia é estabelecida como vila, e por fim em 1890 torna-se o município de Tubarão. Em 1877 se estabelece a colônia Azambuja com 291 imigrantes vindos das regiões italianas de Treviso, Verona e Mantua. Após um ano a colônia contava com 80 casas, sendo três comerciais, além de cultivar videiras trazidas na viagem. Um dos núcleos da colônia Urussanga em 1885 possuía uma produção que excedia ao consumo, formada, por exemplo, pela produção de laticínios e suínos. Este núcleo viria a se tornar em 1900 o município de Urussanga. Araranguá se tornaria município em 1890 (CABRAL, 1970).

Na região conhecida hoje como Serrana, novos núcleos haviam se originado a partir da expansão das frentes pastoris. Entre 1836 e 1838 emergem os campos de Palmas e Guarapuava, estes localizados ainda na província de São Paulo, assim como os campos de Curitibanos e Campos Novos mais ao sul, sendo que em 1840 haviam se estabelecido no conjunto trinta e sete fazendas que possuíam dezesseis anos posteriores 36.000 cabeças de gado. O Paraná seria criado por decisão imperial em 1845. Na década de 1840 o ainda governo Paulista decidiu e encomendou a abertura de uma picada entre suas terras e o Rio Grande do Sul por onde se iniciaram novas expedições (PIAZZA, 1983). Em 1859, em um dos caminhos dos tropeiros é estabelecido o município de Curitibanos, estando localizado um pouco acima de Lages. Apenas em 1894 Campos Novos se emanciparia (CABRAL, 1970).

Todo esse processo havia proporcionado que entre 1851 e 1872 a população catarinense saltasse de aproximados 88 mil habitantes para cerca de 160 mil. Ainda em 1872 ocorre o recenseamento Geral do Império. O Desterro permanecia como maior cidade catarinense abrigando cerca de 26 mil moradores. Era seguida por São José com 19 mil e Laguna com 14 mil, na época Blumenau apresentava 10 mil moradores aproximados e Joinville próximo aos 8 mil (PIAZZA, 1983). Em 1890, com um novo censo promovido, o ainda Desterro possuía cerca de 30 mil habitantes, tendo sido superado pela vizinha São José como município mais populoso, está com aproximados 33 mil moradores. Blumenau havia passado de 10 mil para 27 mil habitantes em dezoito anos. Eram seguidos por Laguna com 19 mil, Tijucas com 18 mil, Tubarão com 15 mil, sendo Joinville, Itajaí, Araranguá e Lages com 14 mil cada. Mais ao oeste São Joaquim, Curitibanos e Campos Novos possuíam 5 mil habitantes aproximadamente cada. O então estado de Santa Catarina, com a mudança de nomenclatura por conta da república, contava ao total com vinte e dois municípios (PIAZZA, 1983).

1.1.3 A consolidação territorial e populacional no século XX

Na última década do século XIX, pelos acontecimentos da Revolução Federalista, a capital do Estado mudaria de nome adquirindo sua atual denominação de Florianópolis. O Império brasileiro terminara em 1889 e com a república se iniciou nova política de colonização. Foram firmados contratos, por exemplo, para a criação da colônia Nova Veneza no Sul, e com a sociedade colonizadora de Hamburgo para novas localidades no Vale do Itajaí. Já no início do século XX o Oeste Catarinense teria sua colonização iniciada por conta da busca de novas áreas de madeira por parte dos colonos gaúchos. Entre as décadas de 1895 e 1910, se desenvolveriam alguns conflitos na região relacionados à exploração e às questões territoriais ainda mal resolvidas. Primeiro a questão de Palmas, depois a guerra do contestado, e por fim a questão do Paraná. A não definição de fronteira entre argentinos e brasileiros conforme já informado apresentava duração de quase dois séculos, sendo consequência do Tratado de Madri. O rio Peperi-guaçu, determinante fronteiro havia sido descoberto ao fim dos anos 1700, contudo, seus limites não eram ainda conhecidos em sua totalidade. O início do século XIX, por sua vez, foi marcado pelo desinteresse argentino na região. Porém, a partir de tratado de 1857 há mudança nessa postura, sendo necessárias uma série de novos tratados e arbitragem externa até a definição em 1894, na qual se estabelecem os limites atuais entre Brasil e Argentina. O rio Peperi-guaçu seria determinante também na questão de divisa com o Paraná, configurada a partir da metade do século XIX. Em meio a isto, ocorreria a partir da exploração das terras sem clara jurisdição por parte da companhia estrangeira *Brazil Railway Company*, responsável pela estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, prejudicando a população local e resultando na Guerra do Contestado, conflito que durou quatro anos. A questão dos limites de Santa Catarina seria apenas resolvida em 1917 após o fim do conflito, vencido pelas tropas conjuntas paranaenses e catarinenses através de acordo (PIAZZA, 1983). Naquele ano, seria fundado no Oeste o município de Chapecó. Parte do Oeste Catarinense seria novamente separada por um breve período durante a Segunda Guerra Mundial para formação do Território do Iguazu (CABRAL, 1970). Contudo, considera-se este período entre o fim do século XIX ao início do século XX como aquele que define os limites de Santa Catarina.

O censo demográfico catarinense apresentaria trinta e quatro municípios estabelecidos em 1920, cada qual com muitos distritos que em breve seriam emancipados (PIAZZA, 1983). Se iniciaria durante o governo de Hercílio Luz a busca por ocupação de novas áreas, como o Alto Vale dos rios Itajaí do Sul e do Oeste. Em 1925 a colônia Acioli Vasconcelos

pertencente à Araranguá se tornaria o município de Criciúma. Em 1934 Concórdia se emancipa de Joaçaba. Entre 1920 e 1940, se tornariam municípios Caçador, Gaspar, Ibirama, Indaial, Jaraguá do Sul, Timbó e Rodeio (CABRAL, 1970).

Um grande número de municípios se emanciparia entre 1940 e 1965. No sul do Estado de Laguna se emanciparia o município de Imbituba. De Tubarão se tornariam municípios Braço do Norte, Armazém, Gravatal, Treze de Maio e Pedras Grandes. De Araranguá, emanciparam-se Turvo e Sombrio. No entorno de Criciúma surgiram ainda Siderópolis e Morro da Fumaça. Próximos à Florianópolis se emancipariam Angelina e Rancho Queimado (de São José), Antônio Carlos e Governador Celso Ramos, originalmente Ganchos (de Biguaçu) e Santo Amaro da Imperatriz, Paulo Lopes e São Bonifácio (Palhoça). Nas proximidades de Tijucas se tornariam municípios São João Batista e Canelinha. Ainda na região teria origem Alfredo Wagner. Na serra Lages daria origem à Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul e São José do Cerrito. As desmembrações de Campos Novos e Curitibanos originariam municípios em outras regiões do Estado, se considerando o critério atual, tamanha a extensão destes municípios. Canoinhas no Norte é um exemplo e sua desmembração resultaria em Três Barras e Major Vieira. Joinville daria origem a Guaramirim, São Francisco do Sul a Garuva, Jaraguá do Sul a Corupá e São Bento do Sul à Rio Negrinho. Surgiriam ainda Massaranduba e Schoeder. No Vale do Itajaí, Pomerode se emanciparia de Blumenau, Ilhota e Navegantes de Itajaí. De Brusque seriam dois municípios, já de Rio do Sul oito novos municípios emancipados. Ituporanga se originaria de Bom Retiro. No Oeste seriam diversas as localidades emancipadas. De Chapecó treze novos municípios, teriam entre eles Xaxim, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Dionísia Cerqueira e Itapiranga. Joaçaba daria origem a sete novos municípios como Herval D'Oeste e Irani. Concórdia daria origem a Seara e Ipumirim e Caçador ao município de Videira (CABRAL, 1970).

Sendo assim, em 1966 seriam 198 municípios autônomos distintos (CABRAL, 1970). Novas emancipações ocorreriam nas décadas seguintes, em especial nos anos 1990. A maioria dos principais municípios de Santa Catarina apresentaria crescimento acentuado nos anos 1980 e 1990. Ao início dos anos 2000, a Tabela 2 a seguir indica os principais centros populacionais catarinenses.

Tabela 2 - Crescimento das principais cidades de Santa Catarina 1980 - 2000

Município	População Aproximada 2000	Crescimento Aproximado % 1980/2000
Joinville	430.000,00	82,00
Florianópolis	340.000,00	82,00
Blumenau	260.000,00	67,00
São José	170.000,00	100,00
Criciúma	170.000,00	54,00
Lages	160.000,00	1,00
Itajaí	150.000,00	77,00
Chapecó	150.000,00	75,00
Jaraguá do Sul	110.000,00	123,00
Palhoça	100.000,00	170,00
Santa Catarina	5.500.000,00	48,00

Fonte: Adaptado pelo autor baseado em Montibeller Filho e Binotto (2008 apud IBGE, 2001).

Quanto ao crescimento populacional no primeiro período do século XXI, Joinville em 2016 apresentava população de 569.645 habitantes, Florianópolis 477.798, Blumenau 343.715. São José, Chapecó, Criciúma e Itajaí possuem população acima dos duzentos mil habitantes, sendo que Jaraguá do Sul, Palhoça, Lages, Balneário Camboriú, Brusque e Tubarão população acima dos cem mil moradores (IBGE, 2017).

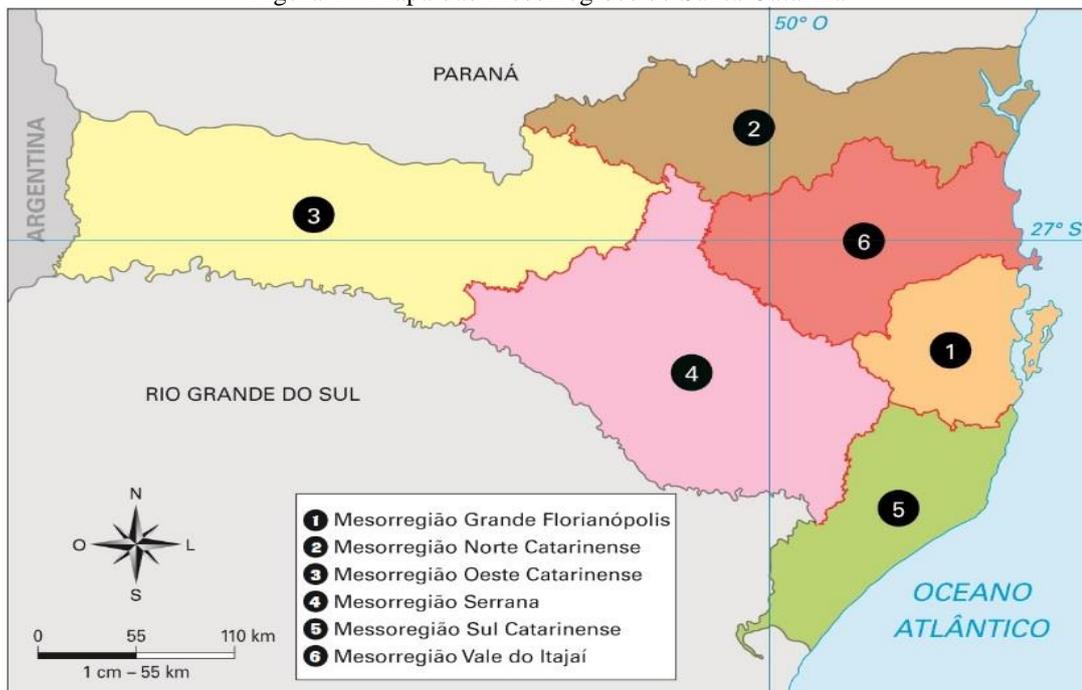
1.1.4 A divisão regional do IBGE

A partir de 1987 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) delega à sua divisão de Estudos Territoriais (DITER) um novo estudo a fim de determinar uma divisão regional brasileira para além daquelas baseadas nas próprias unidades federativas ou nas macrorregiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Procurava o instituto agrupar municípios próximos em mesorregiões e, dentro destas, microrregiões, substituindo estudo semelhante realizado cerca de vinte anos antes, ao fim dos anos 1960 (IBGE, 1990).

O IBGE considera mesorregião uma área individualizada, com organização de seu espaço geográfico definida ou influenciada por processos sociais, quadro natural constituído e rede de comunicação presente. Dentro das mesorregiões, por sua vez, processos econômicos distintos praticados por determinados municípios permitem agrupá-los em microrregiões específicas (IBGE, 1990). A conclusão do estudo foi apresentada em 1990, e a partir disso, o

Estado de Santa Catarina foi dividido em seis mesorregiões distintas, sendo estas a Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí. Cada uma destas mesorregiões por sua vez foi dividida em cerca de três a cinco microrregiões. A Mesorregião da Grande Florianópolis é composta por três microrregiões: Florianópolis, Tijucas e Serra do Tabuleiro. A mesorregião do Norte Catarinense está dividida também em três microrregiões: Joinville, Canoinhas e São Bento do Sul. A mesorregião Oeste Catarinense é o agrupamento regional em Santa Catarina composto pelo maior número de municípios, noventa e oito. As cidades polo Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê denominam as cinco microrregiões que dividem esta mesorregião. A mesorregião Serrana está dividida em duas microrregiões, Campos de Lages onde está Lages e a microrregião de Curitibanos, que tem como polos o município homônimo e a localidade de Campos Novos. A mesorregião Sul Catarinense se divide em três microrregiões, cujo município polo é homônimo a tal microrregião, são elas Tubarão, Criciúma e Araranguá. Por fim, os cinquenta e cinco municípios do Vale do Itajaí se dividem em quatro microrregiões denominadas de acordo com suas cidades-polo. Suas Microrregiões são Blumenau, Itajaí, Rio do Sul e Ituporanga. A Figura 1 a seguir ilustra a configuração regional de Santa Catarina.

Figura 1 - Mapa das Mesorregiões de Santa Catarina



Fonte: Site de Sanderlei Silveira – Conheça a história e geografia do Seu Estado (2017).

1.2 INFRAESTRUTURA ESTADUAL

A segunda seção deste capítulo procura apresentar o desenvolvimento gradual da infraestrutura de Santa Catarina. Serão consideradas as iniciativas de infraestrutura física, a ação governamental e os planos de governo, assim como a estruturação financeira, empresarial e educacional.

1.2.1 A histórica falta de infraestrutura

A infraestrutura catarinense é recente. Até o início do século XX havia um número muito limitado de estradas ligando as poucas localidades existentes no estado. Nos primeiros séculos de colonização do atual território catarinense o transporte estaria limitado à navegação entre os portos e trilhas estabelecidas por exploradores. Conforme apresenta a seção anterior, os primeiros caminhos pelo interior catarinense conectam o litoral com as Lages a partir do fim do século XVIII. Até o início do século XIX existiriam no Estado três estradas. A ligação entre Viamão e Sorocaba que passava por Lages, estrada ligando São Francisco do Sul, Laguna e o Desterro e a estrada ligando o Desterro a Lages (GOULARTI FILHO, 2014 apud EHLKE, 1973; GOULARTI FILHO, 2014 apud GOULARTI FILHO, 2007). Mesmo após a independência brasileira, com o estabelecimento da província catarinense, o território carecia de recursos, conforme registra Piazza,

[D]e outra parte vê-se, pela arrecadação quão pobre era também. Em 1826 arrecadara 39:224\$366 reis e tivera que receber do Governo Imperial para fazer face às suas despesas a quantia de 160:996\$799 reis. No ano de 1827 a arrecadação atingiu 50:364\$491 reis e recebera para complementação orçamentária 120:201\$600rs(...). Evidencia-se quão desprovida de recursos era a terra catarinense (Piazza, 1983, p. 237).

Alguns empreendimentos ocorreriam ainda antes da proclamação da república. No norte do Estado a estrada da Dona Francisca seria iniciada no século XIX, conectando Joinville ao planalto. Sua construção levaria décadas para estar concluída (GOULARTI FILHO, 2014). No Sul ocorreria a construção da estrada de Ferro Tereza Cristina, ao fim do século, nos anos 1880 para exploração do carvão descoberto anos antes (FERROVIA TEREZA CRISTINA, 2017). Ainda no século XIX, Carl Hoepcke estabeleceria companhia de navegação (PIAZZA, 1983). Já no período republicano, nos primeiros anos do século XX, seria inaugurada no contexto da Guerra do Contestado a ferrovia São Pedro - São Paulo. O caminho de Ferro

atravessaria o meio oeste catarinense ligando Rio Grande do Sul e São Paulo passando por localidades como Joaçaba e Caçador (GOULARTI FILHO, 2009).

1.2.2 A ação governamental e o crescimento gradual da rede de transportes, energia e comunicações

No primeiro período da República os governantes catarinenses iniciam movimento para estabelecer melhor infraestrutura local. Durante o governo de Felipe Schmidt (1898-1902) haveria melhoria na rede viária estadual. Seu sucessor Lauro Muller (1902-1906) promoveria uma expansão da rede telegráfica e novas ligações rodoviárias entre o litoral e o planalto. Gustavo Richard (1906-1910) instalaria os serviços telefônico, de abastecimento de água e de energia em Florianópolis. Vidal Ramos (1910-1914) enfrentaria a guerra do contestado e promoveria uma reforma do ensino e em seu retorno ao governo, Felipe Schmidt (1914-1918) resolveria a questão territorial com o Paraná e promoveria a abertura de estradas como entre Brusque e Itajaí. Além disso, instalaria a rede de esgoto em Florianópolis que seria ampliada no novo governo de Lauro Muller (1918-1922), que por sua vez, viria a ampliar a ferrovia Teresa Cristina até Araranguá. Hercílio Luz (1922-1926) em seu último mandato faria estudos sobre a instalação da capital do Estado em seu centro geográfico próximo à atual Santa Cecília. Contudo, diante dos custos somando-se edificações e construção de estradas, preferiu por modernizar Florianópolis. Ao morrer, antes do fim do mandato, foi substituído por Pereira Oliveira que inauguraria a ligação rodoviária da capital que leva o nome do antecessor. Antes da era varguista, ocuparia o governo do Estado ainda Adolfo Konder (1926-1930), que promoveria o aprimoramento dos portos (PIAZZA, 1983).

Na década de 1930 a malha rodoviária catarinense ainda seria pequena. Em 1938 haveria apenas 3.739 km de rodovias conservadas. Em 1945 este número teria crescido pouco, para 3.921 km (PIAZZA, 1983). É somente a partir dos anos 1950, que a infraestrutura começa a ter maiores investimentos, o que se acentuaria nos anos 1970.

Na administração de Irineu Bornhausen (1951-1956) é estabelecida a Secretaria de Estado da Agricultura. Também é elaborado o Plano de Obras e Equipamentos (POE) com ênfase na questão hidroelétrica (PIAZZA, 1983). De acordo com Goularti Filho (2016), ao fim do governo Bornhausen é fundada a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC). A usina termoelétrica de Capivari seria aberta no governo de Jorge Lacerda, que também promoveu um programa de obras rodoviárias com a pavimentação e criação de novas estradas. Investimentos federais também seriam realizados, como a abertura da BR-2 nos anos

1950, ligando Porto Alegre e Caxias do Sul a Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro passando em Santa Catarina, por localidades como Lages e Mafra. Para seu traçado seria utilizado parte dos antigos caminhos tropeiros. Sua denominação seria alterada no futuro para BR-116. Anos mais tarde o litoral seria integrado ao sudeste e aos estados vizinhos através da abertura e pavimentação da BR-101, passando pelas proximidades de Criciúma, Florianópolis e Joinville. A principal estrada para o oeste é feita por etapas. Em 1954 se inicia a implantação da futura BR-282 no trecho entre Joaçaba e Xaxim. Quanto à potência elétrica, em 1953 o Estado possuía uma potência instalada de 56.527 KW. Seriam quatro unidades geradoras na região de Florianópolis, cinco na Bacia do Rio Itajaí-Açu, duas próximas a São Francisco do Sul, sendo que a região de Laguna teria dezessete por conta da geração termoelétrica, Chapecó apresentaria uma usina nas proximidades, a região de Joaçaba treze e Lages sete. As obras a partir do governo Irineu Bornhausen resultariam, por sua vez, em uma potência já em 1960 de 101.543 KW, sendo 54.293 destes vindos de hidroelétricas (PIAZZA, 1983). Com a criação da CELESC foram estabelecidas usinas em Faxinal dos Guedes, Curitibanos, Rio dos Cedros e Angelina (GOULARTI FILHO, 2016).

No período de Celso Ramos (1961-1966) seria executado o Plano de Metas de Governo (PLAMEG). O PLAMEG previa segundo Goulart Filho (2016 apud SCHMIDT 1995) um investimento de vinte e oito por cento dos recursos em estradas rodoviárias e vinte e seis por cento na área de energia. O plano resultaria na construção de novas ligações entre os municípios, destacando-se os trechos entre Porto União - São Francisco do Sul e Curitibanos - Itajaí, além da ligação no Sul entre Criciúma, Urussanga e Orleans (GOULARTI FILHO, 2016).

À época de Ivo Silveira seria desenvolvido o PLAMEG II. Este previa no orçamento inicial uma previsão dos gastos totais de 62% para as áreas de energia, transporte e indústria (GOULARTI FILHO, 2016 apud MATTOS, 1973). Novas usinas hidroelétricas foram estabelecidas, assim como se interligou os sistemas da CELESC e aquele vindo da usina termoelétrica da SOTELCA. Trechos anteriormente construídos seriam pavimentados, num total de pavimentação de 241 km, assim como seriam implantados 785 km. Ao final do plano seriam 907 km de estradas pavimentadas no Estado (GOULARTI FILHO, 2016). Ao final, 55% do orçamento do PLAMEG II teriam sido destinados para os transportes e 11% para a energia (GOULART FILHO apud SANTA CATARINA, mensagem do governador, 1970).

Para suceder a Ivo Silveira, seria escolhido indiretamente pelos militares o secretário executivo do PLAMEG, Colombo Salles (1971-1974). Este desenvolveria em seu governo o Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD), que visava construir mais 565 km de estradas

e pavimentar 159 km. Seria também criada a empresa de Eletrificação rural do Estado (ERUSC) e uma nova ligação entre a ilha e o continente na capital. No período de Colombo Sales, por parte do governo federal, foi concluída a BR-101 no Sul. Com a criação da estatal nacional de telecomunicações se desenvolveu no Estado a Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC), fazendo o PCD atender ao seu final 139 municípios catarinenses com telefonia.

A equipe de Konder Reis (1975-1979) elaborou o plano de governo com orientação do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Neste período ocorreu investimento no porto de Imbituba e foi ampliada a Usina termoelétrica (GOULARTI FILHO, 2016 apud SENADO FEDERAL, 1975). A ligação entre Jaraguá do Sul e a BR-101 foi pavimentada, assim como a entre Brusque e Gaspar, no total 608 km foram pavimentados (GOULARTI FILHO, 2016 apud DER/SC, 1999). Todos os então 199 municípios passaram a ter comunicação telefônica e a CELESC passou a distribuir energia para oitenta e cinco por cento do Estado.

O governo Jorge Bornhausen (1979-1982) pavimentaria 1024 km de estradas (GOULARTI FILHO, 2016 apud DER/SC, 1999). O governo Esperidião Amin concluiria as ligações federais (GOULARTI FILHO, 2016 apud SANTA CATARINA, 1987). Obras de infraestrutura seriam adiadas durante o início dos anos 1990 por conta do corte de gastos (GOULARTI FILHO, 2016).

Já no ano de 2002, o Estado apresentava malha viária próxima aos 63.000 km de extensão sendo cerca de 3.000 km de responsabilidade federal e 6.000 km estaduais. No total apenas cerca de 7.000 km eram pavimentados (MONTIBELLER FILHO E BINOTTO, 2008). O trecho norte da BR-101 entre o Paraná e Palhoça seria o único a receber obras para ampliação da capacidade a partir de 1997 (SANTANGELO, 2003). A partir da metade da década de 2000 novos investimentos buscariam corrigir tal situação. Em 2003 eram cinquenta e quatro os municípios catarinenses sem acesso pavimentado. No ano seguinte, foram entregues os acessos à Cerro Negro e Anita Garibaldi (Mesorregião Serrana) e após dez anos e quase mil novos quilômetros de pavimentação, Paial (Oeste Catarinense) tornou-se a última cidade catarinense a receber acesso pavimentado em 2014. Santa Catarina tornou-se o primeiro estado brasileiro a ter todos os seus municípios conectados por asfalto (MATHIAS, 2014, 2014). O trecho sul da BR-101 teria obras de ampliação de sua capacidade a partir de 2005, sendo concluída ao fim de 2016 (GRUPO RBS, 2016). A BR-282, ligação Leste-Oeste, teria pavimentação concluída somente em 2008 (BISPO, 2013, 2013). Atualmente, quando da realização deste estudo, estão sendo realizadas obras de ampliação da capacidade dos trechos

Navegantes - Indaial (BR-470) e São Francisco do Sul, Jaraguá do Sul (BR-280) (BORGES, 2016).

Novas obras de energia também se desenvolveriam ou seriam inauguradas a partir do fim dos anos 1990 e início do novo século. Após vinte anos de estudos e obras, a usina hidroelétrica de Itá seria inaugurada no ano 2000 (CONSÓRCIO ITÁ, 2017). Em 2002, entraria em funcionamento em Piratuba a usina hidroelétrica de Machadinho (CONSÓRCIO MACHADINHO, 2017) e em 2011, se concluiu as obras da Usina Foz do Chapecó (FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA, 2017). Mais recentemente, o governo estadual buscou auxiliar a indústria com o fornecimento de gás natural. A Celesc seria responsável pela implantação da rede de gás natural através do controle da Companhia Estadual de Gás (SC Gás) (CELESC, 2017). De acordo com Montibeller e Binotto (2008), a companhia buscava ampliar o acesso ao gás permitido pela construção do gasoduto Brasil – Bolívia, possibilitando o uso do produto pelas atividades econômicas.

Santa Catarina iniciaria o século XXI com quatro portos, sendo eles Imbituba, São Francisco do Sul, Itajaí e Laguna (MONTIBELLER FILHO E BINOTTO, 2008). O Porto de Itajaí começou a ser construído ao final dos anos 1930, sendo considerado porto organizado em 1966. Atualmente, é o maior porto catarinense e o terceiro maior porto do Brasil (PORTO ITAJAÍ, 2017). O Porto Laguna atravessou períodos de decadência e reformulação até a década de 1980 quando foi transformado em porto pesqueiro (GOULARTI FILHO, 2013). As instalações portuárias em Imbituba datam da década de 1920 (PORTO DE IMBITUBA, 2017). O atual porto de São Francisco do Sul foi inaugurado em 1955. A partir dos anos 2000 Santa Catarina contaria com dois novos empreendimentos portuários privados. O Porto de Navegantes foi inaugurado em 2007 (PORTOGENTE, 2017). Em Itapoá o terminal foi inaugurado em 2011 (PORTOITAPOÁ, 2017).

No transporte aéreo o Estado contava em 2016 com vinte e três aeródromos públicos (ANAC, 2016). Contudo, no início do século XXI, quatro eram os principais terminais aéreos de Santa Catarina, sendo eles Florianópolis, Navegantes, Chapecó e Joinville. Nestes locais ocorre principalmente o transporte de passageiros, uma vez que o volume de carga movimentado é considerado baixo (QUINTINLHANO, 2014). O aeroporto de Florianópolis iniciou suas atividades em 1927, sendo que o terminal de passageiros foi construído em 1950. No ano de 1995 tornou-se aeroporto internacional (INFRAERO, 2017a). Atualmente, à época deste estudo está em processo de concessão para a iniciativa privada (BENETTI, 2017). O terminal de navegantes foi inaugurado no ano de 1970 (INFRAERO, 2017b) e o aeroporto de

Joinville em 1972 (INFRAERO, 2017c). Finalmente, o aeroporto de Chapecó teve inauguração em 1978 (FIESC, 2017a).

1.2.3 Estruturação financeira, entidades empresariais e empresas públicas

Quanto ao setor financeiro, de acordo com Piazza (1983), as primeiras agências de crédito abertas em Santa Catarina datam do fim do século XIX e início do século XX. Na cidade de Joinville, ainda em 1891, foi aberta agência bancária que logo seria adquirida pela Companhia Industrial Catarinense. Em Blumenau, já em 1907, se instituiu a Caixa Econômica do município. Contudo seria a partir dos anos 1960 que o setor ganharia maior estrutura. Em 1962 seriam fundados o Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), que daria origem posteriormente ao Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). A criação do BDE seguiria uma tendência nacional de criação de bancos estaduais de desenvolvimento, estabelecidos à época também em estados como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo. Na década de 1970 teria origem o Banco de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC). Os três estados do Sul, por sua vez estabeleceriam o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE). Como fundo de investimento foi elaborado o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC), por parte do BDE (GOULARTI FILHO, 2016). O novo sistema financeiro seria responsável pelo financiamento das obras de infraestrutura daquele período. O Fundesc seria substituído pelo Programa Especial de apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE) (GOULARTI FILHO, 2012b). Contudo, o início da década de 1980 apresentou cenário de esgotamento da capacidade de financiamento com recursos externos, bem como de disponibilidade de crédito interno (GOULARTI FILHO, 2012b apud BAER,1993). Deste modo, os bancos locais, bem como seus programas de financiamento, acabaram limitados a partir do alto endividamento já contraído junto à União e aos bancos internacionais. Programas como o PROCAPE teriam curta duração, sendo este extinto antes de completar dez anos de duração em 1984, no primeiro mandato de Esperidião Amin (GOULARTI FILHO, 2012b). Durante sua vigência o PROCAPE contemplou sessenta e seis municípios, contudo, seis municípios concentraram cerca de cinquenta por cento dos recursos oferecidos. A região do Vale do Itajaí foi a mais contemplada, tendo sido oferecida a ela cerca de trinta e dois por cento dos recursos. A Tabela 2 abaixo expõe a distribuição espacial dos recursos disponibilizados pelo PROCAPE durante sua vigência.

Tabela 3 - Recursos disponíveis PROCAPE (1975 a 1983)

Região	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Grande Florianópolis	11,1	10,1	7,0	14,6	10,8	62,0	9,2	15,4	10,4
Vale do Itajaí	30,9	38,9	17,1	23,5	25,7	10,1	37,1	34,1	50,3
Planalto Norte	-	5,4	2,3	6,0	20,6	2,1	9,5	2,2	-
Nordeste	19,0	9,6	16,0	22,7	12,6	10,7	18,2	7,1	13,0
Região Serrana	0,9	-	5,3	0,1	9,0	0,6	0,9	14,1	2,3
Grande Oeste	30,7	19,0	28,1	23,5	16,8	4,9	8,0	5,1	2,0
Região Sul	9,7	17,0	24,1	9,6	4,6	9,7	17,1	22,1	22,1
TOTAL	100								

Fonte: Goularti (2014 apud ALESC, 1984).

As linhas de crédito seriam alteradas nos anos 1980 e 1990. Em 1995 a legislação estadual regularia novos programas de crédito como o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC) (SANTA CATARINA, 1995). Em 1999 o BADESC seria transformado em agência de fomento (BADESC, 2017). Atualmente, o banco é responsável pelo PRODEC E FADESC. Atuação semelhante tem o BRDE. O BESC seria federalizado e posteriormente incorporado ao Banco do Brasil (GOULARTI FILHO, 2005). O crédito também é permitido pela existência de diferentes cooperativas com atuação nacional ou local, sendo que em 2016 haveria 62 instituições financeiras distintas nesse ramo de atuação (OCESC, 2017).

As primeiras entidades empresarias de Santa Catarina também surgiriam com o início do século XX. A Associação Comercial e Industrial de Blumenau surgiu em 1908 (PIAZZA, 1983). Todavia, é novamente nos anos 1950 que os setores econômicos iniciam maior articulação, é nessa década que foi criada a Federação das Indústrias de Santa Catarina, FIESC. Em 1950, Celso Ramos foi responsável por ser o primeiro presidente de uma entidade que reuniria sete sindicatos industriais já constituídos. Em 1954, por sua vez, surgiria o Serviço Nacional da Indústria, o SENAI (FIESC, 2017b). Como auxílio à indústria entre os anos 1970 e 1980 ocorreu a atuação da Companhia Estadual de Distritos Industriais (SANTA CATARINA, 1975; SANTA CATARINA, 1979).

Na agricultura, em 1989 a Lei Estadual 5.516 daquele ano instituiu a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina (CIDASC). A companhia tem como competência a fiscalização sanitária de produtos de origem vegetal e animal, além de promover o auxílio na armazenagem, abastecimento e comercialização destes produtos entre outras finalidades (CIDASC, 2013). Em 1975, a Embrapa inauguraria unidade de pesquisa agropecuária em Concórdia (MONTIBELLER E BINOTTO, 2008). Já em 1991,

após a fusão de outras agências estaduais, se estabeleceu a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI) (EPAGRI, 2017).

Nos anos 2000, a partir do governo Luiz Henrique da Silveira, seriam estabelecidas 30 secretarias regionais de desenvolvimento (MONTIBELLER E BINOTTO, 2008). Em 2015, estas se transformariam em agências regionais (ETTORE, 2015). Em 2003 é estabelecida a Secretaria de Assuntos Internacionais, quatro anos mais tarde suas funções foram determinadas por lei complementar. Cabe a essa secretaria representar os interesses do Governo do Estado e dos municípios no exterior, bem como promover a economia catarinense no exterior e atrair investimentos estrangeiros para o Estado (SANTA CATARINA, 2007). A partir de então passou o governo do Estado a ter atuação mais ativa no auxílio internacional à economia local. Em 2013, a General Motors inaugurou fábrica de motores no município de Joinville (CHEVROLET, 2017). Já entre 2011 e 2012, o governo estadual negociou acordo com a Bayerische Motoren Werke (BMW) (LOETZ; KRAMER, 2012). Tal negociação resultaria na construção de fábrica em Araquari, inaugurada em 2014 (ETTORE, 2014). Outros negócios desenvolvidos foram uma parceria com empresa russa para o estabelecimento de fábrica de geradores em Caçador e uma fábrica de caminhões chinesa em Lages. Além disso, a atuação do governo catarinense obteve a abertura do mercado japonês à carne suína produzida em Santa Catarina (BENETTI, 2013).

1.2.4 Setor educacional

Por fim apresenta-se aqui a trajetória do setor educacional. O ensino superior em Santa Catarina começaria a ser estruturado a partir dos anos 1960. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é fundada em 1960, a partir da união das faculdades de direito, medicina, farmácia, odontologia, filosofia, ciências econômicas, serviço social e engenharia industrial. (BRASIL, 1960). Em 1963 seria estabelecida a Faculdade de Educação do Estado de Santa Catarina e no ano seguinte a Escola Superior de Administração e Gerência, que em 1965 dariam origem à Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) (UDESC, 2015). Em Blumenau no ano de 1964 haveria a criação da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) (FURB, 2017). A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) teria fundação em 1974, unindo quinze estabelecimentos de ensino superior. A criação da ACADE possibilitou a expansão do ensino superior para diferentes municípios do Estado de Santa Catarina, sendo que municípios como Mafra, Canoinhas, Concórdia, Curitibanos, Criciúma, Rio do Sul, Lages, Tubarão, Joinville e

Chapecó receberam estabelecimentos de ensino (ACAFE, 2017). Em 1979 a UDESC inaugurou seu campus central localizado em Florianópolis, no bairro Itacorubi (UDESC, 2015). O campus Trindade da UFSC recebeu gradativamente novas instalações. Nos anos 2000 ocorreu nova expansão do setor universitário. A UFSC inaugurou novos campi em Joinville, Blumenau e Araranguá (UFSC, 2017). A UDESC também se expandiria, chegando ao ano de seu cinquentenário em 2015 com dez unidades presenciais (Florianópolis, Balneário Camboriú, Joinville, São Bento do Sul, Lages, Laguna, Ibirama, Pinhalzinho, Chapecó e Palmitos) e mais polos educacionais a distância, totalizando trinta e uma unidades de ensino (UDESC, 2015). Em 2009, Santa Catarina ganharia sua segunda universidade pública, com a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) (BRASIL, 2009). A partir dos anos 1990, o setor universitário privado também apresenta crescimento com a criação de novos campi. A ACAFE atualmente atende a cinquenta e três municípios (ACAFE, 2017).

1.3 SETORES ECONÔMICOS E SUA TRAJETÓRIA

Nesta sessão será apresentada a trajetória econômica catarinense, bem como a história de criação dos principais setores econômicos do Estado. Novamente é adotada uma divisão por períodos. A divisão é semelhante às propostas de Cunha (1992) e Goularti Filho (2016). Estes autores permitem compreender a evolução histórica da economia local. Outros autores também são utilizados. Por fim, se busca complementar as informações através de exemplos das informações apresentadas.

1.3.1 A economia de subsistência nos primeiros séculos de ocupação

Conforme exposto no item 1.1, os primeiros séculos de ocupação e colonização do Estado de Santa Catarina foram marcados por períodos de abandono e grande dificuldade de manutenção de povoados.

Há a evidência de pouca atividade econômica entre os primeiros 150 e 200 anos de presença estrangeira no território catarinense. Pode-se afirmar que a atividade exercida se destinava basicamente à sobrevivência. Os primeiros relatos econômicos apresentados por Piazza (1983) datam dos primeiros anos do século XVIII. A partir da retomada das terras da capitania de São Tomé e Sant'Anna por parte da coroa portuguesa, nos anos 1710 busca-se estabelecer uma nova forma de administração. É enviado para expedições ao sul da colônia o prático de navegação nascido em Santos, Manoel Gonçalves de Aguiar. Em sua jornada, este

verificou a situação econômica dos povoadamentos. Em Laguna constatou o início de exportações de peixe, três a quatro embarcações por ano por parte de trinta casais ali residentes. No Desterro recebe a demanda dos moradores restantes pelo povoamento que permitiria o exercício de atividades, como plantio de trigo e açúcar. Para a ilha, Aguiar faz recomendação além da agricultura da possibilidade de pesca de baleias. Por fim, relata comércio exercido por padres jesuítas em Laguna. Em 1712, por sua vez, o francês François Freezer embarcado em navio ancorado na Ilha de Santa Catarina faz levantamento do local e relata o cultivo de milho, batatas, mandioca, da criação de gado no continente e da extração de peles de animais, madeira e do algodão (PIAZZA, 1983). Fato é que no decorrer do século XVIII mais navegadores e expedicionários enviados pelo governo colonial que aportavam no litoral relatavam as condições do povoamento destacando as boas condições para o cultivo agrícola. Ao fim do século, por exemplo, o governador da já capitania de Santa Catarina João Alberto de Miranda Ribeiro relatou à administração em Lisboa a quantidade de engenhos e fábricas variadas de diferentes produtos presentes nas vilas do litoral catarinense e suas imediações. Seus relatos sobre a atividade econômica local encontram-se expostos na Tabela 3 abaixo.

Tabela 4 - Estrutura econômica de Santa Catarina ao fim do século XVIII

Local	Engenhos de Açúcar	Fábricas de Açúcar	Engenhos de Aguardente	Engenhos de Pilar de Arroz	Atafonas de trigo	Curtumes de Couro	Engenhos de mandioca
Vila Capital Nossa Senhora do Desterro	0	12	23	17	9	87	0
Distrito do Ribeirão	1	11	29	2	7	0	51
Freguesia da Lagoa	0	10	28	0	32	0	101
Freguesia das Necessidades	0	5	22	0	11	2	111
Freguesia de São Miguel	1	5	15	2	44	6	190
Freguesia de São José	0	6	11	0	82	5	164
Freguesia da Enseada do Brito	0	11	25	0	39	4	65
Vila de Laguna	0	0	13	0	8	1	62
Freguesia de Vila Nova	1	0	7	0	39	0	39
Vila do Rio São Francisco	0	0	19	0	0	0	14

Fonte: Adaptado pelo autor baseado em relatório de Miranda Ribeiro apresentado por Piazza (1983).

A Tabela 3 apresenta uma grande atividade de cultivo de mandioca na Ilha de Santa Catarina e arredores, assim como atividades ligadas ao trigo e produção de aguardente. Tais atividades se repetiam em menor número próximo a Laguna e ainda em São Francisco, constituindo a base econômica do litoral naquele período. Miranda Ribeiro relatava também a

existência de poucas dezenas de lojas e tavernas constituindo o comércio da vila, além da dificuldade e falta regular de pagamentos, o que para ele dificultava o desenvolvimento econômico local (PIAZZA, 1983). Os últimos anos haviam sido de reconstrução por conta da invasão espanhola (CABRAL, 1970). Ribeiro recomendava ainda o cultivo do café, algodão e cana afirmando que teria maiores resultados econômicos (PIAZZA, 1983).

Outra atividade constituída durante o século XVIII e início do século XIX foi a da pesca da baleia, ocorrendo também na Bahia e Rio de Janeiro. A colônia brasileira concedia monopólio a ricos comerciantes locais, obtendo lucros com a industrialização do azeite, além da venda das barbatanas. Por sua vez, eram os proprietários encarregados de construir e manter as instalações, arcando com todos os custos (CABRAL, 1970). Expandiram-se as armações, locais da pesca, pelo litoral catarinense, fundando novos povoados como na atual Governador Celso Ramos (Armação da Piedade), Imbituba e Garopaba (CABRAL, 1970). O auge da atividade econômica acontece sob o comando de Inácio Pedro Quintela, a partir da década de 1760. As armações se expandem também pelo litoral norte catarinense, cinquenta anos depois, contudo, a atividade entra em decadência. A invenção de novas formas de iluminação, como querosene e petróleo, por sua vez, termina com grande parte da atividade na metade do século XIX (PIAZZA, 1983). No Sul, o carvão havia sido descoberto em 1830, sendo que após décadas de estudos e contestação sobre a qualidade deste material, o direito de exploração é concedido em 1861 (FERROVIA TEREZA CRISTINA, 2017).

Em 1850, o Desterro respondia por sessenta e cinco por cento das exportações totais do Estado, enquanto Lages a quinta exportadora, por apenas um por cento. A farinha de mandioca constituía ainda produto principal, sendo o Desterro responsável por cinquenta e nove por cento da exportação e Laguna por trinta em um. O Rio Grande do Sul seria o maior comprador do produto no período, seguido do Rio de Janeiro, das Províncias do Prata e de Pernambuco. Entre 1873 e 1874, o porto do Desterro recebeu 400 navios, sendo apenas doze estrangeiros, pois grande parte viria de outras localidades do litoral catarinense. Apenas um navio estrangeiro também aportaria em Itajaí, este receberia 135 navios nacionais, número semelhante ao porto de Laguna. Do Desterro se exportaria na época farinha de mandioca para Montevideu e Buenos Aires, Amendoins para Montevideu, arroz também para Uruguai e Argentina, assim como aguardente. Para o Uruguai também iria fumo e café, que seguiria para Hamburgo na Alemanha. Por fim, couros secos iriam tanto para Hamburgo como para o Reino Unido. Já em Blumenau, os dados do município revelam que durante todo o período entre 1863 e 1881 as exportações saltaram de 26 mil para 337 mil contos de réis. (PIAZZA, 1983).

1.3.2 O nascimento da indústria catarinense (1880-1940)

De modo geral, Cunha (1992) argumenta que o período entre 1850 e 1880 em Santa Catarina foi marcado pelo desenvolvimento de uma base artesanal e pela diversificação da agricultura de pequena propriedade. Tal agricultura, formada inicialmente visando a subsistência, aos poucos se diversificava. Produtos vindos da agropecuária e do extrativismo da madeira e da erva-mate eram processados de forma artesanal. Os novos núcleos coloniais acabavam por se transformar em polos administrativos, casos, por exemplo, de Blumenau e Joinville. Todavia, no Brasil, em geral ocorreria um processo de favorecimento maior do desenvolvimento da indústria, apesar de ainda tímido, além de uma expansão da economia cafeeira. A evolução em conjunto com a restrição gradual à mão de obra escrava acabaria por provocar, segundo o autor, tanto a carência da mão de obra como uma elevação da renda, proporcionando uma abertura inicial para o mercado de excedentes vindo do solo catarinense.

O contexto nacional se refletiria também em Santa Catarina. Haveria ainda o predomínio das atividades agrícolas (em especial o cultivo da erva-mate, com o cultivo da mandioca em decadência) e do extrativismo (madeira e carvão) como principais atividades econômicas. A erva-mate teria grande importância econômica no período 1870 a 1930, especialmente na região do Planalto Norte. A exploração intensiva do produto iniciaria na década de 1870 (CUNHA, 1992). Nesta data, seria estabelecida uma estrada entre a sede da colônia e a vila de Rio Negro, local de cultivo do produto (PIAZZA, 1983). Para Gerhaldt (2013) a erva-mate tem concentração exclusiva na América do Sul, em área que abrange os territórios das atuais unidades federativas brasileiras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, além de terras da Argentina, Uruguai e Paraguai, dentro das bacias dos rios Paraná, Paraguai, Iguazu e Uruguai. Em Santa Catarina, no seu território de menor extensão à época os primeiros ervais registrados encontravam-se nas bacias dos rios Negro, ao norte e Pelotas, Canoas e do Peixe, ao sul, sub-bacias respectivas dos rios Iguazu e Uruguai acima citados. A partir da abertura da estrada novas vilas se estabeleceram. O cultivo da erva-mate teve como consequência a consolidação de imigrantes em vilas como São Bento do Sul. (GERHALDT, 2013 apud GOULARTI FILHO E MORAES, 2013). Já em 1890, Abdon Batista liderou a criação da Companhia Industrial Catarinense com indústria matriz do mate localizada em Joinville e armazéns estabelecidos no Planalto Norte (GERHALDT, 2013). Os recursos do comércio, por sua vez, permitiram uma acumulação de riqueza que auxiliaria na industrialização da região (PIAZZA, 1983). De acordo com Piazza (1983 apud ALMEIDA, 1979), no ano de 1892 a produção de erva-mate catarinense tinha

valor de mercado aproximado de vinte e um contos de réis. Em 1902 o valor estimado era de dois mil e vinte e dois contos. Já em 1917, valeria quatro mil e quarenta e dois. A produção máxima seria alcançada em 1928 com mais de dezessete mil contos. Ao final da década de 1890, a erva-mate teria participação no valor exportado inicial de aproximados treze por cento no total, elevando-se em 1900 para próximo dos trinta e um por cento. Sua exportação seguiria como de grande importância até os anos 1930, quando se reduziria para cerca de três por cento. A exportação tinha como destino principal a região do Prata (GOULARTI FILHO, 2016).

O carvão teria produção voltada principalmente ao mercado nacional. A madeira também expandiria entre 1892 e 1930. O total extraído em Santa Catarina teria em 1892 um valor de setecentos contos de réis. Em 1912, oitocentos e setenta e sete. Em 1922, cerca de cinco mil contos de réis, e finalmente, em 1927 um valor aproximado de oito mil contos de réis (PIAZZA, 1983 apud ALMEIDA, 1979). Ao contrário da erva-mate, a madeira se manteria como produto de grande importância para a economia catarinense até os dias atuais.

Entretanto, seria no período entre 1880 e 1930 que começariam as primeiras iniciativas na busca pela industrialização local. Surgem neste período em Santa Catarina os primeiros empreendimentos industriais que se utilizavam de energia a vapor, possuindo na época moderno maquinário a fim de explorar inicialmente a madeira, assim como a cachaça e o açúcar (CUNHA, 1992). Blumenau, por exemplo, em 1880 já contava com inúmeros engenhos de farinha e de açúcar, alguns moinhos, serrarias, dez olarias, nove fábricas de cerveja e uma de vinagre (PIAZZA, 1983). As primeiras iniciativas no setor têxtil foram empreendidas por imigrantes alemães (CUNHA, 1992). Também em 1880 é estruturada a primeira instalação têxtil de Blumenau, iniciada como artesanato familiar no ano anterior pelos irmãos Hering. Dois anos após, Johann Karsten e Gustavo Roeder também iniciariam uma tecelagem. Na década de 1890 a indústria têxtil chegaria a Brusque pelas iniciativas de Carlos Renaux e Eduardo Von Buettner (PIAZZA, 1983). Em Joinville seria fundada a Döhler (DÖHLER S.A, 2017).

Já ao final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, Cunha (1992) destaca alguns elementos que modificariam o cenário econômico do Estado. Aumentaria a urbanização dos núcleos coloniais trazendo consigo maior divisão de trabalho entre o rural e o urbano, excedentes proporcionados pelo comércio e pela agricultura permitiram maiores investimentos industriais, ainda que de pequeno porte.

A indústria de alimentos iniciada pela vinda dos açorianos, que seriam responsáveis pelo cultivo da mandioca, do arroz, assim como a pesca, teria sua oferta aumentada pela

presença da imigração que consigo iniciou a produção de bens alimentícios, inicialmente como leite e derivados, assim como derivados suínos e do vinho (GOULARTI FILHO, 2016). Em Blumenau grande parte da atividade econômica se voltaria aos têxteis. Porém, parte da mão de obra local do vale seria empregada para o estabelecimento de uma indústria de alimentos. Ainda no Vale do Itajaí, se aperfeiçoou a indústria de laticínios em localidades como Rodeio, Ascurra, Ibirama, Rio do Sul e Trombudo Central, através da atividade de imigrantes italianos e russos. Outros alimentos, como aipim e mandioca, além de raízes, seriam bases para a produção de gomas, sagus, tapiocas, dextrinas e farinhas (GOULARTI FILHO, 2016 apud HERING, 1987).

Entretanto, seria no Oeste Catarinense que a indústria de alimentos apresentaria grande impulso. A atividade na região teria início com a decomposição das grandes propriedades provindas ainda dos campos de Palmas. A construção da ferrovia somada à ação de companhias de colonização transformariam as grandes fazendas de criação de gado em pequenas propriedades destinadas aos colonos. Estes, provenientes do Rio Grande do Sul, também iniciaram atividades de subsistência com pequenas propriedades como mercearias, fábricas de queijo e salame, criando no total um mercado interno local integrado. Em 1923, por exemplo, a família Brandelise iniciaria um pequeno comércio na então Vila Perdizes. Já haveria no local um abatedouro, ao passo que, Atílio Fontana também possuía um pequeno comércio em Concórdia. Tais famílias empreendedoras dariam início a importantes empresas nas próximas décadas (GOULARTI FILHO, 2016).

Assim, a partir das três primeiras décadas do século XX, se consolidariam as atividades que comandariam a economia catarinense até a década de 1960, a industrial têxtil, a alimentar e a extração da madeira. A produção têxtil, por exemplo, saltaria de uma participação total na produção catarinense de 3,77 % em 1905 para 14,28 % em 1920, a madeira iria de 5,64% para 17,32 %, e por fim, a indústria alimentar saltaria de 30,82% para 34,83% entre os censos econômicos de 1905 e 1920. A erva-mate teria participação reduzida de 26,62% para 19,45%, apesar de mantida a produção e exportação do produto a níveis semelhantes. Já em 1939, o censo econômico apontaria uma maior diversificação alimentícia. A indústria têxtil cresceria, tendo participação de 21,95%, a da madeira manter-se-ia estável ao passo que a indústria do mate, uma vez grande atividade econômica, cairia para 5,21% (GOULARTI FILHO, 2016).

Os Têxteis eram exportados para São Paulo e Rio de Janeiro, os alimentos tinham destinação além do Sudeste para Porto Alegre e Curitiba. Nacionalmente, neste período ocorre a expansão da cafeicultura e a criação das primeiras indústrias do ramo metal mecânico e químico próximas à capital, o Rio de Janeiro. Santa Catarina, por sua proximidade,

aumentava suas exportações internas por meio da ferrovia. A infraestrutura pequena, porém, mais avançada, e setor econômico articulado se comparados a áreas de decadência econômica no período, como o Nordeste açucareiro e o Norte da indústria da borracha, permitiam também ao estado se beneficiar de um maior crescimento econômico ocorrido no Sudeste brasileiro a partir da industrialização iniciada na década de 1930 (GOULARTI FILHO, 2016). Era grande, por exemplo, a demanda por alimentos e vestuário (GOULARTI FILHO, 2010). Nos anos 1930 casas comerciais revendiam alimentos e cereais para a capital de São Paulo, assim como para o interior paulista (GOULARTI FILHO, 2016).

1.3.3 A diversificação das atividades industriais (1940-1980)

A partir dos anos 1940 novas mudanças ocorreriam. Goularti Filho (2016) divide os estados brasileiros em dois grupos. O primeiro concentra estados que não conseguiram modificar sua estrutura agrária e que não conseguiam aprimorar sua indústria mesmo com auxílio do capital vindo de outras regiões. O segundo, que inclui Santa Catarina, corresponderia a estados que já possuíam atividades econômicas fortes e que se aproveitaram das relações comerciais com o centro econômico nacional (São Paulo) para expandir suas atividades. Há no período uma transformação econômica vigente dentro do território catarinense. A pequena propriedade relacionada ao empreendedorismo de imigrantes é gradativamente substituída pela maior concentração em grupo seletivo de empresas. Por sua vez os ganhos provenientes das atividades extrativistas eram reinvestidos em novos ramos industriais. Ainda a expansão econômica seria retardada pela falta de infraestrutura.

No Norte Catarinense se iniciaria entre 1935 e 1950 o crescimento do setor relacionado a metal mecânico. Atribui-se tal crescimento tanto a antiga indústria ervateira quanto a existência de pequenas propriedades mercantis. Outra contribuição seria a da presença do porto de São Francisco do Sul. Contudo o crescimento viria principalmente de um modelo voltado ao comércio nacional. A Tupy, uma fundição fundada em 1938, já em 1950 produzia 167t tendo 500 funcionários e apresentando escritórios em Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Novas metalúrgicas também se instalariam na região, como a Schulz em 1946, produzindo painéis e tachos de alumínio e a metalúrgica Duque em 1955, produzindo tanto fornos quanto peças de bicicleta. Já em 1956, foi fundada a companhia Docol em Jaraguá do Sul, uma tornearia se transferindo logo após para Joinville. Novas indústrias do setor eletro metal mecânico surgiram também em Joaçaba, Blumenau, Brusque e Criciúma. A região Norte abrigaria também outros tipos de empreendimentos industriais. Em Joinville, Rodolfo Suze e

Guilherme Holderregger uniram-se a Citic Freitas para produzir geladeiras a querosene. Era em 1950 o início da Consul. Uma pequena marcenaria fundada em 1947 iniciaria a fabricação de carrocerias de ônibus e caminhões na década seguinte, dando início à Nielsen que na década de 1990 passaria a se denominar Busscar. Já em 1961, seria fundada a fábrica de motores elétricos WEG em Jaraguá do Sul (GOULARTI FILHO, 2016). Quanto aos químicos, a indústria farmacêutica se desenvolveria com a fundação da Laboratórios Catarinenses (CATARINENSE PHARMA, 2017).

A partir dos anos 1950, a eletro metal-mecânica presente no Norte do Estado apresentou expansão acentuada, com diversificação das atividades e expansão nacional com a abertura de filiais (GOULARTI FILHO, 2016). A indústria de maquinário também se desenvolveria no Vale do Itajaí. Em 1961 seria fundada em Brusque a Irmãos Fisher S/A indústria e comércio, que inicialmente consertaria eletrodomésticos e produziria pias (FISHER, 2017). Atualmente, produz produtos elétricos como micro-ondas, fornos e secadoras entre outros itens (FIESC, 2015). Em Timbó, no mesmo período se estabeleceria a Muller com atividades semelhantes (FIESC, 2015; MULLER, 2017). Em Indaial a metalurgica Fey iniciaria suas atividades (METALURGICA FEY, 2017). Em Brusque seria fundada a empresa Zen fabricando peças automotivas (ZEN S.A, 2017).

No Oeste as décadas de 1940 e 1950 seriam marcadas pela expansão dos frigoríficos. Os negócios comerciais dos Brandelise e Fontana cresceriam e dariam origem, respectivamente, à Perdigão e à Sadia. Em 1945 a Sadia empregaria 145 trabalhadores, seriam 210 em 1950 e 665 em 1960. Haveria ainda os frigoríficos Pagnocelli, Chapecó e Seara que no final da década de 1950, somados a Perdigão e Sadia empregavam 1680 pessoas. Entre 1950 e 1960, os frigoríficos a expansão do setor ultrapassaria os limites da região. A mecanização e modernização integraria a agroindústria ao setor químico e metal mecânico. Novas agroindústrias iniciariam suas atividades. A S.A. Indústria e Comércio Chapecó iniciaria suas atividades, assim como o Frigorífico Itapiranga - Safrita. Além dos frigoríficos, o setor começava a apresentar uma série de moinhos cuja propriedade era catarinense, mas com atividades que se expandiam a regiões próximas do Rio Grande do Sul, além de São Paulo. Com o passar do tempo as atividades de frigoríficos menores, bem como de moinhos, foram sendo concentradas pelos quatro grandes empreendimentos regionais; Sadia, Perdigão, Chapecó e Seara. Tais empresas continuaram o processo de expansão para além do território catarinense, além de investir no estado em associações de produtores e melhoramento genético (GOULARTI FILHO, 2016). Já a partir de 1969, através da atividade cooperativista,

surgiria a Aurora que também se expandiria nos anos seguintes com a aquisição de pequenos frigoríficos (AURORA ALIMENTOS, 2017).

O setor têxtil também se expandia a partir da demanda vinda dos mercados do Sudeste. Novos trabalhadores eram recrutados em todo o vale do Itajaí. As empresas também modernizariam o maquinário, além de abrir representações comerciais em grandes centros consumidores do país (GOULARTI FILHO, 2016). Em 1942 é fundada a Têxtil Catarinense do Nordeste, resultado da fusão de malharias menores (CIA HERING, 2017). No período 1940-1970 o setor têxtil ampliou sua capacidade instalada e apresentou expansão de suas bases comerciais ampliando centros de distribuição. Empresas como Renaux, Hering e Teka modernizaram equipamentos, iniciaram novas unidades e abriram filiais. Eram estas empresas responsáveis no período por grande parte da força de trabalho de municípios como Blumenau e Brusque (GOULARTI FILHO, 2016). Em 1972 a Têxtil Catarinense seria adquirida pela Hering, sendo que naquela década a empresa incorporaria ainda empresas como a Mafisa e inauguraria novas unidades fabris além de expandir o uso de marcas (CIA HERING, 2017). No Norte do Estado ocorreria a fundação da Buddemeyer que se mudara de Itajaí para São Bento do Sul em 1951 e da Marisol em 1964 no município de Jaraguá do Sul (BUDDEMEYER, 2017; MMARISOL S.A, 2017).

Quanto a madeira a atividade tem declínio no oeste do Estado por conta do esgotamento sem reflorestamento das reservas. Há, porém, a expansão para a Serra Catarinense e Planalto Norte. Lages e região se tornam grandes fornecedoras nacionais do produto. A título de curiosidade a madeira da região foi utilizada na construção de Brasília. Em 1945 a participação da madeira nas exportações catarinenses seria de cerca de sessenta e sete por cento e meio, já em 1970 teria participação reduzida para cinquenta e dois por cento, ainda assim mais da metade do total exportado. Com o passar dos anos, a participação da madeira reduziria sua participação na economia gradativamente (GOULARTI FILHO, 2016). Contudo, este produto manteria importância para suas regiões. Novas empresas seriam fundadas, são exemplos a Frame em Caçador (FRAMEPORT, 2017) e Guararapes, com presença não só em Caçador como em Santa Cecília (Oeste e Serra respectivamente) (EMPRESA GUARARAPES, 2017). Em Lages ocorre a presença da Madepar e em Rio Negrinho da Batistella (FIESC, 2015).

O carvão atravessou crise após a segunda guerra mundial, uma vez que o governo federal havia garantido durante o período a compra integral do produzido e suspendeu a política. Contudo, a partir da construção de uma política nacional para o setor, assim como com o desenvolvimento da siderurgia nacional e abertura de novas indústrias nacionais e

locais, caso da termoelétrica da Sociedade Termoelétrica de Capivari, a SOTELCA, em Tubarão, o setor se expandiria. Com o passar do tempo, considerando-se os custos de maquinário e transporte, a grande quantidade de empresas de mineração se reduziria, sendo que em 1956 as cinco maiores mineradoras responderiam por 58,3% da produção. Ainda neste ano, a filial da Companhia Siderúrgica Nacional em Criciúma seria a maior produtora do Estado com produção aproximada de 200.000 toneladas naquele ano. Nos anos seguintes, a produção de carvão estaria condicionada ao estímulo estatal. Foram os casos das duas crises do petróleo, nas quais o Governo Federal buscando soluções garantiria a compra dos produtores do sul do Estado. A partir do ano de 1986 a produção estagnaria (GOULARTI FILHO, 2016).

Os dividendos da extração madeireira seriam responsáveis pela possibilidade de investimento em novos ramos, como a o setor da pasta-papelão e do papel (GOULARTI FILHO, 2016). A Papel e Celulose Catarinense seria inaugurada em Lages ainda no ano de 1969. Já em 1973 seria criada a Celucat Artes gráficas, que produziria sacos e envelopes. Ambas pertenceriam à Klabin (KLABIN, 2017). Nos anos seguintes novas empresas se desenvolveriam, como a Companhia Canoinhas de Papel na região Norte e a Celulose Irani S/A no Oeste (FIESC, 2015; CIA CANOINHAS DE PAPEL, 2017).

As mudanças econômicas estariam refletidas no perfil econômico dos principais centros econômicos catarinenses. A região de Lages a partir da década de 1970 concentraria a produção de papel e celulose com crescimento do investimento no ramo seguido pela diminuição no investimento na madeira. Porém, mesmo com o novo ramo o investimento industrial na região foi reduzido, grande parte por conta do esgotamento de reservas naturais de matéria prima para a indústria local. Assim, a participação da região na economia catarinense foi reduzida. Brusque e Itajaí também apresentaram redução em sua participação na indústria catarinense, não tendo conseguido acompanhar o ritmo de dinamismo local. Ao mesmo tempo Joinville, com base nas indústrias metal mecânica, metalúrgica e de plástico, expandia sua liderança superando Blumenau como principal centro industrial do Estado. Jaraguá do Sul também apresentava crescimento em sua participação e Gaspar teria crescimento na indústria química que superaria a têxtil. No Oeste, Chapecó despontava como destaque. A agroindústria sustentaria ainda a força de trabalho em Videira e Concórdia. Criciúma e região apresentavam atividades ligadas ao carvão, ramo alimentar, químico e de plásticos. Contudo, era a cerâmica que se destacava como grande empregador (CUNHA, 1992). Em 1960 a Eliane seria fundada a partir da reestruturação de fábrica falida anteriormente do setor (ELIANE REVESTIMENTOS, 2017). Também na década de 1970,

iniciaria a produção da Cecrisa (AMBONI, 1997). A cerâmica teria destaque também na Grande Florianópolis. Em 1979 seria inaugurada a Portobello em Tijucas (PORTOBELLO, 2017). Ainda na grande Florianópolis, se instalaria a empresa de tecnologia Intelbras (1976) (FIESC, 2015).

A participação catarinense nas exportações nacionais brasileiras cresceria de um e meio para cerca de quatro e meio por cento. Alguns produtos se destacariam no período, os têxteis, farelo de soja e frangos congelados, o fumo também adquiriu participação importante no período (CUNHA, 1992). Apesar da boa participação nas exportações em geral, nos anos 1970 a agricultura sofreria com problemas tanto de ordem climática como com a variação dos preços internacionais, mesmo com maior disponibilidade de crédito através do Sistema Nacional de Crédito Rural, o que permitiu a modernização focada na mecanização e uso de insumos mais modernos (CUNHA, 1992).

Ainda no período 1970-1980 se acentuaria a concentração das médias e grandes unidades como grandes responsáveis pela produção econômica, fato refletido no emprego da mão de obra e do valor de transformação indústria. As pequenas empresas ao final de 1980 responderiam por trinta e cinco por cento da mão de obra e vinte e um por cento do valor transformado, ao passo que o restante foi de responsabilidade dos médios e grandes empreendimentos. Em 1981, quarenta e sete empresas eram responsáveis cada uma por empregar mais de oitocentos trabalhadores (CUNHA, 1992).

1.3.4 Anos 1980 e 1990

À época do milagre econômico brasileiro (1969-1974) a economia catarinense crescia em termos de produto interno bruto (PIB) em uma taxa mínima próxima a dez por cento (nove vírgula seis por cento em 1973). Mesmo com a redução do crescimento nacional entre 1975 e 1980, a economia manteve alto ritmo de crescimento. Nos anos 1980 ocorreram dois anos de recessão, em 1983 e 1988 (GOULARTI FILHO, 2016), entretanto, a renda per capita dos catarinenses ultrapassaria a média nacional a partir do início da década de 1980 (GOULARTI FILHO, 2016 apud EXAME, 1998). A Tabela 4 a seguir apresenta a evolução do PIB entre 1971 e 1990.

Tabela 5 - Crescimento do PIB Catarinense 1971-1990

Ano	Crescimento do PIB%	Ano	Crescimento do PIB %
1971	12,7	1981	2,5
1972	13,9	1982	6,8
1973	9,6	1983	-3,8
1974	14,3	1984	3,9
1975	11,3	1985	11,0
1976	13,9	1986	9,3
1977	7,4	1987	4,4
1978	7,2	1988	-1,1
1979	13,0	1989	4
1980	15,4	1990	-2,8

Fonte: Adaptado pelo autor baseado em Goularti Filho (2016, p.287).

Goularti Filho (2016) considera que algumas unidades federativas nos anos 1980, apesar da crise da dívida externa ocorrida e que teve graves consequências para a economia nacional, conseguiram apresentar crescimento econômico, dentre elas Santa Catarina. Este crescimento, contudo, não foi homogêneo, tendo alguns setores apresentado ganhos consideráveis ao mesmo tempo em que outros apresentavam consideráveis dificuldades.

No período, alguns empresários do setor têxtil começariam a diversificar seus investimentos como, por exemplo, na produção agrícola da soja (CUNHA, 1992). Um exemplo é a fundação da Ceval pelo Grupo Hering em Blumenau (BUNGE, 2017). A soja, beneficiada por tal modernização, apresentou crescimento extraordinário se comparado aos anos 1960, caminho inverso à mandioca e ao trigo. O milho ainda se destacava como principal bem agrícola produzido. Na pecuária, a suinocultura consolidou-se como principal atividade do setor para o período (CUNHA, 1992). O setor do carvão se beneficiou de uma política de proteção. Destacaram-se também no período os setores da cerâmica, dos calçados, dos plásticos, do vestuário e do moveleiro (GOULARTI FILHO, 2016). Na cerâmica, a Eliane se tornaria líder nacional do Setor (ELIANE REVESTIMENTOS, 2017). A Portobello abriria em 1981 uma filial em São Paulo e antes dos dez anos de existência possuiria um quadro superior a mil funcionários (PORTOBELLO, 2017). Quanto aos móveis na região de São Bento do Sul, a Três Irmãos seria fundada na década passada e a Artefama fundada nos anos 1940, esta expandiria a produção e iniciaria uma exportação em grande volume para o mercado americano (TRÊS IRMÃOS, 2017; ARTEFAMA, 2017). Quanto aos plásticos, a Tigre, fundada em 1941, se estabeleceria em 15 estados brasileiros e distribuiria sua produção para Argentina, Bolívia e Paraguai (GRUPO TIGRE, 2017).

Foi no Norte Catarinense que ocorreram as maiores oscilações. Algumas empresas como a Tupy apresentaram dificuldades financeiras prejudicando também seus fornecedores (GOULARTI FILHO, 2016). A empresa expandira na década de 1970 suas atividades internacionais com escritórios nos Estados Unidos e Alemanha, mas sofreria com a morte de seu fundador, além do cenário econômico (TUPY, 2017). Outras empresas, porém, como a Busscar, apresentaram crescimento em suas vendas. No geral, a região se beneficiou graças ao aumento das exportações. Pode-se afirmar, portanto, que a economia local reagiu bem à crise nacional em um cenário benéfico às empresas locais, graças ao protecionismo (GOULARTI FILHO, 2016).

Entretanto, já a partir dos anos 1990, ocorre em contexto nacional a política de redução do tamanho do Estado, bem como de maior abertura econômica. Tal processo seria iniciado com Fernando Collor e continuado por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (LINS E MATTEI, 2010). O período seria marcado pela política econômica que apreciaria o câmbio, reduziria os impostos e estimularia a tomada de crédito externo visando uma aproximação do padrão produtivo com aquele praticado no exterior. Assim, as indústrias de cerâmica, móveis, alimentos, papel e celulose, têxteis e da eletro metal-mecânica procurariam modernizar o maquinário procurando fornecedores internacionais especializados. Inicia-se também uma estratégia de diferenciação visando obter maior valor agregado que resultaria em produtos mais sofisticados, seja no setor cerâmico ou no de alimentos (CARIO E FERNANDES, 2010 apud CAMPOS et al, 2002). A pesquisa e desenvolvimento também seriam estimulados, contudo, apresentando um cenário de avanço apenas em alguns setores, com tecnologia precária em outros. O destaque em pesquisa seria dos setores têxteis, eletro metal-mecânico, cerâmica e plástico, alimentos, além do polo informático. Contudo, calçados e papel e celulose não apresentariam maiores resultados (CARIO E FERNANDES, 2010 apud CARIO, 2008). Outra característica do período seria a entrada de capital multinacional. Empresas de alimentos, têxteis, móveis, papel e celulose, plástico e eletro metal-mecânico seriam adquiridas por grupos estrangeiros, assim como investimentos diretos estariam aplicados em novas fábricas e em fusões e aquisições da indústria metalúrgica, mecânica, de móveis e alimentos (CARIO E FERNANDES, 2010). A Ceval seria adquirida pela multinacional americana de alimentos Bunge (BUNGE, 2017). A Consul se uniria a outra fabricante de eletrodomésticos, a paulista Brastemp formando a Multibrás. Anos mais tarde esta empresa seria adquirida pela Whirlpool (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997). Neste contexto, ocorre também uma maior internacionalização das indústrias do estado aumentando suas vendas ao exterior, bem como iniciando unidades fabris em solo estrangeiro (CARIO E FERNANDES,

2010). A WEG, por exemplo, inaugura unidade nos Estados Unidos (WEG, 2017). A Eliane também inaugura unidade cerâmica no estado americano do Texas (ELIANE REVESTIMENTOS, 2017). A Tigre manteria expansão pela América Latina (TIGRE, 2017).

Alguns setores seriam fortemente atingidos pela abertura econômica. O maior exemplo é o setor têxtil, que pela combinação da valorização cambial e abertura para produtos importados perderia mercado tanto em território nacional como para vendas destinadas ao exterior (GOULARTI FILHO, 2016). Nos anos seguintes, a centenária empresa Renaux encerraria suas atividades e outras como a Buettner teria seu faturamento reduzido à metade (GAZZONI, 2013). No metal mecânico empresas reduziriam seu quadro de funcionários, fechariam unidades e venderiam outras. O setor de calçados, que havia apresentado grande crescimento nos anos 1980 acabaria enfrentando grande concorrência de produtos asiáticos. A produção de carvão acabou condicionada à demanda da usina termelétrica de Capivari de Baixo, também sob gestão privada. Setores mais adaptados anteriormente como a cerâmica acabariam apresentando maior facilidade de comercialização de seus produtos e para a exportação (GOULARTI FILHO, 2016). Na agricultura, o perfil com destaque para o cultivo em pequenas propriedades manteve-se quase que inalterado se comparado aos anos 1960 (FACHINELLO E DOS SANTOS FILHO, 2010). O oeste catarinense mantinha, no censo agrícola 1995 - 1996, a liderança na produção de trigo, milho, soja, além de quase oitenta por cento da produção de suínos e quase a metade do rebanho de bovinos e de carne de aves. O Sul era responsável pela maior parte da produção de fumo e arroz (GOULARTI FILHO, 2016).

1.3.5 Anos 2000 e atualidade

Ao fim de 2005 o produto Carne de Aves responderia pelo maior valor exportado por Santa Catarina naquele ano, com dezoito por cento do total. Era seguido pela carne suína, artigos de mobiliário, bombas de ar, motores elétricos e artigos cerâmicos como principais produtos exportados naquele ano, quando as exportações catarinenses atingiram US\$ 5,6 bilhões. Já em 2009, este valor seria de US\$ 6,43 bilhões (INDI, 2017). Naquele ano as empresas com maior valor exportado foram as relacionadas com a agroindústria alimentar, metal mecânica, celulose e a indústria do fumo, são elas, Seara, WEG, Whirlpool, BR Foods, Universal Leaf Tabacos, Souza Cruz, Tupy, Cooperativa Central Oeste Catarinense, Diplomata, Klabin, Frigorífico Riosulense, Continental Tabaccos, Bunge, Agroveneto, Agrofrango, Premium tabacos, Vosso, Busscar, ADM do Brasil e Tyson (FIESC, 2010).

Na agroindústria a BR Foods seria resultado da fusão entre Perdigão e Sadia, concretizada em 2009 (DALLA COSTA, 2009). A Empresa possui atualmente nove unidades industriais e dois centros de distribuição em Santa Catarina, localizadas em diferentes regiões (BRF, 2017). Após período em controle do grupo Marfrig, a Seara seria adquirida pelo grupo JBS em 2013 (EXAME, 2013; SEARA, 2017). A Agroveneto, localizada em Nova Veneza no Sul do Estado, também seria adquirida pela JBS em 2012 (GAZZONI, 2012). A JBS compraria ainda a Macedo, de São José, anteriormente pertencente à Tyson Foods (SCRIVANO, 2014). A unidade da alemã Vosso seria inaugurada em 2003 em Lages (VOSSKO, 2017). Ainda no setor, a Aurora inauguraria novas unidades no Oeste Catarinense (AURORA, 2017).

Por parte da eletro metal-mecânica nos anos 2000, a WEG que já possuía fábrica nos Estados Unidos iniciaria planta industrial também na Argentina, México e Índia (WEG, 2017). A Tupy realizaria grandes investimentos nos anos 2000 após período de recuperação financeira e inauguraria nova fábrica de peças de motores no ano de 2012 em Joinville (TUPY, 2017). A Busscar teria falência decretada em 2012, sendo adquirida pelo grupo Caio no início de 2017 (G1, 2017).

Entre as principais exportadoras para aquele ano (2009) nos demais setores, a Klabin teria sido refundada em 2001 através de reorganização societária. Nos anos seguintes, as unidades catarinenses seriam modernizadas (KLABIN, 2017). A Universal Leaf Tabacos encerraria suas atividades no estado em 2013 fechando a fábrica de Joinville (MACHADO, 2013). Contudo, outras fábricas de tabaco manteriam o processamento do produto. Além da Sousa Cruz em Blumenau, a Continental possui unidades em Araranguá, Itoporanga e Papanduva (CONTINENTAL TOBACCO, 2017). Já a Premium Tabacos mantém unidades em Rio do Sul e Sombrio (PREMIUM TABACOS, 2017).

Em 2015 existiriam 3500 ligadas ao ramo de alimentação, 10000 têxteis, 1600 empresas de máquinas e equipamentos, 4000 no ramo da metalurgia, 2700 empresas de mobiliário, 600 empresas de cerâmica, 334 no ramo de equipamentos elétricos, 1000 fabricantes de plásticos, 400 de autopeças e 400 empresas de papel e celulose (FIESC, 2015).

Quanto a produção refletida no emprego, a indústria alimentar empregava em 2014, 105 mil trabalhadores, a indústria têxtil 173 mil, máquinas e equipamentos 46 mil, a metalurgia 56 mil, a cerâmica 19 mil, mobiliário 30 mil, a madeira 39 mil, máquinas e equipamentos elétricos 35 mil, autopeças 15 mil e a indústria naval teria 6 mil funcionários (FIESC, 2015).

Figura 2 - Atividades econômicas das mesorregiões catarinenses



Fonte: *Website* Baixar Mapas com base em dados da FIESC (2015).

A Figura 3 expõe a divisão de atividades econômicas em cenário recente apresentadas por Santa Catarina. A divisão original da FIESC faz algumas variações geográficas deslocando alguns municípios localizados na divisa entre mesorregiões como pertencentes a outras. Um exemplo disso é o município de Santa Cecília que para o IBGE localiza-se na Mesorregião Serrana e é colocado no Norte do Estado. A FIESC também divide o Norte Catarinense em Norte e Nordeste e modifica a nomenclatura das regiões. A adaptação foi feita visando a maior compreensão de acordo com o estabelecido pelo IBGE (FIESC, 2015).

É possível compreender que cada região do Estado mantém como característica atividades econômicas distintas, apesar da maior integração regional apresentada nas últimas décadas, há setores específicos para cada localidade. Os dados da FIESC (2015) diferem um pouco dos disponíveis para a exportação. Se faz necessário distinguir produção visando ao mercado local e aquela voltada para o exterior. Contudo, essa ilustração permite apresentar de modo resumido aquilo que será melhor apresentado no terceiro capítulo, que aborda a pauta exportadora de Santa Catarina, base para a Teoria de Complexidade Econômica a ser exposta a seguir.

1.4 SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO 1

Ao fim desta apresentação pode se considerar que a formação socioeconômica de Santa Catarina apresenta maior desenvolvimento em um período de tempo recente. Até o fim do século XIX, poucos eram os núcleos populacionais e municípios autônomos. A infraestrutura do estado era precária e a atividade econômica restrita a poucas atividades em sua maioria agrícolas ou de extração.

Ao final daquele século e com o início do século XX novas iniciativas surgem. O povoamento se intensifica, há a busca por melhorias na comunicação entre as regiões e a indústria aumenta gradativamente sua participação na economia.

Algumas atividades econômicas se espalham por todo o território catarinense. Entretanto, de modo geral, cada região apresenta características próprias com as principais atividades econômicas diferenciadas entre si. Ocorre maior industrialização em algumas regiões do Estado enquanto em outras as atividades primárias ainda são predominantes.

2 A TEORIA ECONÔMICA DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA

O segundo capítulo deste estudo tem como objetivo apresentar panorama acerca de teoria econômica, a Teoria de Complexidade Econômica. Esta teoria por sua vez será base para compreensão das diferenças e semelhanças entre os bens produzidos pelas diferentes mesorregiões que compõe o Estado de Santa Catarina que serão tema de um próximo capítulo. O capítulo tem início com um breve histórico acerca do desenvolvimento teórico da teoria da complexidade econômica. Em seguida são apresentadas considerações sobre o conhecimento individual e societário, sobre os conceitos de ubiquidade e diversidade, A relação entre complexidade econômica com renda bem como com o crescimento econômico e nível institucional e por fim apresenta-se o conceito de espaço produto.

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A TEORIA

A teoria da complexidade econômica é um projeto desenvolvido entre dois centros de ensino localizados no nordeste dos Estados Unidos através da parceria de seus pesquisadores. Na Universidade Harvard dentro da Harvard Kennedy School há a equipe comandada pelo pesquisador Ricardo Hausmann. Já no Massachusetts Institute of Technology (MIT) funciona o MIT Lab cuja equipe é comandada por sua vez por Cesar Hidalgo (HARVARD, 2017).

O desenvolvimento da teoria teve início na década de 2000. Portanto se trata de um estudo recente. Artigos desenvolvidos por Hidalgo e Hausmann foram publicados no final daquela década. Aqui se trabalhará principalmente com a publicação de 2011 Atlas de Complexidade Econômica (HIDALGO et al, 2011) além do artigo denominado The building blocks of economic complexity (HIDALGO E HAUSMANN, 2009).

O Estudo da Complexidade Econômica propõe apresentar um panorama sobre do crescimento econômico e desenvolvimento de regiões e Estados. Para isso se utiliza da interpretação de dados de comércio de produtos exportados por estas regiões e Estados. Através disso considera retratar a estrutura produtiva deste local. Por fim relaciona tal estrutura produtiva de maneira direta com o nível de renda da mesma região considerando desvios na classificação à possível evolução deste nível de renda (HAUSMANN e HIDALGO, 2009).

Hausmann e Hidalgo (2009) consideram que alguns dos requisitos para o exercício das atividades industriais não podem ser exportados. Eles se referem a direitos de propriedade distintos, alguns regulamentos, infraestrutura, habilidades próprias de trabalho. É preciso para

um bom desenvolvimento de uma atividade produtiva que tais requisitos estejam disponíveis e sejam adequados localmente. E a diferença entre estes itens se reflete na produtividade regional fator que explica a complexidade econômica e de forma consequente o nível de renda da localidade, uma vez que tal produtividade interfere na diversidade e qualidade dos recursos ali apresentados bem como na interação das suas combinações.

Para estes autores a complexidade econômica local pode ser comparada em uma analogia a ferramenta de Lego (HAUSMANN E HIDALGO, 2009). Lego é um modelo de jogo criado na Dinamarca que visa estimular a criatividade de seus jogadores fornecendo peças que podem se conectar criando uma grande variedade de figuras, símbolos e brinquedos distintos (LEGO GROUP, 2017). Hausmann e Hidalgo (2009) comparam então os recursos disponíveis em uma localidade a quantidade e diversidade de peças de Lego diferentes. Um Estado e região, portanto é capaz de produzir aquilo que dispõe dentro de seu território. E quanto maior for o número de recursos, de melhor qualidade forem estes e maior for a sua diversidade, maior a variedade de bens neste local serão produzidos como provavelmente tais bens serão mais sofisticados.

2.2 CONHECIMENTO INDIVIDUAL E AQUELE EXPRESSO PELA SOCIEDADE

Em outra comparação os autores consideram que cada indivíduo possui habilidades e conhecimentos próprios. Estes conhecimentos podem ser divididos em explícitos aqueles de fácil compreensão e os tácitos que necessitam uma aprendizagem mais elaborada. Há uma diferença, por exemplo, entre ler um jornal e aprender uma profissão ou um novo idioma. Desta dificuldade de aprender conhecimentos tácitos resulta a especialização dos indivíduos em determinada atividade a ser desempenhada. Por sua vez se considera que há interação por necessidade de sobrevivência de tais indivíduos assim compartilhando e unindo seus conhecimentos (HIDALGO et al, 2011).

Uma sociedade então reflete tal interação entre seus indivíduos e em uma sociedade moderna há a combinação de uma grande quantidade deste conhecimento para suprir as necessidades de seus membros, uma vez que o conhecimento humano esteja reunido na construção de organizações que desempenham funções diversas e desenvolvem diferentes produtos fruto da combinação das habilidades e especializações de seus participantes. Uma organização, por exemplo, que fabrica um bem depende do conhecimento de profissionais do design, de responsáveis pelo comércio, pelas finanças, pelo marketing e claro pela produção (HIDALGO et al, 2011).

Por outro lado, existe também a necessidade de interação entre as organizações. Uma empresa produtora de bens necessita de serviços para transportar seus funcionários, de uma companhia que forneça eletricidade e de outra que ofereça água. Por fim, em uma exposição resumida, necessita de um serviço que permita o transporte também da sua produção (HIDALGO et al, 2011).

A complexidade econômica acaba expressa na capacidade dos territórios em promover tais serviços. O conhecimento é transferido à medida que se realizam tais atividades e a capacidade produtiva é reflexo da qualidade desta estrutura de organizações. Organizações que reúnem conhecimento relevante acabam por produzir bens de maior sofisticação e em maior diversidade, tal conhecimento relevante por sua vez relaciona-se com a capacidade de transmissão do mesmo na sociedade. Onde não há possibilidade de transmissão de tais conhecimentos são menores por sua vez as possibilidades de sofisticação e diversificação da produção das organizações. Por fim, o conjunto da sociedade reflete a soma do que é produzido pelo conjunto de suas organizações, seguindo lógica semelhante,

[E]conomias complexas são aquelas que podem tecer grandes quantidades de conhecimento relevantes juntos em grandes redes de pessoas para gerar uma mistura diversificada de produtos de conhecimento intensivo. Economias mais simples em contraste, têm uma base estreita de conhecimento produtivo e produzem menos produtos e mais simples, que exigem menores teias de interação. Porque os indivíduos são limitados no que eles sabem, a única forma das sociedades em que as sociedades podem expandir sua base de conhecimento é, facilitando a interação de indivíduos em teias de organizações e mercados cada vez mais complexas. Aumento da complexidade econômica é necessária para uma sociedade ser capaz de segurar e usar uma quantidade maior de conhecimento produtivo e podemos medir isso da mistura de produtos que os países são capazes de fazer (HIDALGO et al, 2011, p.18).

2.3 CONCEITOS DE UBIQUIDADE E DIVERSIDADE

[D]iversidade, portanto, pode ser usada para corrigir as informações apresentadas pela ubiquidade e ubiquidade pode ser usada para corrigir as informações transportadas pela diversidade. Podemos levar isso para processar um passo adiante, corrigindo e usando uma medida de ubiquidade que já foi corrigida pela diversidade e vice-versa (HIDALGO et al, 2011, p.20).

Assim, considera-se que certos produtos só são possíveis de serem fabricados ou cultivados caso uma sociedade possua uma gama de conhecimentos ou conhecimentos específicos. Para auxiliar na explicação Hidalgo et al (2011) desenvolve o conceito de ubiquidade. Este está diretamente relacionado ao número de locais de fabricam determinado bem. Apontam os autores que bens de maior necessidade de conhecimento são encontrados

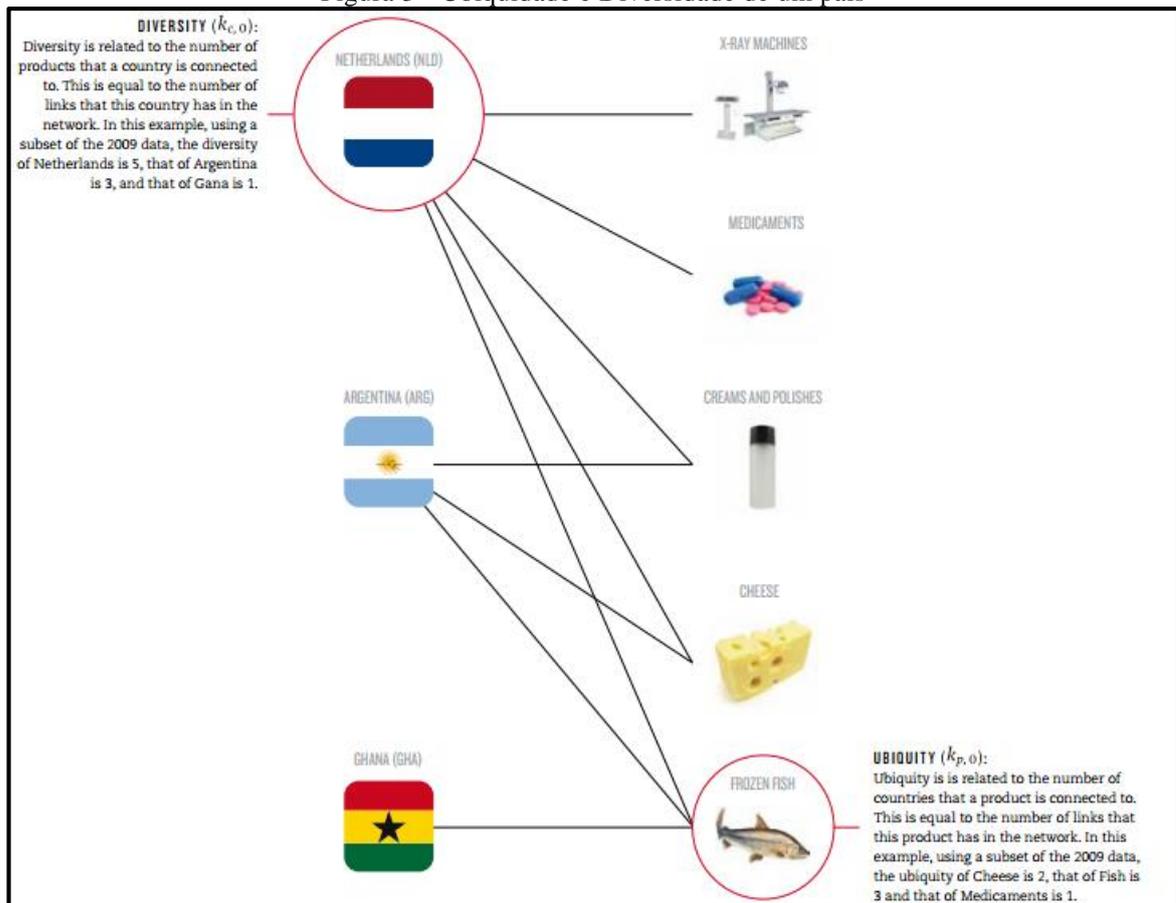
em um menor número de locais e assim são mais raros ou menos ubíquos. Isto resulta do conhecimento necessário para tal fabricação ou cultivo. Por exemplo, se um determinado tipo de medicamento é encontrado na pauta exportadora de uma localidade, um tipo de queijo na pauta exportadora de duas e por sua vez um peixe na pauta de exportação de três locais distintos há uma grande possibilidade de o conhecimento necessário para a produção do medicamento seja maior do que para a produção do queijo ou para a prática e cultivo do peixe (HIDALGO et al, 2011).

Contudo, existe também o fator dos recursos naturais. Estes servem tanto de matéria prima a ser exportada bruta como também são componentes para a fabricação de outros bens. Ocorre, porém, que a distribuição destes recursos naturais é dispersa de modo desigual entre as localidades, e tal desigualdade na distribuição acaba por afetar a ubiquidade. Por exemplo, o ouro é pauta de exportação de um número limitado de localidades, portanto de acordo com a teoria seria um produto raro ou não ubíquo. Entretanto não se pode dizer que uma região que exporte apenas ouro e um número limitado de outros produtos seja mais complexa do que aquela que desenvolva e venda ao exterior uma grande gama de produtos mesmo que estes sejam mais comuns ou mais ubíquos do que o próprio ouro. Portanto para Hidalgo et al (2011) explicar a complexidade de uma sociedade em sua economia é preciso ir além da ubiquidade dos bens ali desenvolvidos e tratar também da diversidade da produção local, ou seja, se uma região exporta poucos ou muitos e diferentes produtos.

Para explicar a diversidade novamente se pode considerar a analogia ao lego ou como fazem os autores no Atlas da Complexidade Econômica a um jogo de Scrabble (HIDALGO et al, 2011). Se na ubiquidade se considera o diferencial de uma peça (Lego) ou carta (Scrabble) para o jogo no quesito diversidade é considerada a variedade de peças ou cartas disponíveis ao jogador. No caso da produção econômica o jogador é substituído pelas organizações produtivas e as peças e cartas pelos recursos e conhecimento disponíveis. Quanto maior o número de cartas de um jogador maiores as possibilidades de combinações ou no cenário econômico quanto maior os recursos e conhecimento disponível maior será a variedade de bens possíveis de produção e conseqüente exportação. Consideram os autores que a possibilidade de criação de palavras longas isso é que necessitam de um número grande de cartas em um jogo de Scrabble é de grande dificuldade algo raro, assim como a produção de bens sofisticados demanda um alto nível de conhecimento que só é encontrado em poucas sociedades (HIDALGO et al, 2011). Já bens mais comuns demandam menos conhecimento, assim como palavras curtas necessitam de poucas letras, ou poucas cartas para o jogo, sendo mais comum encontrá-los.

Os conceitos de Ubiquidade e Diversidade se complementam. Por sua vez, cada conceito permite corrigir distorções na explicação provocadas pelo outro conceito. Novamente ressalta-se que na analogia à ubiquidade refere-se a cartas raras e diferenciais necessárias para a formação de palavras específicas. Aponta Hidalgo et al (2011) que os jogadores possuem cartas comuns como A, B, C assim como regiões possuem recursos comuns. Contudo, assim como urânio e diamantes são recursos raros e restritos a algumas regiões também em um jogo são cartas como Q e X. Possuir apenas tais letras por mais que raras não é suficiente para formar um grande número de palavras assim como possuir recursos e conhecimentos raros não é suficiente, conforme já exposto, para produzir grande variedade de bens. Por outro lado, a falta de letras raras resulta em palavras comuns assim como a falta de recursos e conhecimentos raros resulta na produção de bens mais comuns.

Figura 3 - Ubiquidade e Diversidade de um país



Fonte: MIT LAB (2017).

A Figura 4, por exemplo, apresenta três nações distintas. Os Países Baixos, a Argentina e Gana. A economia neerlandesa é apresentada como aquela que produz e exporta uma variedade maior de bens, no caso da ilustração são cinco contra três da economia argentina e

um da ganancia. Por sua vez a economia dos Países Baixos é aquela também que produz bens menos ubíquos. Todas as nações produzem peixes congelados. Os argentinos também produzem queijos e cremes. Mas apenas os neerlandeses produzem medicamentos e máquinas de raios-X.

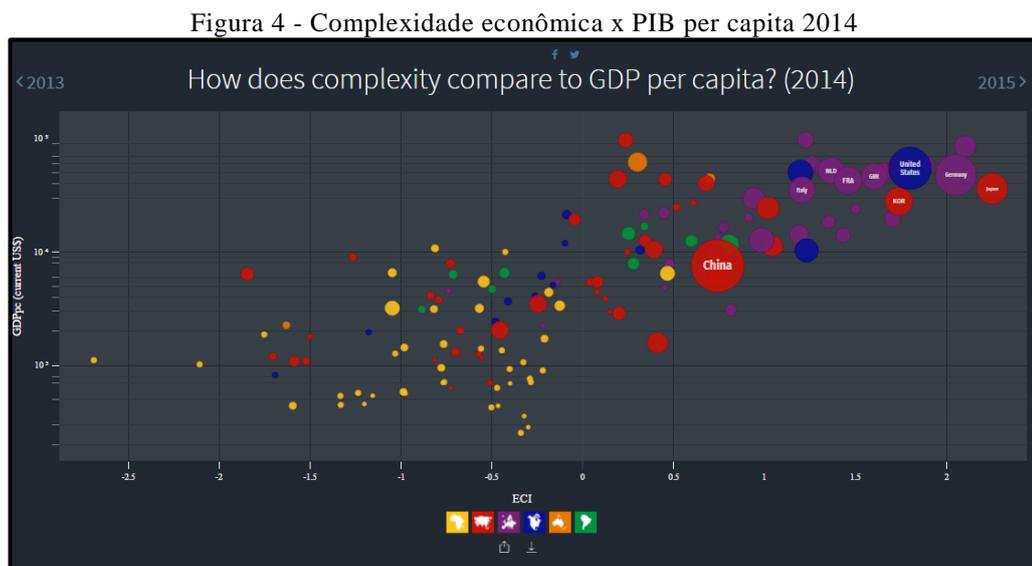
2.4 A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA E A RENDA PRESENTE E FUTURA DE UMA REGIÃO

O modelo teórico da complexidade econômica permite então distinguir economias que apresentam níveis de produção (PIB) semelhantes, mas que, contudo, possuem uma renda per capita de diferença acentuada. No atlas da complexidade econômica, por exemplo, é apresentada a distinção entre Cingapura e o Paquistão. Hidalgo et al (2011) apontam que ambas as nações asiáticas possuem um PIB semelhante. Todavia a renda per capita de um cidadão de Cingapura é trinta e oito vezes maior do que a de um paquistanês. Isso é explicado porque os produtos exportados pelo Paquistão são em média exportados por outros vinte e oito países ao mesmo tempo em que os produtos exportados por Cingapura são exportados por um número menor de países. Ao mesmo tempo os produtos exportados por Cingapura são exportados também por países com grande diversidade de produtos e os produtos paquistaneses são exportados também por países com pouca diversidade de produtos exportados. Assim os concorrentes de exportação bem como a própria Cingapura apresentariam uma pauta de exportação de produtos mais raros (menos ubíquos, produzidos por um número limitado de países) e de maior diversidade. Com o Paquistão ocorre o oposto. Portanto elevados níveis de renda seriam resultado de exportação de bens raros em conjunto com a diversidade de bens produzidos, configurando uma economia complexa.

Apontamento referente à relação entre renda e complexidade econômica é que países ou regiões mesmo que não apresentem uma alta complexidade econômica podem sim ter uma renda elevada. Isto novamente está relacionado à raridade ou não ubiquidade dos recursos naturais e que tem como consequência atividades extrativistas relacionadas. Entretanto o crescimento do nível de renda e sua taxa de aceleração de diferentes regiões de acordo variam com seus bens produzidos. Segundo Hidalgo et al (2011), regiões onde a renda está um patamar abaixo do esperado para o nível de produção, relacionado à complexidade econômica, ali alcançado tendem a ter um crescimento desta renda em taxas mais aceleradas se comparado a regiões que apesar de ter uma complexidade econômica baixa apresentam uma renda mais elevada.

Faz-se necessário então uma diferenciação entre o atual nível de renda per capita de uma região e aquele que possivelmente será alcançado por esta região. Citam por exemplo, Hidalgo et al (2011), que nações como China e Tailândia possuem um nível de renda semelhante àquele apresentado por Líbia, Omã e Venezuela. Entretanto a estrutura produtiva dos dois primeiros estaria seguindo um caminho de maior complexidade econômica, enquanto a dos três últimos se restringiria a produção de bens comuns. Portanto, o que acreditam os autores é que China e Tailândia a partir do incremento dos seus bens produzidos converjam, ao longo dos anos, também para níveis de renda mais elevados (HIDALGO et al, 2011).

A Figura 5 apresenta a relação entre complexidade econômica e PIB per capita para o ano de 2014. As nações em vermelho são aquelas localizadas na Ásia, as em verde na América do Sul, a Europa é representada pelo roxo, a América do Norte pelo azul escuro e a África pelo amarelo. Laranja representa a Oceania. O eixo x horizontal representa a complexidade, o eixo y vertical o PIB per capita.



Fonte: MIT LAB (2017).

As nações da Europa Ocidental apresentam complexidade econômica elevada, apresentando um número variado de bens exportados e de alta complexidade. O mesmo ocorre com os países da América do Norte. Algumas nações asiáticas como o Japão e a Coreia do Sul também apresentam complexidade e renda altas. Em seguida apresentam-se economias do leste europeu, as principais economias sul-americanas, a China e outras economias como Turquia, Malásia e Árabia Saudita. São nações com renda e complexidade média. As nações africanas concentram-se no patamar de renda e complexidade mais baixa (MIT LAB, 2017).

2.5 RELAÇÃO ENTRE COMPLEXIDADE ECONÔMICA, CRESCIMENTO ECONÔMICO E NÍVEL INSTITUCIONAL DE DETERMINADA REGIÃO

Tal relação entre renda e complexidade econômica, é também, por sua vez, importante porque permite estabelecer os limites de compreensão do estudo e sua contribuição. Se por um lado, o estudo da pauta de exportação de produtos de uma região permite compreender níveis de renda e seu possível crescimento futuro, por outro há de se lembrar que as exportações não são responsáveis únicas pelo crescimento econômico local. Apontam Hidalgo et al (2011), utilizando-se de consenso que a exportação é um dos componentes para o cálculo de indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) local. Se, por exemplo, os demais indicadores do PIB, como o consumo, gasto e o investimento de uma região forem nulos, e as exportações relevantes estas serão responsáveis por algum crescimento. Contudo ao não descartar os demais componentes do cálculo as exportações se configurariam apenas como mais um fator a ser considerado nesta economia. Assim, para medir a influência da complexidade econômica no PIB local há também de se considerar a relação entre tamanho da população e o território local e de abertura comercial, não isoladamente, mas quando estas exercem também influencia sobre a produção local.

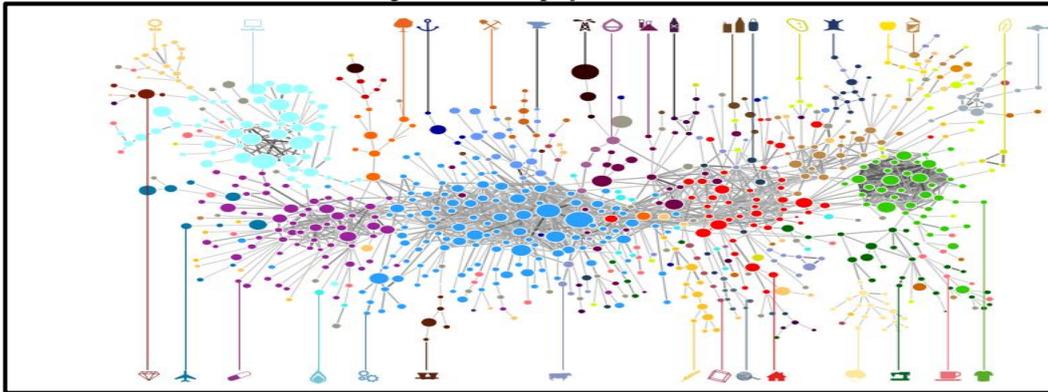
Outra consideração importante a ser examinado é a relação entre a complexidade de uma economia, a educação local e o nível de suas instituições. Afirmam Hidalgo et al (2011), que os termos competitividade, instituições, educação e complexidade econômica apontam aspectos diferentes de uma mesma realidade. Para melhor compreensão apontam algumas medidas relacionadas ao bom funcionamento de instituições buscando relaciona-las com a complexidade econômica de seu índice refletida como já dito em incremento da renda e crescimento econômico. Um exemplo de fator relacionado ao grau de eficiência das instituições é a governança. Segundo Hidalgo et al (2011) é a governança importante porque permite aos indivíduos e organizações se relacionarem visando à cooperação de seus indivíduos e organizações. Assim é possível o compartilhamento de conhecimento e conseqüente aprimoramento dos bens produzidos os tornando mais complexos. Deste modo ao relacionar a cooperação de indivíduos e organizações com a complexidade de bens, o índice de complexidade econômica permitiria compreender a qualidade de governança local.

2.6 O ESPAÇO PRODUTO

Outra comparação importante apresentada é aquela que relaciona o processo de complexidade econômica com um processo logístico. De tal comparação se pode compreender um conceito importante, o do Espaço Produto. Hidalgo et al (2011) sugerem que há uma relação entre entraves de exportação com o item da complexidade econômica que faz sugestão de que as localidades tendem a desenvolver produtos novos de características próximas ao seu conhecimento já adquirido. É mais fácil resolver pequenos detalhes para liberar as exportações de um produto com detalhes já conhecidos pela exportação de outros produtos como comprovantes do que desenvolver de uma sua vez todo um sistema novo de exportação, o mesmo acontece com uma indústria de camisas. Ela já possui um know-how na produção de têxteis. Então para esta empresa é mais fácil produzir blusas do que motores. Com isso se pode compreender através da complexidade econômica a capacidade de uma economia em se adaptar aos recursos por ela disponíveis bem como reforçar a tendência que esta economia no futuro seguirá um caminho em direção a estabelecer uma pauta produtiva com componentes próximos ao que já conhece. Assim se estabelece o chamado espaço produto. Novamente para completar a explicação Hidalgo et al (2011) desenvolvem uma analogia. Em uma floresta existem árvores, árvores de características semelhantes se posicionam próximas umas das outras. Árvores distintas apresentam maior distância. Nessa floresta por sua vez existem macacos que vivem nas árvores. Logo é mais fácil para um macaco se deslocar de uma árvore mais próxima para outra do que para uma mais distante. Substituindo macacos por empresas, árvores por produtos e a floresta pela economia, é mais fácil para uma empresa começar a produzir novos bens de características próximas aos que já produz. Sendo as empresas as organizações que utilizam do conhecimento da sociedade uma economia tende então conforme já exposto acima evoluir gradativamente em seu espaço produto pesquisando pelo desenvolvimento de novos bens próximos aos que já possui.

A figura a seguir faz apresentação ilustrativa sobre o exposto acima. Há relação direta entre a centralidade de posicionamento dos bens e sua complexidade. Bens como os de maquinário (cor azul), instrumentos e químicos apresentam maiores conexões. Deste modo, estão mais conectados a produção dos demais bens e assim apresentam maior complexidade. Por outro lado, bens como têxteis (cor verde), assim como commodities agrícolas ou minerais se encontram em posição periférica. Assim são bens com poucas conexões e isto reflete também em sua baixa complexidade.

Figura 5 - O Espaço Produto



Fonte: MIT LAB (2017).

2.7 ÍNDICE DE COMPLEXIDADE DO PRODUTO E COMPLEXIDADE ECONÔMICA

As características acima citadas são traduzidas pelos estudiosos da complexidade econômica em forma de índice numérico. A complexidade na confecção de um bem é traduzida em um valor numérico para este produto. Assim, bens de fácil produção ou obtenção apresentam valor baixo, até negativo. Um exemplo é a plantação de algodão. É considerado um cultivo de muito fácil execução deste modo o seu valor de produto (PCI) é considerado muito baixo de -2,474. Contudo, bens que demandam grande conhecimento da sociedade para que seja realizada sua elaboração apresentam um valor número elevado. Instrumentos para análises químicas são bens que exigem um grande grau de conhecimento por parte de quem os produzem e são elaborados por um número limitado de empresas. Deste modo seu valor em PCI é elevado tendo valor em 2014 de 2,04. (MIT LAB, 2017).

Bens como produtos de origem vegetal e animal, gêneros alimentícios, calçados, têxteis, atividades de pedra ou similares assim como atividades extrativistas apresentam uma tendência a apresentar um PCI com valor baixo. O mesmo ocorre para a maioria dos produtos minerais. Contudo alguns destes minérios apresentam alto valor PCI. Ao se considerar os 10% produtos mais complexos. Há predomínio de químicos, instrumentos e maquinário. A Figura 7 abaixo apresenta os 15 produtos mais complexos em 2014 (MIT LAB, 2017).

Figura 6 - Os 15 produtos de maior complexidade para a produção (PCI Value) em 2014

Rank		ID	Product	PCI
1	▲ 134	8113	 Cermets	2.4
2	▲ 400	2812	 Halides	2.39
3	▲ 9	3705	 Developed Exposed Photographic Material	2.21
4	▲ 30	7507	 Nickel Pipes	2.2
5	▲ 17	3707	 Photographic Chemicals	2.19
6	▲ 30	8457	 Metalworking Transfer Machines	2.19
7	▲ 14	9027	 Chemical Analysis Instruments	2.04
8	▲ 261	3702	 Photographic Film	2.02
9	▲ 29	8209	 Tool Plates	2
10	▲ 16	8479	 Machinery Having Individual Functions	1.95
11	▲ 481	2919	 Phosphoric Esters and Salts	1.93
12	▲ 4	9010	 Photo Lab Equipment	1.88
13	▲ 64	9012	 Non-optical Microscopes	1.88
14	▲ 43	3818	 Disc Chemicals for Electronics	1.85
15	▲ 333	3810	 Metal Pickling Preparations	1.83

Fonte: MIT LAB (2017).

Como consequência, sendo o conjunto das exportações de uma localidade a soma de todos os bens ali produzidos, há a possibilidade de apresentação de um índice de complexidade econômica local. Para isso, o cálculo efetuado considera o valor de complexidade de cada item por aquela localidade exportado. Assim, regiões ou países com valor numérico baixo de complexidade são aqueles onde há produção no conjunto de bens não raros ou com baixa diversidade de produção. Por outro lado, nações onde o índice numérico é alto refletem um conjunto de bens produzidos raros que exigem grande conhecimento e grande diversidade de produção de bens diferentes. A Figura 8 abaixo apresenta os 15 países com maior complexidade em 2014.

Figura 7 - Os 15 países com maior complexidade econômica em 2014

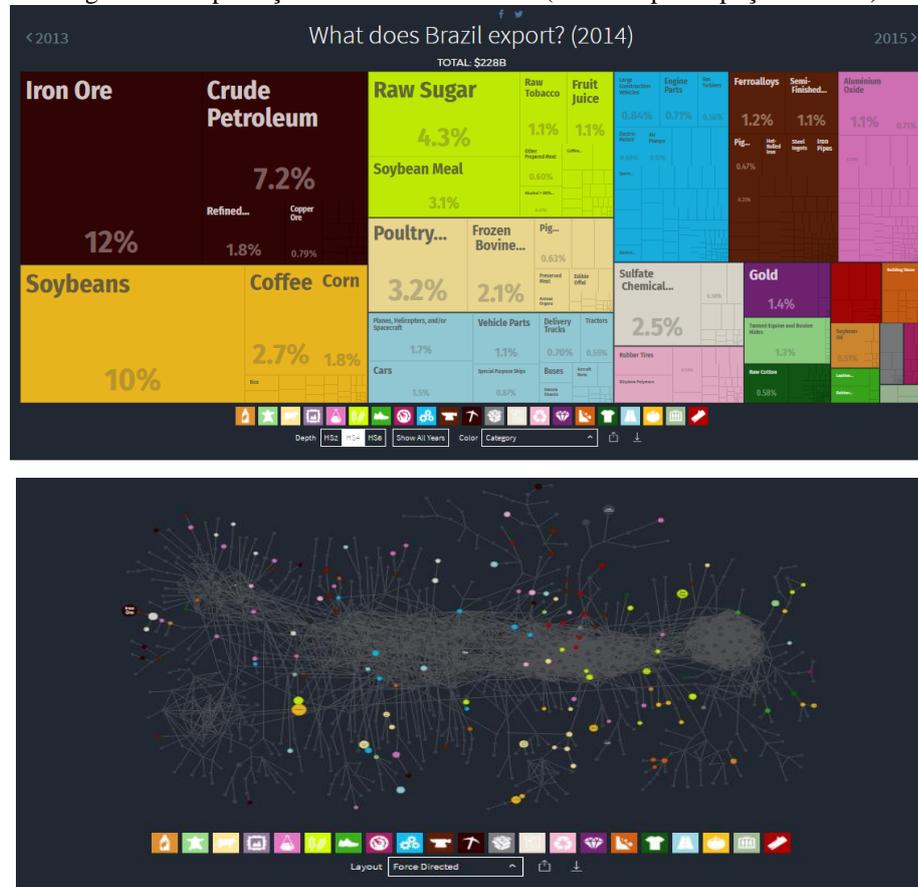
Rank ↕	ID ↕	Country ↕	ECI ↕
1	JPN	 Japan	2.25
2	CHE	 Switzerland	2.10
3	DEU	 Germany	2.05
4	SWE	 Sweden	1.89
5	USA	 United States	1.80
6	▲ 4	KOR  South Korea	1.74
7	▼ 1	FIN  Finland	1.74
8	▲ 1	SGP  Singapore	1.73
9	▼ 1	CZE  Czech Republic	1.70
10	▼ 3	AUT  Austria	1.65
11		GBR  United Kingdom	1.60
12	▲ 1	SVN  Slovenia	1.50
13	▼ 1	FRA  France	1.46
14	▲ 2	HUN  Hungary	1.43
15	▲ 2	NLD  Netherlands	1.37

Fonte: MIT LAB (2017).

A Alemanha, como mostra a Figura 8, se encontrava em 2014 na terceira posição dentro do ranking de complexidade com um valor de 2.05. Era acompanhada por outras nações europeias como Suíça, Suécia, Finlândia e Reino Unido, assim como pelos países desenvolvidos da Ásia (Japão, Coreia do Sul e Cingapura) além dos Estados Unidos. Para o mesmo ano a posição brasileira era 32º lugar, seu índice equivalia a 0.81. O índice é semelhante a nações como China, Tailândia e países do leste europeu como Romênia, Letônia, Lituânia, Ucrânia e Croácia. Outro país com população próxima ou superior a 100 milhões de habitantes e economia com PIB maior que 100 bilhões de dólares é a Nigéria. Contudo a nação africana apresentava em 2014 a posição de 125º entre 144 ° nações pesquisadas dentro do ranking. Valor de -1,05 em 2014. Seu índice é similar ao de Bolívia, Gana, Moçambique, Mauritânia, Líbia e Nicaraguá. A seguir, é apresentada comparação entre as economias da Alemanha, Brasil e Nigéria.

b) Brasil:

Figura 9 - Exportações do Brasil em 2014 (Tree Map e Espaço Produto)

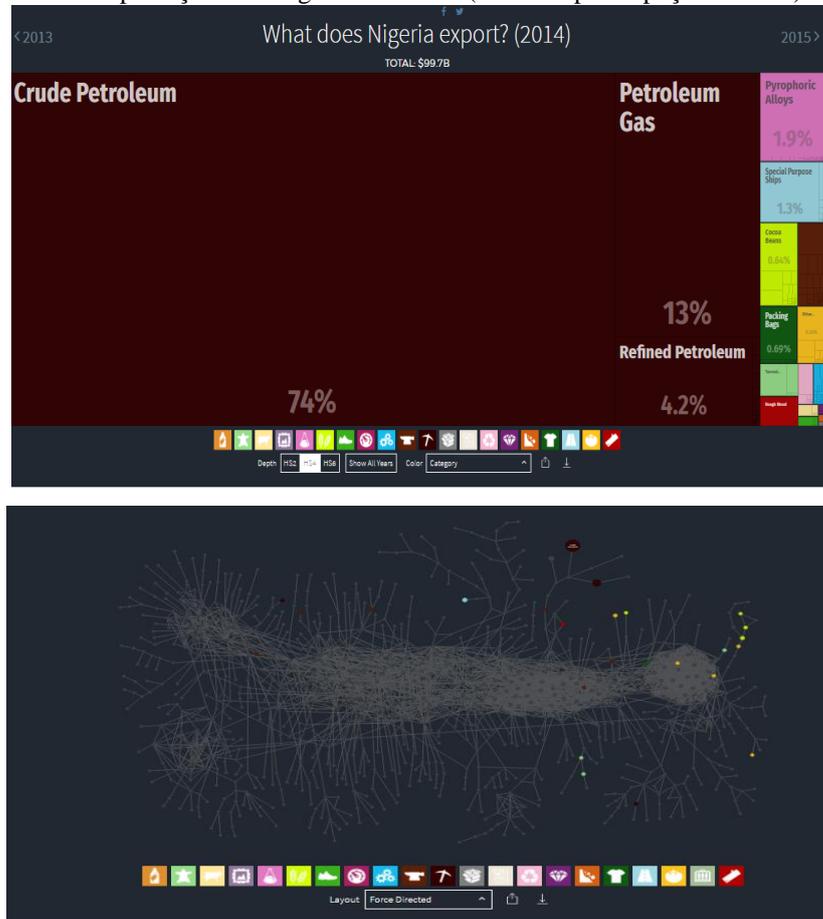


Fonte: MIT LAB (2017).

O Brasil exportou cerca de 200 bilhões de dólares em 2014. Também apresenta uma grande variedade de bens exportados, conforme as projeções daquele ano indicam. O país exporta maquinário, químicos e instrumentos, mas em pequena quantidade. É mais dependente de produtos minerais e agrícolas que apresentam uma complexidade de produto mais baixa. Conforme apresenta a Figura 10, os principais produtos exportados pelo Brasil em 2014 foram Minério de Ferro e Soja, com PCI muito baixo. Quando se observa o espaço produto nota-se o destaque aos produtos periféricos em cores verde, amarela ou alaranjada. Há pouca participação de produtos complexos no centro (MIT LAB, 2017).

c) Nigéria:

Figura 10 - Exportações da Nigéria em 2014 (Tree Map e Espaço Produto).



Fonte: MIT LAB (2017).

A Economia nigeriana exportou pouco menos de 100 bilhões de dólares em 2014, conforme mostra a Figura 11. Exporta um número limitado de bens. É basicamente dependente de petróleo e derivados, produtos de valor PCI baixo. Praticamente, não exporta químicos, maquinário ou instrumentos. Seu espaço produto é pequeno limitado a pouquíssimos produtos periféricos. (MIT LAB, 2017). A partir desta análise há a compreensão do valor numérico de cada país e seus respectivos posicionamentos no Ranking.

2.8 SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO 2

Neste capítulo se procurou apresentar os principais conceitos relacionados à teoria da Complexidade Econômica. Foram apresentados o processo de aquisição de conhecimento por parte da sociedade, a diferenciação entre diversidade e ubiquidade e a formação da

complexidade econômica através de seu conjunto, a caracterização do chamado Espaço Produto e a relação da complexidade econômica com a renda de uma região.

Deste modo, é possível compreender, à luz da teoria, que a diferença de desenvolvimento entre regiões distantes é resultado não apenas da geografia. Ocorre em grande parte pela diferença no conhecimento adquirido por suas sociedades o que se reflete em padrões de vida distintos. A seguir, o capítulo 3 introduz a Teoria da Complexidade Econômica frente à realidade do Estado de Santa Catarina, permitindo uma compreensão do desenvolvimento econômico local.

3 UM ESTUDO SOBRE A COMPLEXIDADE ECONÔMICA CATARINENSE ATRAVÉS DE SUAS EXPORTAÇÕES

O presente capítulo está dividido em três partes. No primeiro momento serão apresentados os vinte e cinco produtos com maior participação percentual nas exportações catarinenses para o ano de 2014. A partir disto será feita análise sobre a participação de bens de alta, média e baixa complexidade entre os produtos mais exportados por Santa Catarina. Em seguida será apresentada comparação entre a economia catarinense e a das demais unidades federativas brasileiras. Por fim o capítulo analisará a complexidade econômica das seis mesorregiões catarinenses.

Como critério de alta, média e baixa complexidade se utilizará novamente o ranking e valores apresentados pelo Observatório de Complexidade Econômica (OEC) do MIT, por que seus números apresentam maior similaridade à plataforma da Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INDI) que reúne os dados dos Estados Brasileiros se comparado aos valores de Harvard. Por sua vez a INDI utiliza-se da classificação HS92 a mesma aplicada pelo OEC-MIT. Os valores de PCI se referem ao ano de 2014. Este ano foi escolhido por ser o último disponível no INDI.

A partir deste critério estão dispostos pelo OEC, 1218 itens. Em escala de -2,879 a 2,4. Serão considerados de alta complexidade os 122 mais bem colocados itens apresentados no ranking de 2014 (10 por cento mais complexos) com valor de PCI equivalente 1,24 ou mais. Valores PCI inferiores a 1,24 e iguais ou superiores a 0,5 serão considerados de média complexidade. Os itens de PCI abaixo de 0,5 serão considerados de baixa complexidade.

3.1 UMA DESCRIÇÃO SOBRE OS PRODUTOS EXPORTADOS POR SANTA CATARINA NO ANO DE 2014

Em 2014 o total exportado por Santa Catarina foi de US\$ 8,99 bilhões (INDI, 2017). Na Figura 12 é apresentado o mapa de exportações da economia catarinense para aquele ano.

Entre estes vinte e cinco principais produtos exportados seis são classificados como máquinas (Motores Elétricos, Peças para motores, Bombas de ar, Transformadores Elétricos, Bombas líquidas e Refrigeradores), quatro como produtos de madeira (Artigos de Carpintaria e Marcenaria, Madeira Compensada, Madeira Serrada, Madeira Perfilada), três como classificados como produtos de origem animal (Carne de Aves, Carne de Porco, Carne em conserva) e gêneros alimentícios (Tabaco Cru, Outras carnes preparadas e Linguças), dois como artigos de papel (Papel Kraft, Embalagens de Papel). Por fim, entre os vinte e cinco se classificariam um item de artigos diversos (Outros artigos de mobiliário), assim como de artigos de pedra (cerâmica vidrada), artigos e peles de animais (couros preparados de bovino e equídeos), itens de transporte (Peças para veículos), produtos minerais (Petróleo Refinado), produtos de origem vegetal (Soja) e produtos químicos (Gelatina) (INDI, 2017).

3.1.1 Vinte e cinco principais produtos exportados em 2014: máquinas.

Nos itens de maquinário o item Bombas de ar apresenta complexidade elevada com PCI no valor 1,57 assim como bombas líquidas com 1,5. A participação dos produtos nas exportações estaduais em 2014 foi de 4,5 e 0,69 % respectivamente. Peças para motores (PCI 1,02), transformadores (1,09) e refrigeradores (0,572) apresentam complexidade média com respectivas participações de 5 %, 1,1 % e 0,6 %. O item motores elétricos apresenta baixa complexidade com valor de 0,468 e participação de 6,5 % nas exportações catarinenses em 2014 (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Os maiores produtores mundiais destes produtos são em geral Alemanha, Estados Unidos e China. Os alemães detêm grande participação na exportação de motores elétricos, bombas de ar e bombas líquidas, os americanos em bombas de ar e bombas líquidas e os chineses em todos os itens de maquinário citado dividindo o mercado de refrigeradores com italianos e mexicanos. A participação brasileira no mercado global destes itens de maquinário é pequena. Os americanos se destacam como principais importadores, também seguidos de alemães e chineses. As exportações catarinenses alcançam os maiores importadores mundiais nos produtos motores elétricos (Estados Unidos), peças para motores (Estados Unidos), bombas de ar (Estados Unidos e China), bombas líquidas (Estados Unidos e Alemanha). Quanto à exportação de transformadores elétricos e refrigeradores se destina principalmente à América do Sul (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Em relação à origem da produção local, a totalidade da exportação de motores elétricos em Santa Catarina tem origem no Norte Catarinense, o mesmo ocorre para peças para

motores, bombas de ar e refrigeradores. A produção de bombas líquidas teve origem no Vale do Itajaí (94%) e a de transformadores elétricos se dividiu entre as duas regiões (60 % Norte, 40% Vale) (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.1.2 Vinte e cinco principais produtos exportados em 2014: produtos de origem animal, produtos de origem vegetal, gêneros alimentícios

Entre estes itens, a carne em conserva e a carne suína apresentam complexidade média. Seus valores PCI são de 0,699 e 0,653 e sua participação nas exportações catarinenses em 2014 teve valor correspondente a 2,7% e 6%, respectivamente. O item mais vendido por Santa Catarina em 2014, a carne de aves, corresponde a 19% e apresenta PCI baixo (0,2). Assim como os demais itens: soja (-1,159; 9,5% das exportações), tabaco cru (-1,721; 6,5%), outras carnes preparadas (-0,095; 3,4%), linguiças (0,235; 0,7%) (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

O Brasil é líder mundial na exportação de carne de aves, soja, tabaco. Possui boa participação nas exportações de carne em conserva e outras carnes preparadas e 5% do mercado de carne de porco dominado por países europeus como Alemanha, Espanha e Dinamarca. Diversos compradores como Arábia Saudita, Hong Kong, Japão, Reino Unido e Alemanha dividem o mercado de importadores com valor entre 5% e 7% dividem o mercado de importação de carne de aves. A carne de aves catarinense tem como principal destino o mercado asiático, em destaque o Japão com 25% e a Arábia Saudita com 9%. A maior compradora mundial de soja é a China sendo que oitenta e cinco por cento da produção catarinense do produto se destinou em 2014 aos chineses. Os maiores compradores de tabaco são o bloco Bélgica-Luxemburgo, Alemanha, Rússia, China e EUA. Santa Catarina exporta principalmente para belgas e americanos. O maior comprador de carne suína é o Japão, contudo, apenas 3% da produção local se destinaram para os japoneses em 2014, mais da metade foi enviada à Rússia. O mesmo ocorre em relação às carnes preparadas. Santa Catarina exporta para os britânicos, mas muito pouco para os japoneses. Quanto à carne em conserva, o estado atinge o mercado britânico, maior comprador além do neerlandês. Por fim, se considerando o mercado de linguiças, a produção catarinense se destina principalmente à Ásia (Japão) e África (Angola) (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Os itens agrícolas possuem bastante interferência no registro, de acordo com o Porto de Exportação. Quanto à produção, cerca de 80% da produção de carne de aves tem origem no Vale do Itajaí e 10% no Oeste Catarinense, percentual parecido à carne suína. A soja é registrada nos portos onde é embarcada, por isso 85% da produção se encontra no Norte

Catarinense (São Francisco do Sul). A produção de tabaco se divide entre 70% para o Vale do Itajaí e 25% para o Sul Catarinense. O total de 84% das Carnes Preparadas foi originado no Vale e 13% na mesorregião Serrana. Quase a totalidade da Carne em Conserva também teve origem no Vale do Itajaí (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.1.3 Vinte e cinco principais produtos exportados em 2014: produtos de madeira e outros artigos de mobiliário

Todos estes itens apresentam complexidade baixa. Os itens de mobiliário agrupados corresponderam a 2,1% do valor exportado catarinense em 2014. O valor PCI destes itens é 0,27, ocupando a posição 525ª. O valor PCI e a participação percentual nas exportações dos itens de madeira corresponderam a artigos de carpintaria e marcenaria (0,34; 1,7%), madeira compensada (-0,819; 1,4%), madeira serrada (-1,038; 1, %), madeira perfilada (-1,042; 0,52%) (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

O Brasil, em geral, tem pouca participação no mercado de artigos de mobiliário e de madeira. Para os artigos de mobiliário, a liderança é chinesa. Contudo, Santa Catarina exporta boa parte da sua produção aos Estados Unidos, maior importador do produto. Os maiores compradores e artigos de carpintaria e marcenaria são os americanos e japoneses. Santa Catarina exporta para os Estados Unidos, mas não para o Japão. Novamente, para esse produto a participação brasileira é pequena, cerca de 2%. O mesmo cenário ocorre para a madeira compensada, na qual, além dos americanos os produtores catarinenses têm mercado no Reino Unido, mas não no Japão. Quanto à madeira serrada, o Estado exporta cerca de 35% aos EUA e 10% à China, maiores compradores deste produto. Por fim, em relação à madeira perfilada ocorre situação singular, pois o Brasil é grande exportador do produto. O produto catarinense é exportado principalmente para os Estados Unidos, grande comprador. (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

A produção destes itens se divide principalmente entre o Norte Catarinense, Oeste Catarinense e mesorregião Serrana. Outros artigos de mobiliário possuem produção concentrada em cerca de 60% no Norte e 30% no Oeste, madeira compensada e serrada são produzidas no Norte e na Serra. A madeira perfilada tem maior concentração no Norte do estado. Exceção são os itens de carpintaria e marcenaria, que são produzidos na Serra, mas também no Vale do Itajaí (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.1.4 Vinte e cinco principais produtos exportados em 2014: demais itens

Quanto aos demais itens entre aqueles mais exportados por Santa Catarina pode se fazer as seguintes considerações. Os artigos de papel (papel kraft e embalagens de papel) apresentam complexidade baixa (0, 119 e -0,463) e participação nas exportações de 1,9 e 0,58%. As exportações brasileiras são pequenas e a produção catarinense atinge pouco os principais mercados mundiais do produto, sendo mais destinada à América do Sul. A produção da totalidade de embalagens e de boa parte do Papel Kraft é elaborada na mesorregião Serrana. O último produto também é fabricado no Norte Catarinense (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Os artigos cerâmicos vidrados também possuem complexidade baixa (-0,387), as exportações corresponderam em 2014 a 1,2 % do total catarinense, é outro produto com pequena participação brasileira no mercado externo (China, Espanha e Itália, maiores exportadores). A produção local ocorre no Sul Catarinense e na Grande Florianópolis e atinge um grande comprador, os Estados Unidos, mas não sauditas e franceses, que também possuem importante participação. Além disso, ocorrem vendas para a Argentina. Como representante dos químicos, a gelatina tem produção concentrada no Oeste Catarinense. Possui complexidade de -0,157 (baixa) e correspondeu em 2014 a 0,64% das exportações. É um produto onde o Brasil é líder de mercado e cujo maior importador é os Estados Unidos. A produção catarinense se destina principalmente ao mercado americano. Os couros de bovinos e equídeos possuem complexidade de -0,909 (baixa) e participação de 0,69% nas exportações. É um mercado liderado pelos Estados Unidos e com pouca participação brasileira. Os grandes importadores são Itália e China. O maior mercado catarinense é a Alemanha, há boa participação do mercado italiano, mas é pequena a participação da China como destino do produto local que é fabricado 65% pelo Oeste Catarinense e 35% pelo Norte. A exportação de petróleo refinado possui complexidade de -0,945 e correspondeu em 2014 a 0,76 % da exportação catarinense. Teve origem na totalidade no Norte Catarinense e 90% do valor foi exportado à Cingapura, um dos maiores compradores globais. Finalmente, o item Peças para veículos, item de transporte, apresenta alta complexidade (1,32), respondeu em 2014 por 0,97% da exportação de Santa Catarina, sendo que 90% da produção ocorreu no Norte Catarinense. Os maiores exportadores de peças para veículos são Alemanha, Estados Unidos, Japão, China e México. Alemanha, China e Estados Unidos são também os maiores importadores, sendo este último destino de 36 % da produção catarinense e o segundo maior mercado a Argentina (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.1.5 Considerações sobre os principais produtos exportados por Santa Catarina

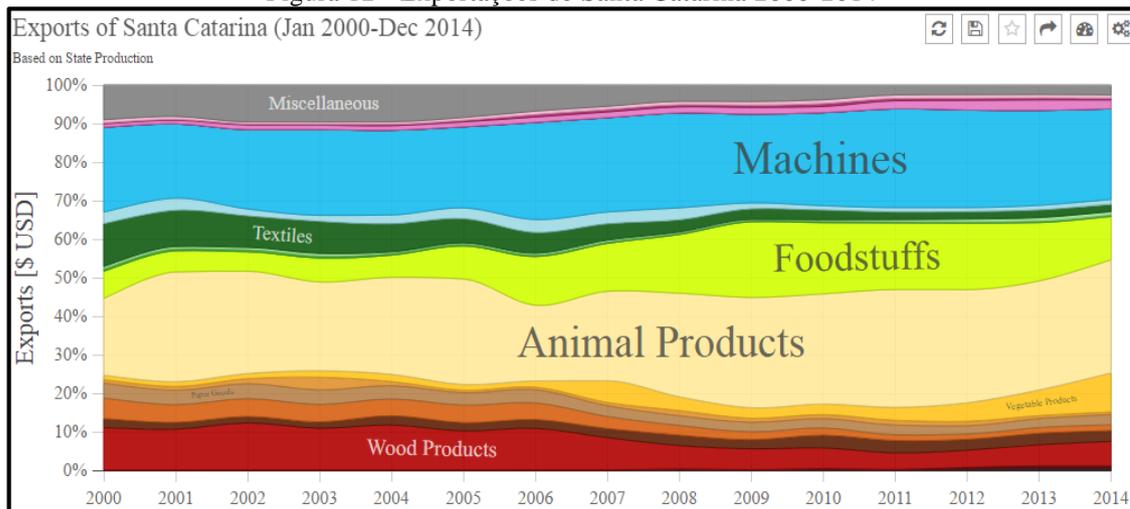
A partir da apresentação dos principais produtos exportados por Santa Catarina há a apresentação da seguinte realidade econômica local. Entre os cinco produtos mais exportados pelo estado em valor no ano de 2014 (Carne de Aves, Soja, Motores Elétricos, Tabaco cru e Carne Suína), que somados correspondem à quase metade da exportação total para aquele ano, 47 %, tem-se que quatro são considerados de baixa complexidade com índice negativo (Carne de Aves, Soja, Motores Elétricos e Tabaco Cru). Carne suína apresenta valor considerado de média complexidade (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Entre os quinze principais itens (se acrescentando peças para motores, bombas de ar, outras carnes preparadas, carnes em conserva, outros artigos de mobiliário, papel kraft, artigos de carpintaria, madeira compensada, cerâmica e madeira serrada) há um item de alta complexidade (bombas de ar), três de média complexidade (além de carne suína, peças de motores, e carne em conserva), os demais onze produtos são de baixa complexidade. Por fim, ao se totalizar os vinte e cinco itens expostos acima, chega-se ao seguinte resultado. São três itens de alta complexidade, cinco considerados de complexidade média e dezessete itens de complexidade baixa.

Outra comparação assim pode ser feita. Em conjunto estes vinte e cinco itens representam valor próximo a oitenta por cento do exportado pelo Estado (79,2%). Este valor assim está distribuído. Somados os itens de alta complexidade presentes na lista dos vinte e cinco produtos mais exportados por Santa Catarina no ano de 2014 totalizam cerca de 6,1% das exportações catarinenses naquele ano. Aqueles com média complexidade representam valor próximo a 15,4% e os de baixa complexidade 57,7%.

Para os demais anos do período 2000 – 2014, Santa Catarina apresentou em geral, desconsiderando pequenos desvios, índices semelhantes quanto a quantidade de produtos exportados por ano, o percentual exportado entre os vinte e cinco principais itens de exportação anual, e a quantidade de bens de alta, média e baixa complexidade entre estes vinte e cinco itens a cada ano. Ao se considerar os setores agregados também se constata pequenas variações, com exceção à menor participação dos têxteis, o que permite compreender um cenário de semelhança durante todo o período. A Figura 13 abaixo demonstra esse cenário.

Figura 12 - Exportações de Santa Catarina 2000-2014



Fonte: INDI (2017).

Em 2000, as exportações assim se configuravam. O estado havia exportado uma variedade maior de produtos se comparado há catorze anos posteriores. Seriam 842 bens diferentes. Os vinte e cinco itens mais vendidos ao exterior naquele período foram: Carne de aves; Bombas de ar; Outros Artigos de Mobiliário; Roupas de Cama, Mesa e Banho; Artigos Cerâmicos Vidrados; Motores Elétricos; Artigos de Marcenaria; Carne Suína; Tabaco em Rama; Papel Kraft; Madeira Serrada; Peças para Motores; Madeira Compensada; Carrocerias para veículos; Refrigeradores; Madeira perfilada; Farelo de Soja; Camisas de Malha; Aparelhos elétricos de ignição; Óleo de Soja; Peças para veículos; Louças; Outras carnes preparadas; Maça e Suco de Frutas. Em conjunto, estes produtos representaram, em 2000, 76,57% das exportações catarinenses, que naquele ano somaram o valor de US\$ 2,84 bilhões (INDI, 2017). Assim, percebe-se que em 2014 ocorreu maior concentração, com a menor participação de outros bens no total exportado. Do percentual apresentado em 2000 por este conjunto de bens exportados, quatro bens apresentavam alta complexidade (representando cerca de 15% das exportações), dois apresentavam média complexidade (participação de 4%) e dezenove de baixa complexidade (58%) (INDI, 2017).

No ano de 2004, Santa Catarina exportou 887 itens distintos. Entre os vinte e cinco principais produtos exportados naquele ano, quatro apresentavam alta complexidade, dois média complexidade e dezenove baixa complexidade. As exportações destes itens representaram 79,5% das exportações do Estado. Valor distribuído entre 11% para itens de alta complexidade, 7% de média complexidade e 61% de baixa complexidade (INDI, 2017).

Referente ao ano de 2007 o Estado de Santa Catarina havia exportado 870 itens diferentes. Os vinte e cinco itens de maior valor exportado naquele ano foram: Carne de Aves,

Tabaco em Rama, Bombas de ar, Motores Elétricos, Artigos de Mobiliário, Carne Suína, Soja, Outras carnes Preparadas, Artigos de Marcenaria, Peças para Motores, Refrigeradores, Artigos Cerâmicos não vidrados, Papel Kraft, Madeira Serrada, Roupas de cama, Carne em Conserva, Peças para veículos, Transformadores Elétricos, Madeira serrada, Carrocerias de veículos, Óleo de Soja, Aparelhos de ignição, Embalagens de Papel, Milho e Partes de motores (INDI, 2017). Entre estes itens, cinco apresentavam alta complexidade, dois boa complexidade, oito complexidade média e oito baixa complexidade. Em 2007, os vinte e cinco itens mais vendidos corresponderam a 77,52% das exportações estaduais. Os itens de alta complexidade entre estes vinte e cinco correspondiam a 11,3% do total exportado por Santa Catarina para aquele ano, média complexidade 5,47% e baixa complexidade 60,75%.

Finalmente em 2010, Santa Catarina exportou 871 itens distintos. Os vinte e cinco itens de maior participação percentual representaram 75,5% de participação no total exportado. Deste percentual 12,53% são de produtos de alta complexidade e 1,04% de produtos de média complexidade. Os produtos de baixa complexidade representaram 61,93%.

Percebe-se que os principais itens exportados no período 2000 - 2014 representaram participação entre 70 a 80 por cento no período apresentado. Se procurou apresentar intervalos semelhantes de modo a evitar grandes distorções. A participação dos bens de alta, média e baixa complexidade também variou pouco. Durante todo o início do século ocorreu predomínio das exportações de bens de baixa complexidade. Portanto, o ano de 2014 mantém uma tendência apresentada nos anos anteriores.

Gráfico 2 - Itens distintos exportados por Santa Catarina (2000-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em INDI (2017)

Referente à diversidade de itens exportados, o Gráfico 2 ilustra a quantidade de bens enviados ao exterior por Santa Catarina no período 2000 - 2014. Há uma pequena variação,

porém, se observa um índice entre 750 e 900 bens exportados no período. Novamente, constata-se que o ano de 2014 manteve uma tendência apresentada durante os anos anteriores.

Quanto à origem das exportações, a partir da exposição dos vinte e cinco produtos é possível compreender qual o mercado destes. O perfil dos principais produtos catarinenses está associado tanto a mercados com pouca participação brasileira nas exportações quanto a outros onde o país onde exerce liderança de mercado.

O Estado produz em alto volume bens de baixa complexidade nos quais o Brasil é líder de mercado. Exemplos disso é a carne de aves, a soja, o tabaco. Por outro lado, Santa Catarina obtém mercado para produtos de boa alta complexidade onde em geral a participação brasileira nas exportações é diminuta. Exemplos são as bombas de ar, peças para motores, peças para veículos, bombas líquidas. Outros itens de média complexidade ou próximos a isso como carne de porco e motores elétricos também possuem participação catarinense importante, apesar da pouca representatividade brasileira.

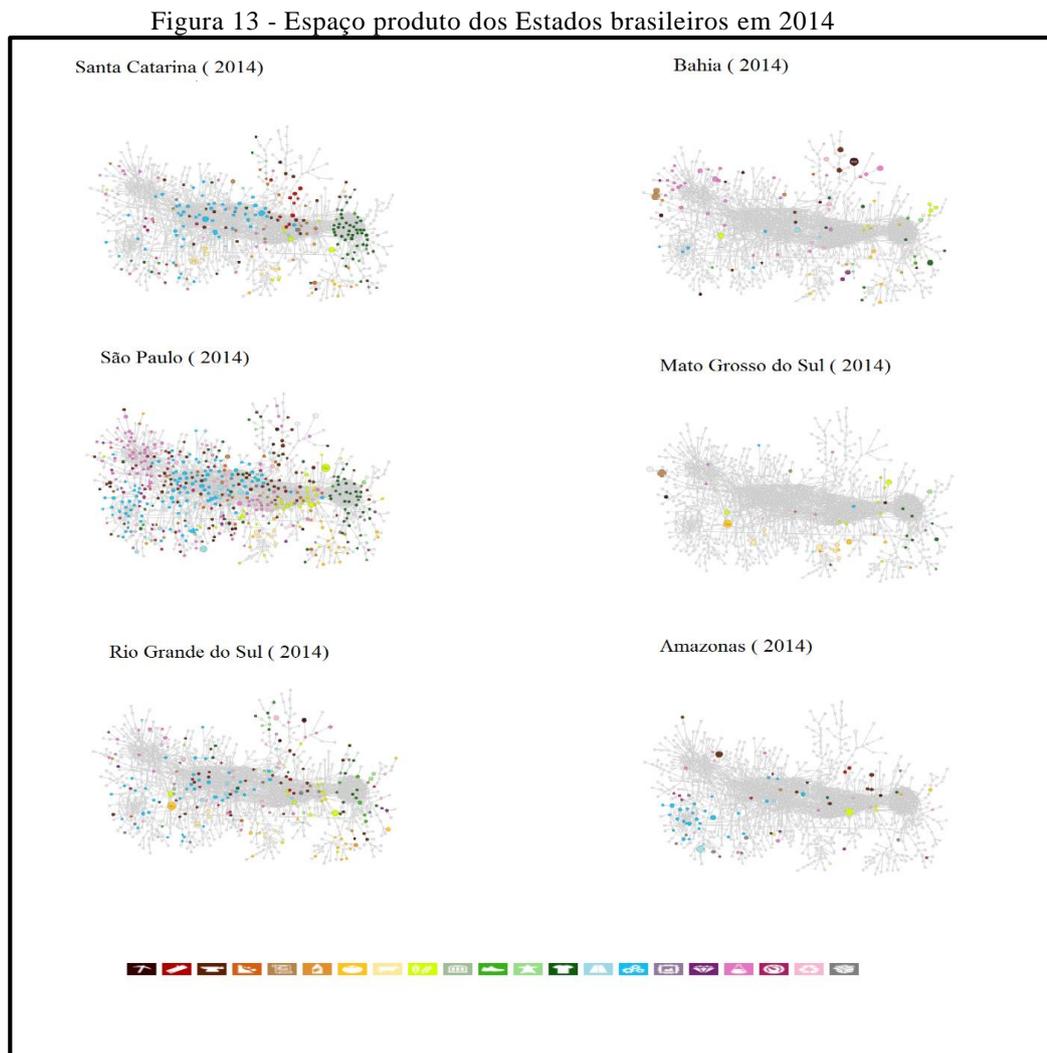
Fator importante é que para esses mercados Santa Catarina insere-se nas exportações destinadas aos principais compradores destes produtos. De modo geral, os maiores importadores de cada bem possuem parcela importante no mercado adquirido pelo produto catarinense. As peças para motores, bombas de ar, peças para veículos e bombas líquidas obtém espaço, por exemplo, em mercados concorridos como o americano e o alemão. Contudo, para produtos de baixa complexidade a inserção catarinense nos principais mercados é mais facilitada. Por exemplo, carne de aves e soja, possuem mercado no Japão, Arábia Saudita e na China, respectivamente os maiores compradores mundiais do produto. O mesmo ocorre, por exemplo, com o tabaco, os produtos de madeira e da gelatina que tem como compradores os americanos, além dos couros preparados de bovinos que se destinam ao mercado italiano.

Ainda se considerando os vinte e cinco produtos mais exportados por Santa Catarina, apresenta-se a distinção geográfica dentro das mesorregiões catarinenses. O Norte Catarinense concentrou no geral em 2014 a produção dos bens de alta complexidade. Para, além disso, a região possui grande participação na produção dos bens de madeira e mobiliário que apresentam complexidade baixa. O Vale do Itajaí foi responsável pela produção de bens de baixa complexidade, além da produção da carne de suínos de complexidade média e de bombas para líquidos (PCI alto). As exportações do Oeste catarinense foram de baixa complexidade. As demais regiões, Grande Florianópolis, Serrana e Sul Catarinense possuem menor participação na exportação dos principais produtos catarinenses. Um estudo maior sobre as mesorregiões será apresentado no item 3.3.

3.2 SANTA CATARINA SOB A ÓTICA DO BRASIL

Neste item, o estudo procura comparar a pauta de exportação catarinense em 2014 com a dos demais estados brasileiros. Há uma divisão regional, respeitando os critérios do IBGE para macrorregiões e descrição breve das economias das unidades federativas. Se procura diferenciar a diversidade produtiva dos estados e a complexidade (ubiquidade) da sua pauta produtiva.

A Figura 14 apresenta alguns dos espaços produtos dos Estados Brasileiros (São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul e Amazonas). O critério adotado para a escolha considerou as unidades federativas, de cada região, com maior diversidade de bens distintos exportados no ano de 2014.



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em INDI (2017).

3.2.1 Economia Catarinense x Região Norte

Em comparação aos estados da região Norte brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), Santa Catarina apresenta grau de economia mais complexo. Os estados da região Norte apresentam como característica a exportação de um a três itens principais, que em conjunto correspondem a quase totalidade do exportado por aquelas unidades federativas naquele ano. Para alguns anos do período 2000 - 2014 as exportações de soja e madeira do estado de Roraima representaram o mesmo percentual no valor exportado por aquele estado que o apresentado pelos vinte e cinco principais produtos catarinenses, conforme já apresentado índice entre 70% a 80% das exportações estaduais. Em outros anos o percentual foi obtido com a exportação de soja e couro ou madeira e couro, o que caracteriza a restrição daquele Estado de dois ou três itens de exportação. O mesmo ocorre para estados como o Amapá (minério de ferro, ouro e lenha), Tocantins (soja, carne bovina) e Acre (itens de madeira e castanha do caju). Portanto, para estes estados a diferença catarinense vai além do valor exportado, que para os catarinenses chega ao valor bilionário de dólares. A economia de Santa Catarina possui diversificação muito mais elevada do que as unidades federativas citadas. Por outro lado, a economia catarinense tem entre seus principais itens de exportação alguns bens de alta complexidade com uma participação um pouco mais elevada. Os estados do Norte, de menor economia (Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins) têm suas exportações baseadas em produtos de baixa complexidade. Soja, minério de ferro, lenha e castanha de caju apresentam índice de complexidade de produto (PCI) de valor muito baixo (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Há distinções na comparação da economia catarinense com aqueles de maior economia da região Norte (Amazonas e Pará) a comparação com a economia catarinense. O estado do Pará durante o período 2000 - 2014 tem apresentado valores de exportação por vezes superiores aos catarinenses durante o mesmo período. Entre 2010 e 2014, por exemplo, o valor exportado pelo Pará foi superior ao de Santa Catarina. Contudo, em 2014 a economia paraense exportou 171 itens, enquanto a catarinense exportou 799 no mesmo ano. Além disso, cinco itens paraenses foram responsáveis pelo mesmo percentual de participação que os vinte e cinco principais itens catarinenses. O minério de ferro sozinho correspondeu a 52% exportado pelo Pará. Trata-se de cinco itens de baixa complexidade além do minério de Ferro, o minério de ouro, o óxido de alumínio, o alumínio puro e carne bovina todos considerados com PCI baixo (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Quanto ao Amazonas, há de uma semelhança um pouco maior com a economia de Santa Catarina. Os três principais produtos exportados pelo Amazonas apresentam complexidade baixa. Mas, o Amazonas apresenta entre seus principais itens de exportação bens de média complexidade como monitores e projetores, telefones, aparatos de proteção, máquinas de escritório além de compostos de metais preciosos. Contudo, a economia amazonense exporta um valor muito menor do que a de Santa Catarina. Embora maior que a paraense e que a dos demais estados do Norte, apresenta uma diversidade de bens muito menor que a catarinense, que em 2014 exportou 244 bens. Além disso, possui maior dependência da exportação de poucos bens. O percentual atingido em participação nas exportações catarinenses pelos vinte e cinco principais produtos catarinenses é equiparado a dos oito principais amazonenses. (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.2.2 Economia Catarinense x Região Centro-Oeste

Em comparação com as unidades federativas do centro-oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal) Santa Catarina também apresenta um grau de complexidade econômica mais elevado. Os estados do centro-oeste têm como característica, ao menos durante o período 2000 - 2014, apresentar uma pauta de exportação um pouco mais diversificada do que a apresentada pela Região Norte. Também apresentam um valor de exportação muito mais elevado que a região anteriormente apresentada, superior em alguns anos ao próprio valor de Santa Catarina. Entretanto, ao se comparar com o estado catarinense, os estados do centro-oeste possuem pauta de exportação menos diversificada e cujos principais produtos exportados apresentam baixo índice de complexidade de produto (PCI) (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Em Mato Grosso, por exemplo, a pauta de exportação do estado, que por vezes superou o valor de exportação catarinense, durante o período 2000 – 2014, esteve baseada no conjunto soja e seus derivados, farelo de soja e óleo de soja, milho, algodão e carne congelada. Embora sejam produtos presentes na pauta de exportação catarinense, para os mato-grossenses esses produtos apresentam um percentual muito maior de participação, correspondendo a valor semelhante a aquele apresentado pelos vinte e cinco principais produtos de Santa Catarina. Também relacionada à diversidade da produção, constata-se que Mato Grosso exportou 178 bens distintos em 2014, volume muito abaixo dos quase oitocentos bens exportados por Santa Catarina. Tratam-se também todos de bens de baixa complexidade de produção, com PCI reduzido (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Situação semelhante ocorreu com Mato Grosso do Sul e Goiás. A pauta sul-mato-grossense é um pouco mais diversificada que a apresentada por seu vizinho setentrional. Apesar disso, seus oito principais bens exportados representam o percentual de participação semelhante aos vinte e cinco bens catarinenses. O número de bens exportados é mais próximo ao catarinense, porém menor, 540 em 2014. Os principais bens exportados pelo Mato Grosso do Sul apresentam complexidade baixa. Em Goiás, em 2014 80% do valor exportado estavam concentrados em nove produtos, frente aos vinte e cinco produtos catarinenses, situação semelhante aos catorze anos anteriores. No ano de 2014 a economia goiana exportou praticamente a metade do número de bens se comparada à economia catarinense. Por fim, os bens que concentram o maior valor exportado são todos de baixo PCI (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Já a economia do Distrito Federal apresenta um valor de exportação muito baixo. É concentrada em exportações de carne de aves e soja, ambos com PCI baixo (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.2.3 Economia catarinense x Região Nordeste

Comparada ao Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) a economia catarinense apresenta maior complexidade considerável sobre a maioria dos estados nordestinos. Por outro lado, a economia baiana e pernambucana, apresentam maiores semelhanças. As exportações de unidades como Sergipe, Alagoas, Piauí e Paraíba apresentaram durante o período 2000 – 2014 um valor total baixo não ultrapassando meio bilhão de dólares. São economias cujas exportações apresentam um produto de grande importância que representaram em 2014 mais da metade das exportações locais. No Sergipe, o suco de frutas, no Piauí a soja, na Paraíba os calçados de borracha, e em Alagoas o açúcar em natura. Todos estes itens apresentam complexidade (PCI) baixa. Todos estes estados, por sua vez, apresentaram um número de itens diferentes exportados muito menores ao catarinense (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

As exportações do Rio Grande do Norte também apresentaram em 2014 valor pequeno. O índice de oitenta por cento percentual (valor alcançado pelos vinte e cinco produtos catarinenses) é alcançado por um número inferior de produtos. Os produtos mais exportados pela economia potiguar são frutas e minérios, além de tecidos. Todos os itens de PCI reduzido, apenas folhas e chapas plásticas (5,3% das exportações potiguares em 2014)

apresentam complexidade média. O setor de maquinários, químico e instrumentos é pouco desenvolvido (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

O Maranhão, por sua vez, supera a casa dos bilhões em exportação. Entretanto, suas exportações estão concentradas em quatro itens, além da soja, óxido de alumínio, pastas químicas de madeira e ferro fundido. Todos estes apresentam PCI baixo. Finalmente, o número de itens exportados pelo Maranhão em 2014 foi de apenas 29, valor muito pequeno se comparado ao apresentado pela economia de Santa Catarina. Quanto ao Ceará, suas exportações ao longo do período 2000 - 2014 concentraram-se em calçados, castanhas, melões e couros com ascensão recente do petróleo (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Estes produtos corresponderam ao mesmo percentual de participação em 2014 dos vinte e cinco itens catarinenses do item 3.1. O PCI de todos estes produtos é considerado baixo de valor negativo. Entre os vinte itens mais vendidos pelo Ceará em 2014 apenas um, parte de motores elétricos apresentava média complexidade. Os cearenses em 2014 exportaram 276 um pouco mais que um terço do exportado por Santa Catarina (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Em 2014 Pernambuco apresentou de maior concentração de exportação em poucos produtos. As exportações do estado, por sua vez, tiveram valor menor a 10% se comparadas à Santa Catarina. O estado do Nordeste tem maior participação de produtos de média e alta complexidade no total exportado. Por outro lado, Santa Catarina exporta mais que o dobro dos bens que os pernambucanos (318 em 2014) (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Ao se comparar a economia catarinense com a baiana há a constatação de que a Bahia possui pauta de exportação um pouco mais concentrada que a de Santa Catarina. Cerca de vinte produtos correspondem a 80% das exportações estaduais. Há uma boa variedade de produtos exportados pela economia baiana. Em 2014 foram 388 itens diferentes. Contudo, este número é inferior à metade dos itens exportados por Santa Catarina. Se considerando itens de alta complexidade, apenas Compostos Nitrilos e Carros estão entre os vinte e cinco principais itens exportados pelo estado. O estado exporta carros, de valor PCI médio. Há maior participação de baixa complexidade, como Petróleo refinado, pastas químicas de madeira à soda, soja e seu farelo, algodão e cobre todos com PCI negativo. Em 2014 o setor químico apresentou a exportação de 59 itens, o de maquinário 60 itens e 13 foram os itens de instrumentos exportados. Santa Catarina no mesmo período exportou 105,115 e 33, respectivamente (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.2.4 Economia catarinense x Sul e Sudeste

Ao final, apresentando uma comparação de Santa Catarina com os estados do Sudeste e Sul, há a seguinte situação. Todas as unidades federativas destas regiões apresentaram valor exportado maior que o de Santa Catarina em 2014. Todos estes estados, excetuando o Espírito Santo, apresentaram uma diversidade de produtos maior que a catarinense naquele ano. Contudo, em uma diferença pequena, exportando cada um cerca de cinquenta bens a mais. São Paulo foi uma exceção, tendo exportado em 2014 mais de 1100 bens distintos (INDI, 2017).

O Espírito Santo apresenta uma pauta de exportação concentrada em minério de ferro e seus derivados, petróleo, pastas químicas, pedras e café. Estes produtos corresponderam em 2014 entre oitenta e noventa por cento do exportado por aquele estado. Se excetuando os bens de média complexidade tubo flexíveis de metal e produtos laminados a quente de ferro, os demais produtos exportados são considerados de valor PCI pouco significativo. O setor químico, de instrumentos e de maquinário do Estado é desenvolvido, porém exporta poucos itens (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Minas Gerais apesar de uma variedade total de bens bastante superior à economia capixaba, além de um valor exportado mais significativo, apresenta entre seus principais produtos perfil semelhante. As exportações mineiras também estão sedimentadas principalmente no minério de ferro, outros minérios como ouro, café e derivados de metais. Portanto, os principais produtos mineiros exportados são aqueles considerados, em geral, de baixa complexidade em sua maioria. Todavia, o Estado de Minas Gerais exporta bens em valor considerável, acima dos US\$ 100 milhões de dólares anuais em produtos de média e alta complexidade como carros, peças para veículos, peças para motores, medicamentos e motores de ignição que apresentam percentual pequeno, dada a grande quantidade dos principais produtos exportada (INDI, 2017; MIT LAB, 2017). Assim, se pode considerar que os produtos de alta complexidade são mais relevantes para os catarinenses, entretanto, apresentam importância para Minas Gerais.

O mesmo ocorre quanto ao Rio de Janeiro. O estado fluminense apresentou em 2014 um valor de exportação superior ao dobro do catarinense. O Rio tem como principal produto de exportação os petróleos cru e refinado, com participação percentual de quase 60%, ambos de baixo PCI. Apesar disso, a economia do Rio de Janeiro exporta em valores significativos, por vezes superiores aos principais produtos catarinenses, bens de média e alta complexidade como tubos flexíveis de metais, outras ligas de aço (outro metal de boa complexidade), além

de carros, válvulas, bombas para líquidos, centrífugas e medicamentos, entre outros bens mais complexos (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Em relação aos seus vizinhos Rio Grande do Sul e Paraná, Santa Catarina apresenta perfil um pouco mais próximo. As economias gaúcha e paranaense apresentam perfis parecidos. Os principais itens de exportação são bens agrícolas que também possuem participação importante para a economia catarinense, como soja, carne de aves e milho. A soja, contudo, apresenta participação maior nos vizinhos catarinenses. O tabaco também está presente entre os principais produtos do Rio do Grande do Sul. São bens de baixa complexidade. A pauta de exportação catarinense apresenta entre seus principais itens maior participação de bens de maquinário de média e alta complexidade, além de exportar mais carne suína, outro bem de média complexidade. Por outro lado, gaúchos e paranaenses exportam bens de maior PCI como peças de veículos e peças de motores em maior quantidade. Além disso, possuem uma variedade um pouco maior de bens exportados (Em 2014, Rio Grande do Sul 854, Paraná, 844 e Santa Catarina 799) (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

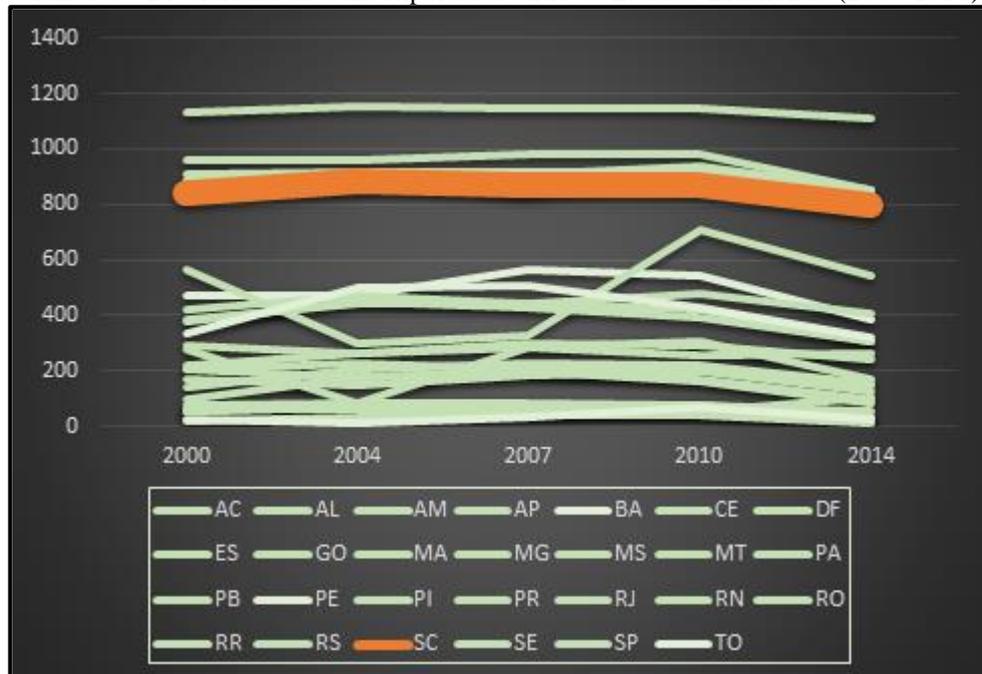
Por fim, São Paulo se destaca como grande economia nacional também em termos de complexidade econômica. Apesar do principal bem de exportação paulista ser açúcar, que possui PCI muito baixo, há uma grande variedade de bens de média e alta complexidade exportados pelos paulistas. A exportação de peças para veículos superou US\$ 1 bilhão em 2014, assim como a de carros, bombas de ar, transmissões, válvulas, centrífugas, turbinas e uma grande variedade de medicamentos diversos e de produtos químicos sofisticados também apresentam valores significativos de exportação. Fora isso, é enorme a variedade de bens produzidos em São Paulo enviados ao exterior, em 2014 foram 1108 (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.2.5 Considerações sobre a economia de Santa Catarina comparada à dos demais estados brasileiros

Em um cenário caracterizado, em geral, por economias exportadoras de produtos de baixa complexidade, Santa Catarina se posiciona bem entre os demais estados brasileiros. O maior destaque se refere à diversidade de exportação de itens diferentes. O estado exporta uma variedade de itens muito maior se comparada à maioria das demais unidades federativas brasileiras. Isso provoca também um maior equilíbrio, com menor dependência da exportação de poucos produtos. Com o Norte, Nordeste e Centro-Oeste há maior disparidade. Com o Sul

e Sudeste maior equilíbrio. O Gráfico 3 abaixo demonstra a posição catarinense entre a diversidade de produtos exportados no período 2000 - 2014. Santa Catarina se apresenta em laranja e os demais estados brasileiros em tom esverdeado.

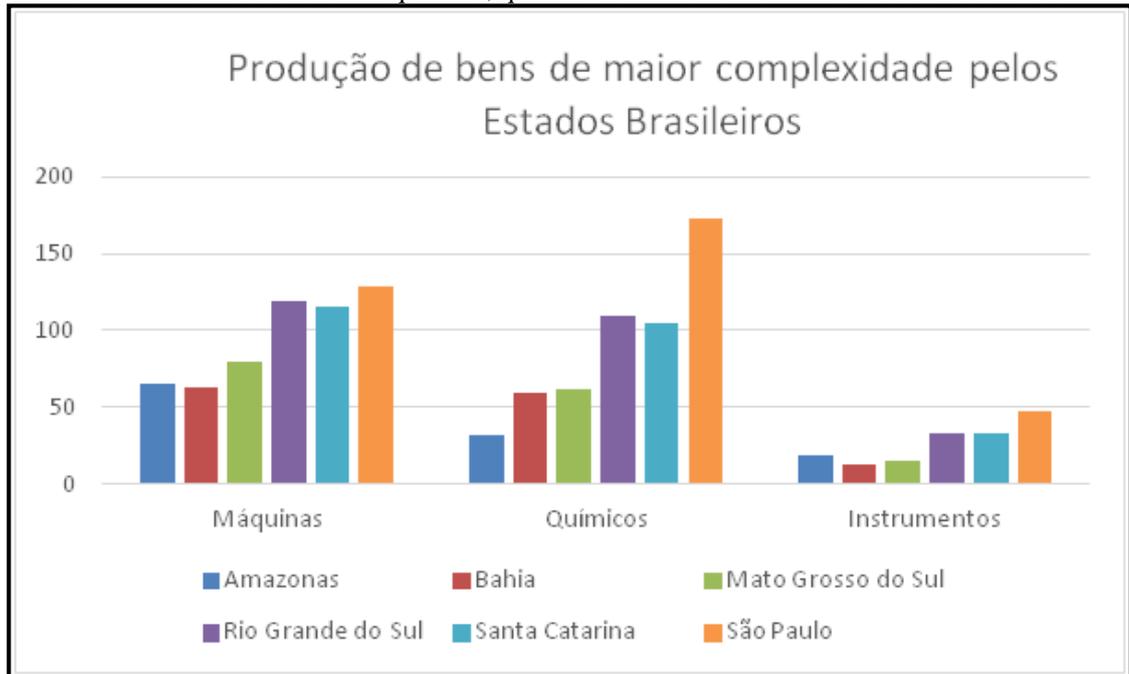
Gráfico 3 - Diversidade de bens exportados entre os Estados Brasileiros (2000-2014)



Fonte: INDI (2017).

Quanto à complexidade dos produtos, a pauta de exportação catarinense está, assim como a maioria dos demais estados brasileiros, mais relacionada à exportação de produtos de baixa complexidade. Os bens de alta complexidade, assim como na maioria dos estados, possuem percentuais pouco significativos. Por outro lado, o setor de maquinário, químico e instrumentos catarinense é mais desenvolvido que a de grande parte das demais unidades. O Gráfico 4 considera novamente as economias mais diversificadas de cada região e compara a produção de bens de maquinário, químicos e instrumentos. Assim, se pode considerar que o Estado apresenta os setores de maior complexidade relativamente bem desenvolvidos em relação a situação nacional.

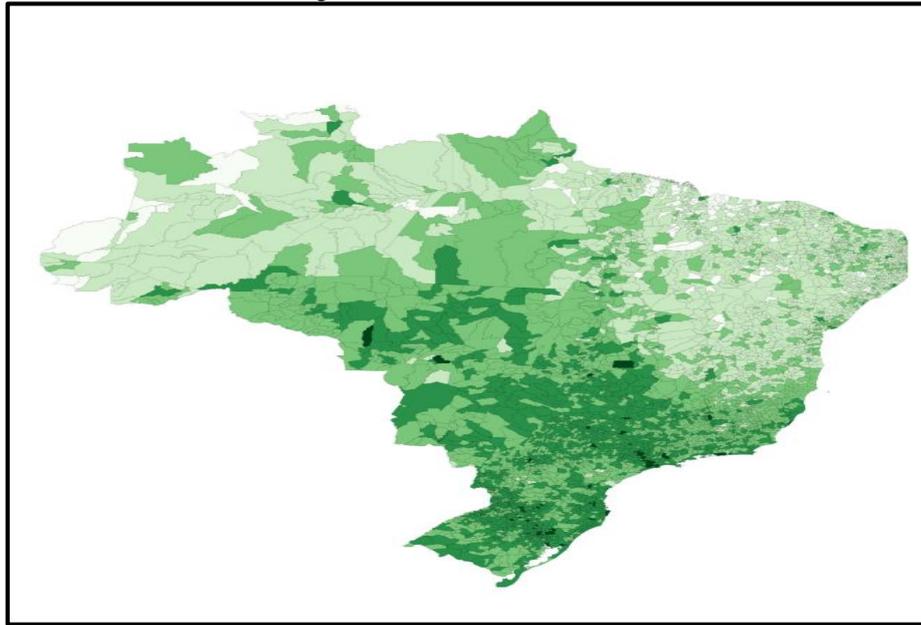
Gráfico 4 - Número de bens de maquinário, químicos e instrumentos em estados selecionados



Fonte: INDI (2017).

Por fim, uma relação também pode ser estabelecida entre a complexidade econômica dos Estados Brasileiros e a renda local, o que permite explicar o posicionamento catarinense. A Figura 15 apresenta projeção do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em relação à renda das localidades brasileiras no ano de 2014. Espaços preenchidos em verde escuro indicam uma renda mais elevada. Por outro lado, o verde claro indica baixo índice de renda econômico para aquele local. Estados do Norte e Nordeste conforme demonstrado apresentam menor complexidade, refletindo em um índice socioeconômico mais baixo para a região. Já o Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste apresentam maior diversidade produtiva e maior participação de produtos mais complexos. Santa Catarina, novamente se aproxima mais do segundo cenário apresentando em geral um IDH-R mais elevado à média nacional, o que é justificado por sua situação comparada à realidade brasileira.

Figura 14 - IDH-R Brasil 2014

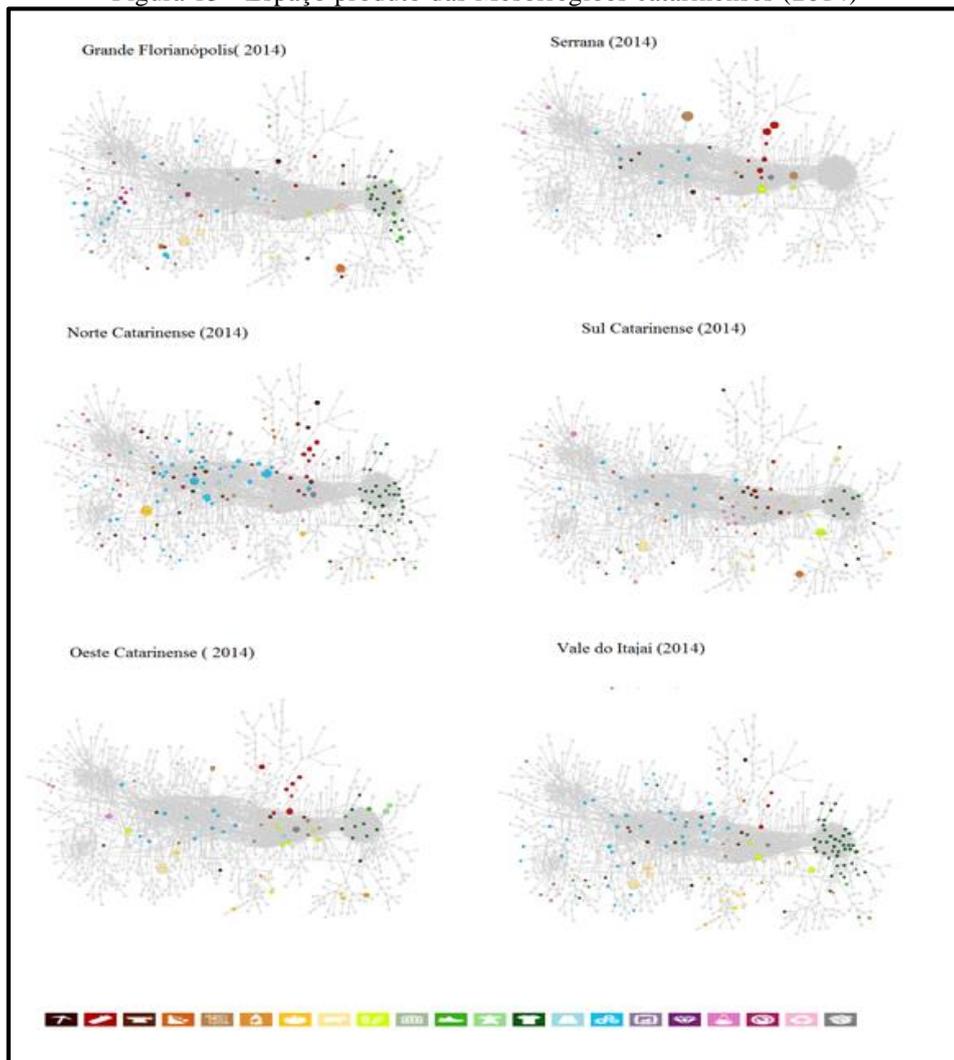


Fonte: PNUD (2017).

3.3 UM ESTUDO SOBRE AS EXPORTAÇÕES DAS MESORREGIÕES CATARINENSES

O último item do capítulo visa analisar as diferenças regionais entre as mesorregiões do estado de Santa Catarina. É apresentada a pauta regional de exportação de cada uma das regiões. Também ocorre comparação quanto à diversidade de produção e complexidade (ubiquidade) dos produtos produzidos por estas regiões. A Figura 16 apresenta o espaço produto (2014) das seis mesorregiões que compõe o Estado de Santa Catarina (Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí).

Figura 15 - Espaço produto das Mesorregiões catarinenses (2014)

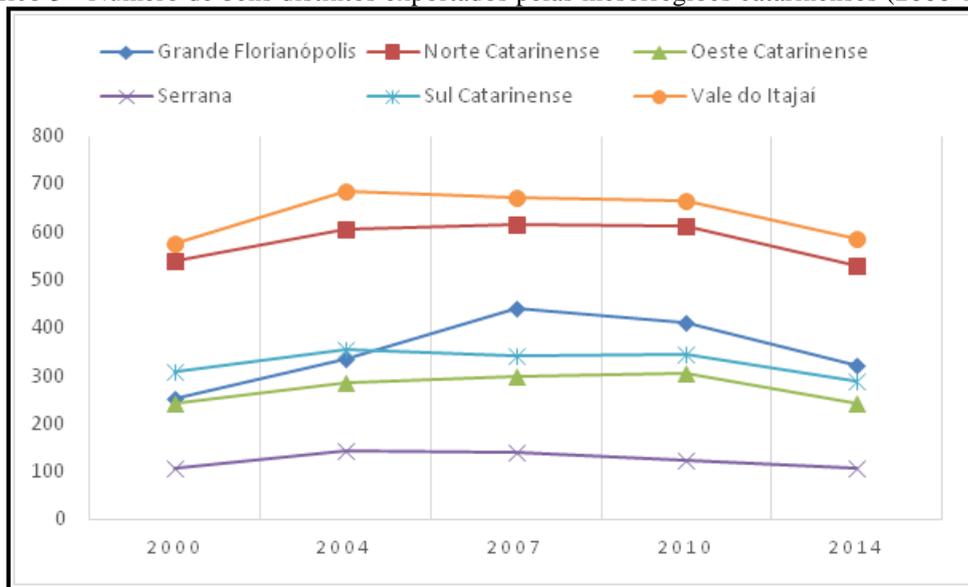


Fonte: INDI (2017).

3.3.1 Considerações gerais sobre a complexidade das mesorregiões

As regiões Vale do Itajaí e Norte Catarinense conforme indica o Gráfico 5, apresentam uma diversidade de bens superior. O índice variou no período 2000 - 2014 entre 500 a 700 bens produzidos e exportados no período. Assim, essas regiões encontram-se com diversidade maior do que a maioria dos estados brasileiros (são superadas apenas por São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul). As regiões Grande Florianópolis, Oeste Catarinense e Sul Catarinense exportam uma variedade menor entre 300 e 500 bens distintos, uma diversidade parecida com a do bloco intermediário das unidades federativas. Já a mesorregião serrana tem pauta produtiva mais concentrada com exportações entre 100 e 200 bens, o que a posiciona próxima aos estados de menor diversidade.

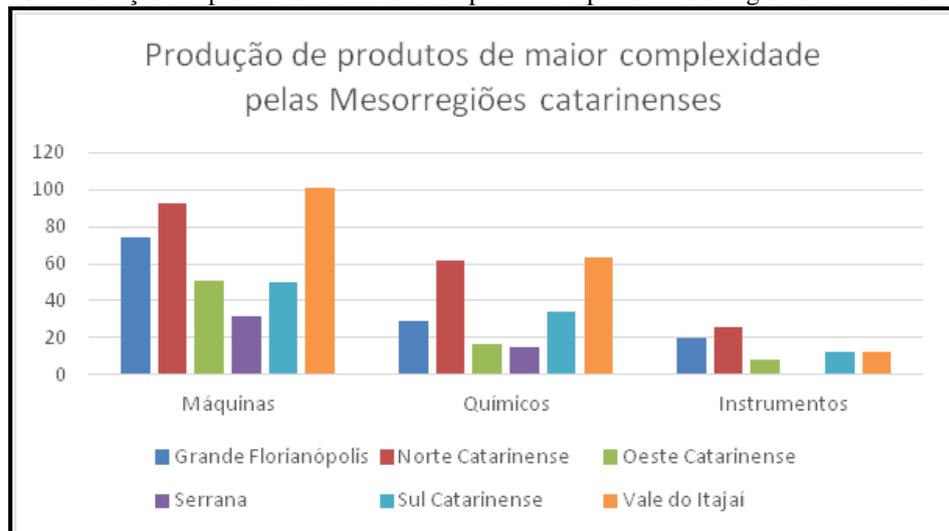
Gráfico 5 - Número de bens distintos exportados pelas mesorregiões catarinenses (2000-2014)



Fonte: INDI (2017).

Quanto à produção de maquinário e químicos novamente o Vale do Itajaí e o Norte Catarinense se destacam. A Grande Florianópolis também se destaca na produção de maquinário e instrumentos. O Vale possui um setor de instrumentos menos desenvolvido para o contexto estadual. A participação das regiões Sul, Oeste e Serrana nestes setores apresenta menor desenvolvimento, em geral, estes setores nessas regiões são pequenos e restritos a poucos produtos (INDI, 2017). O Gráfico 6 abaixo permite tal compreensão.

Gráfico 6 - Produção de produtos de maior complexidade pelas Mesorregiões catarinenses.



Fonte: Adaptado pelo autor baseado em INDI (2017).

A seguir são feitas considerações sobre cada uma das mesorregiões de Santa Catarina. Se segue a ordem alfabética.

3.3.2 Grande Florianópolis

Em 2014 a região teve participação pequena nas exportações estaduais. Exportou US\$ 172 milhões de dólares no período. Entre os principais itens exportados por Santa Catarina, expostos no item 3.1 deste capítulo a mesorregião da Grande Florianópolis possui participação relevante a nível estadual apenas na produção de artigos cerâmicos não vidrados. O item conforme já exposto apresenta baixa complexidade. Sua produção é realizada na microrregião de Tijucas (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Carne de aves constitui a principal pauta exportadora da região (PCI baixo). Este item possui produção próxima a capital, assim como de carnes em conserva. Porém, a Grande Florianópolis apresenta participação baixa nas exportações estaduais do produto (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

A região produz itens de maquinário como telefones, máquinas de processamento de têxteis, equipamentos agropecuários e outros itens de complexidade mais elevada (valores altos ou próximos a isso), além de telefones, bens de instrumentos (os de controle Automático, osciloscópios e instrumentos médicos). A maioria dos químicos produzidos na região possui complexidade baixa. A produção dos setores econômicos citados ocorre na microrregião da capital. O mesmo ocorre para a produção de granito. A industrial naval é representada pela fabricação de iates, também próxima a Florianópolis. Os calçados apresentam complexidade baixa e são produzidos na microrregião de Tijucas. As exportações da Microrregião do Tabuleiro foram quase nulas em 2014. No geral, a Mesorregião da Grande Florianópolis apresenta pequena participação nas exportações estaduais (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.3.3 Norte Catarinense

A mesorregião Norte Catarinense exportou US\$ 3,81 bilhões em 2014, valor um pouco superior a quarenta e dois por cento do total do estado naquele ano. Motores Elétricos, peças para motores, bombas de ar, petróleo refinado, soja, madeira serrada, madeira compensada, madeira perfilada, peças para veículos, outros artigos de mobiliário, transformadores elétricos, refrigeradores, papel Kraft e couros preparados são os principais bens exportados pela região e que correspondem também à boa parte das exportações catarinenses (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Os bens de alta complexidade ou próximos a isso (motores elétricos, peças para motores, bombas de ar, transformadores elétricos) possuem produção na microrregião de Joinville. A produção dos bens de madeira se concentra principalmente nas microrregiões de Canoinhas e São Bento do Sul. Canoinhas também concentra a produção de papel Kraft regional e São Bento do Sul a de artigos de mobiliário. A soja, pelo porto de São Francisco do Sul está registrada na região de Joinville, assim como o milho (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Os demais itens de maquinário também são fabricados nas proximidades de Joinville e Jaraguá do Sul (Microrregião de Joinville). Estes mantêm uma tendência de maior complexidade. O setor químico regional por outro lado é caracterizado por produtos pouco complexos, como cloretos, cloratos, sulfatos, halogênios e fertilizantes. A produção de pigmentos e produtos de farmacêuticos que apresentam complexidade mais elevada é reduzida. Estão concentrados também nas proximidades de Joinville, assim como o setor de instrumentos que tem pauta produtiva semelhante à Grande Florianópolis. Sobre os itens de transporte, neste setor peças para veículos apresentam complexidade alta e os ônibus complexidade baixa (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Outras atividades menos complexas são desenvolvidas nas microrregiões de Canoinhas (produção de erva-mate e couros) e São Bento do Sul (têxteis). Além de pouco complexos, estes produtos apresentam também pouca representação nas exportações (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.3.4 Oeste Catarinense

A participação do Oeste Catarinense nas exportações catarinenses de 2014 foi um pouco superior a 10%. As suas principais atividades econômicas estão relacionadas aos produtos de origem animal e vegetal e gêneros alimentícios. Há destaque também para a produção de artigos de madeira. A região possui participação relevante na produção de carne de aves, carne suína, linguiças, couros preparados de bovinos e equinos, artigos de carpintaria e marcenaria e gelatina, bens em geral de baixa complexidade (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

A produção de carne suína, produto de média complexidade, se dividiu naquele ano em cerca de 80% na microrregião de Concórdia e o restante na microrregião de São Miguel do Oeste. A produção de carne de aves se distribuiu principalmente entre as microrregiões de Xanxerê, Concórdia e São Miguel do Oeste. Quanto a outros artigos de mobiliário, a produção se dispersa por Joaçaba, Chapecó e São Miguel do Oeste. A produção de linguiças está historicamente localizada na microrregião de Concórdia. Os couros são fabricados na

microrregião de Joaçaba, assim como a produção de artigos de carpintaria e marcenaria. Por fim, a produção de gelatina é elaborada na microrregião de Concórdia. Todos estes itens são de baixa complexidade (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

O setor de maquinário é pouco diversificado e apresenta poucos itens de alta complexidade. Um exemplo são as máquinas de aquecimento. Este setor se encontra disperso pela região. O mesmo ocorre com o setor químico, que tem produção mais concentrada próxima a Concórdia (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.3.5 Serrana

A Mesorregião Serrana em 2014 participou de cerca de 5% das exportações de Santa Catarina. A região tem participação importante na exportação de outras carnes preparadas, papel kraft, embalagens de papel, madeira compensada e madeira Serrada, bens de baixa complexidade. A produção de papel Kraft e de outras carnes preparadas é concentrada na microrregião de Campos de Lages. Embalagens de papel se dividem entre Campos de Lages e Curitiba. Há também produção dividida para os bens de madeira. Os três setores (papel, madeira e gêneros alimentícios) correspondem juntos à cerca de noventa por cento das exportações locais. A produção de máquinas para trabalhar madeiras e colheitadeiras possui alta complexidade. Contudo, o valor exportado é baixo, pouco superior a US\$ 1 Milhão cada e está também dividida entre as duas microrregiões. Outro item de média complexidade exportado pela mesorregião serrana com valor baixo são folhas de alumínio, com produção exclusiva em Campos de Lages (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.3.6 Sul Catarinense

O sul catarinense representou cerca 7% das exportações estaduais em 2014. A participação do Sul Catarinense nas principais exportações catarinenses concentra-se principalmente em artigos cerâmicos vidrados e tabaco em rama e carne de aves. Fora isso, os principais itens exportados pela região são soja, pigmentos preparados e mel. São todos bens de complexidade baixa (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

A produção de carne de aves local está concentrada na microrregião de Criciúma com participação também da microrregião de Araranguá. Esta concentra a produção do tabaco e de mel. A soja está registrada na microrregião de Tubarão, graças ao porto de Imbituba. Juntos,

os produtos de origem animal e gêneros alimentícios concentram 62% das exportações (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

A cerâmica se encontra próxima à Criciúma e representa cerca de 11% do exportado. Máquinas e produtos químicos correspondem juntos a 10% das exportações da mesorregião. O produto pigmentos preparados apresenta média complexidade. Sua produção está concentrada próxima a Criciúma. Produtos de alta complexidade como maquinários de elevação, bombas para líquidos além de peças para veículos são produzidos principalmente em Criciúma, mas também na microrregião de Tubarão. Porém, estes apresentam valor de exportação muito baixo. A região de Tubarão lidera a produção de plásticos e borrachas, que também apresenta complexidade baixa na sua maioria. Por fim, a produção de têxteis (baixa complexidade) possui pequena participação nas exportações (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.3.7 Vale do Itajaí

O Vale do Itajaí foi a região que mais contribuiu para as exportações catarinenses em 2014, com US\$ 5,11 dólares, mais do que metade do exportado por Santa Catarina naquele ano. Entre os 25 principais itens exportados por Santa Catarina, 10 tem grande participação do Vale do Itajaí em sua produção. A região possui um setor de maquinário importante. A produção de bombas líquidas, principal produto de alta complexidade na região é concentrada em Blumenau. A região ainda abriga a produção de bens como transmissões, transformadores elétricos, aparatos de proteção e válvulas, entre outros itens complexos. Cerca de 85% da produção de maquinário produzido na região está em Blumenau ou suas proximidades. A região também abriga a produção de instrumentos médicos, além de itens de transporte complexos. O setor de químicos possui complexidade variável. Se destaca como produto de maior complexidade à Dextrina concentrada na Região de Rio do Sul (PCI próximo ao valor considerado alto) (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

Contudo, o longo dos anos 2000 se acentuou a participação de bens de origem animal e gêneros alimentícios como principal pauta exportadora regional, em conjunto estes setores representaram 76% das exportações em 2014. O bem carne de porco, de média complexidade, tem produção nas microrregiões de Itajaí e Rio do Sul. Outros tipos de carne (carnes preparadas, de aves, em conserva e linguiça) de complexidade baixa são fabricados em Itajaí e região. O tabaco é produzido em Blumenau e uma pequena parcela próxima a Ituporanga. (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

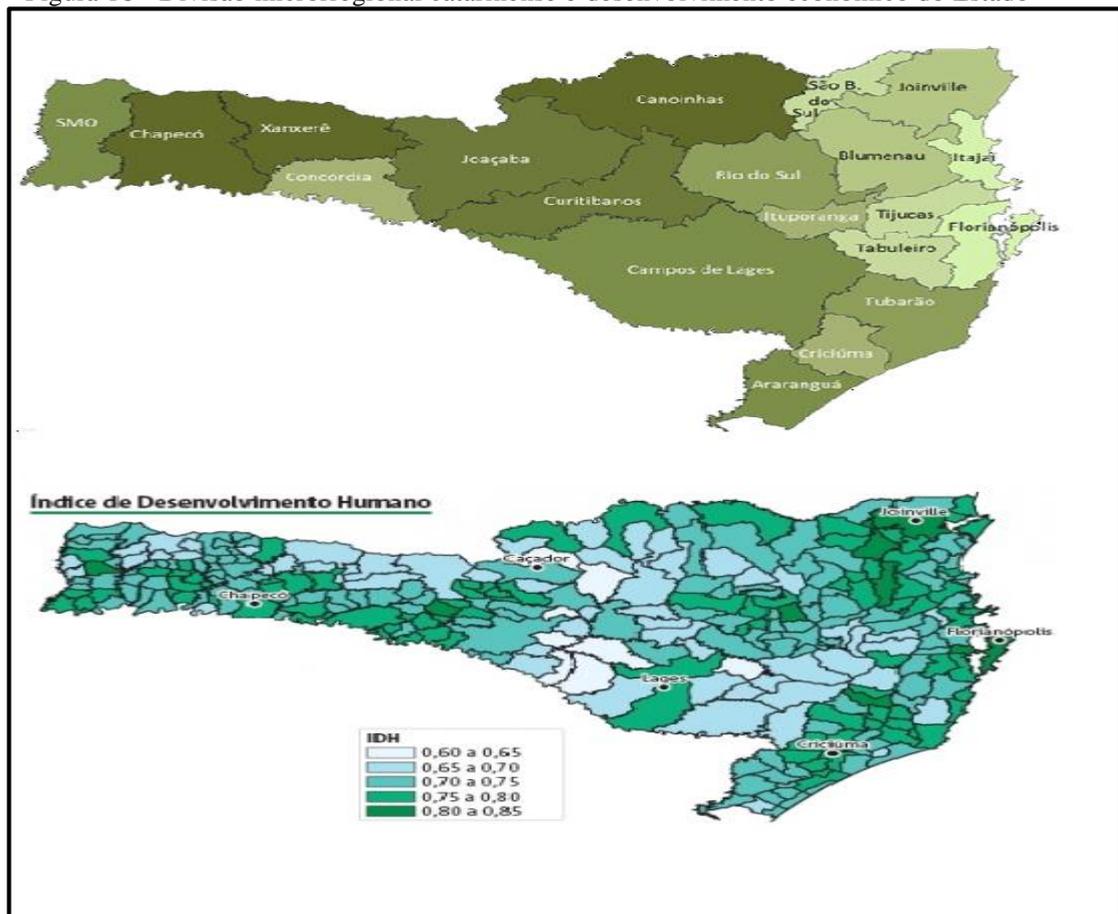
Ao mesmo tempo, ocorre redução na participação das exportações de têxteis. Seus produtos de baixa complexidade se distribuem principalmente pelas microrregiões de Itajaí e Blumenau. A produção de artigos de carpintaria e marcenaria está distribuída entre Rio do Sul e Blumenau (INDI, 2017; MIT LAB, 2017).

3.3.8 A complexidade econômica e a renda estadual

A Figura 17 apresenta a divisão microrregional do Estado, com os limites das mesorregiões delimitados, ao mesmo tempo ocorre a apresentação do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios de Santa Catarina. Um dos componentes do índice é a renda per capita local. Permite-se assim comparar o grau de complexidade econômica destas regiões com o desenvolvimento socioeconômico. As regiões de maior diversidade produtiva como o Vale do Itajaí e o Norte Catarinense apresentam desenvolvimento socioeconômico mais acentuado. Entretanto, há desigualdades evidentes dentro destas mesorregiões. As microrregiões de Joinville e Blumenau, onde ocorre a produção de bens alta complexidade, se destacam nos indicadores sociais. Ao mesmo tempo no Norte, as microrregiões de São Bento do Sul e Canoinhas possuem menor desenvolvimento. É nestas regiões que está concentrada a baixa complexidade local. No Vale, ocorre o mesmo para as microrregiões de Rio do Sul e Ituporanga.

Na Grande Florianópolis as áreas com produção mais tecnológica apresentam melhor IDH, como o entorno da capital. Há de se considerar a influência da administração pública no resultado. Os indicadores são menores nas proximidades de Tijucas e da região do Tabuleiro, locais de baixa complexidade e pouca diversidade. O Sul e Oeste possuem produção econômica mais homogênea quanto à distribuição regional dos itens fabricados. Isto também é perceptível pela distribuição semelhante do IDH, com núcleos de maior desenvolvimento próximo às cidades polo, contrastando com locais de desenvolvimento menos avançado. Por fim, os menores indicadores sociais se encontram localizados na mesorregião Serrana. Esta possui pouca diversidade produtiva e assim demonstra grande concentração de produção em poucos bens todos de baixa complexidade.

Figura 16 - Divisão microrregional catarinense e desenvolvimento econômico do Estado



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Epagri e Notícias do Dia (2017).

3.4 SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO 3

Ao final deste capítulo é possível se apresentar as seguintes considerações. A pauta exportadora de Santa Catarina é consequência da distribuição geográfica de sua produção. Esta distribuição apresenta muitas distinções.

O estado se destaca nacionalmente principalmente pela diversidade produtiva. São diversas as atividades econômicas existentes se comparando a realidade local àquela apresentada pela a maioria dos estados do Brasil. Isto resulta da grande variação econômica existente em cada região catarinense, cada qual com suas singularidades. Em âmbito regional algumas localidades catarinenses possuem maior diversidade produtiva, em especial o Norte e o Vale do Itajaí, enquanto a diversidade é restrita na Serra.

Quanto à complexidade, a produção de bens de alta complexidade se encontra restrita a poucas regiões do Estado. É resultado principalmente do processo de industrialização ocorrido no Norte do Estado a partir dos anos 1940. Assim, o Estado apresenta um setor de maquinário relativamente bem desenvolvido se comparado ao restante do país. Como se sabe,

as máquinas em geral, pela teoria de Hausmann e Hidalgo, apresentam uma complexidade mais elevada. Contudo, outros setores mais complexos como químicos, instrumentos e itens de transporte embora também bem posicionados à situação brasileira, ainda são pequenos. As demais indústrias de destaque como o setor têxtil, cuja história remonta ao século XIX e a cerâmica, de trajetória mais recente apresentam menor complexidade.

Apesar do desenvolvimento recente dos setores industriais, datado da metade do século XX, ainda é grande a dependência exportadora de produtos agrícolas ou próximos, assim como os produtos derivados da madeira possuem participação importante na economia. Novamente bens poucos complexos. Sob a óptica do emprego se constata percepção semelhante, os dados apresentados no Capítulo 1 pela FIESC (2015) permitem concluir que grande parte da mão de obra catarinense é empregada em setores de pouca complexidade como têxteis. Já sob a ótica da exportação, há a constatação de que a maior parte do valor exportado tem origem em produtos de PCI baixo.

Assim o processo histórico de desenvolvimento resulta em uma economia diversificada, mas de pouca complexidade. O bom posicionamento em relação ao restante do país resulta em melhores indicadores sociais. Já sob o olhar da situação interna se percebe que as ilhas de maior complexidade apresentam melhores indicadores socioeconômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Capítulo 1 foi apresentada a trajetória socioeconômica de Santa Catarina. A primeira abordagem visou identificar a criação e desenvolvimento dos núcleos populacionais do Estado. Se apresentou o cenário de pouco desenvolvimento local nos trezentos primeiros anos de colonização do Estado. À época poucos eram as localidades povoadas existentes em território catarinense, não havia limites geográficos delimitados, poucos eram os meios de comunicação existentes entre os povoados e por fim pouco era o interesse colonizador no desenvolvimento local.

É apenas a partir do século XIX que se intensifica a colonização do território catarinense, principalmente após a independência brasileira. É neste período que surgem inúmeras companhias e planos de colonização que se espalham por todo o território catarinense ainda não totalmente definido. Municípios importantes como Joinville e Blumenau são fundados por imigrantes. Cada região, por sua vez, apresenta colonização própria de diferente origem.

Já no século XX há a consolidação da unidade territorial através dos acordos apresentados. Posteriormente novas colônias surgem e municípios são desmembrados. A partir dos anos 1940 cresce o número de municípios até a marca de 295 apresentados a partir de 2013.

Boa parte da falta de integração regional seria consequência da quase ausência de infraestrutura. Por sua vez, isso teria reflexo também no processo de desenvolvimento econômico. Apenas no fim do século XIX e com o início da República há a preocupação e principalmente condições econômicas para planejar e executar obras de infraestrutura que permitissem interligação regional e desenvolvimento local. Assim foi nos primeiros anos republicanos, no período de intervenção federal do Estado Novo e principalmente a partir dos anos 1950 seguindo a tendência observada nacionalmente, o desenvolvimentismo. Há assim a construção de estradas, desenvolvimento das comunicações e energia, criação de empresas de suporte e maior união empresarial. O sistema de crédito à produção também se fortalece. A partir dos anos 2000 novo impulso ocorre com a melhoria da infraestrutura anteriormente estabelecida.

A falta de infraestrutura e consequente desintegração estadual tem consequência importante na economia. Com a falta de um processo colonizador planejado e efetivo, eram também poucas as atividades econômicas desenvolvidas em Santa Catarina nos primeiros séculos de colonização. Havia o cultivo de subsistência. É também a partir do século XIX que

se identifica maior atividade econômica incentivada pela colonização, que pela própria origem distinta apresentava também ideias e processos econômicos diferenciados. Inicia-se a exportação de bens agrícolas e o setor industrial nasce. Há também o desenvolvimento da atividade carbonífera entre outras. Cada uma localizada em região específica.

No século XX o processo se intensifica, com a colonização de novas regiões a economia apresenta novas atividades, como por exemplo, a agroindústria no Oeste. O tipo de capital também é modificado. Gradativamente a pequena propriedade é substituída pela concentração industrial. Em cada região, industriais de setores específicos nascem ao mesmo tempo em que outras atividades econômicas entram em decadência ou apresentam dificuldades. Ao início do século cada região catarinense, apesar da maior integração, mantém características peculiares.

No capítulo seguinte há a compreensão do desenvolvimento regional sob a ótica da pauta exportadora. A teoria de Hausmann e Hidalgo apresenta que uma sociedade desenvolvida é aquela que consegue diversificar sua economia. Há a possibilidade, pelo conhecimento adquirido pelos membros (indivíduos e empresas) desta sociedade, da produção de uma grande variedade de diferentes bens em diferentes setores econômicos. Ao mesmo tempo há uma melhoria no padrão de vida local quando além de possuir uma pauta econômica diversificada tal sociedade obtém sucesso, novamente pela distribuição de conhecimento adquirido, na produção de bens raros, que exigem técnicas mais avançadas de produção.

Tal melhoria no padrão de vida é apresentada pelo aumento da renda local no presente ou na expectativa futura. Dessa forma, economias mais diversificadas e com produção de bens mais complexos apresentam renda per capita mais elevada, como no caso da Europa Ocidental, América do Norte e parte restrita da Ásia e Oceania. Já nações africanas e da Ásia em geral apresentam uma diversidade produtiva baixa e exportam bens comuns. Isto explicaria a baixa renda apresentada por esses países. A América Latina, onde se insere o Brasil e conseqüentemente Santa Catarina, se encontra em patamar médio. Também reflexo da complexidade econômica local.

Sendo assim, no capítulo 3 se procurou dentro das limitações impostas por uma teoria de desenvolvimento recente e com poucos dados disponíveis sobre as unidades federativas brasileiras, caracterizar a economia de Santa Catarina dentro desta teoria de complexidade.

A pauta exportadora reflete o processo de desenvolvimento histórico do Estado. Há forte presença da agroindústria e seus derivados. O desenvolvimento da atividade iniciado a partir dos primeiros anos do século XX resulta hoje na importante participação entre os principais itens exportados de carnes como de aves, suína entre outras. A tradicional agricultura do estado por sua vez, com períodos de cultivo histórico de bens como mandioca e

erva-mate hoje é representada principalmente pela soja. A mais que centenária atividade extrativista resulta na grande participação dos bens de madeira e seus derivados dentro da economia estadual.

A indústria têxtil já apresentou maior participação na economia local. Todavia, desde os anos 1990, e de forma acentuada a partir dos anos 2000, vem diminuindo gradativamente seu percentual de representação. Na atualidade, nenhum bem do setor se posiciona entre aqueles de maior destaque no valor exportado. Entretanto, permanece como maior empregadora estadual. Em menor escala, o mesmo ocorre com a cerâmica local, que vem reduzindo sua importância ao menos nas exportações.

Todos estes bens tradicionais, historicamente presentes na economia de Santa Catarina, apresentam em geral uma complexidade econômica baixa, exigindo pouco conhecimento necessário para sua produção. Isto resulta na constatação, através do uso de dados, de que a economia catarinense entre seus principais produtos apresenta exportação principalmente de bens pouco complexos. Estes, responderam tanto em 2014, período mais analisado, como desde o início do século XXI pela maioria das exportações dentro dos principais itens da economia.

A busca pelo desenvolvimento de um setor de maior tecnologia data da metade do século XX. É neste período que ocorre o desenvolvimento do setor industrial eletro metal-mecânico do Norte Catarinense. As empresas do setor apresentam importante crescimento com o passar das décadas, contudo, a atividade econômica não se expande para restante do Estado. Ao mesmo tempo o setor de químicos e instrumentos, apresenta trajetória limitada, possuindo ainda desenvolvimento pequeno e com maior destaque para a baixa complexidade. Assim, Santa Catarina apresenta uma participação pequena de bens de maior complexidade dentro de suas exportações.

O estado se destaca dentro da realidade nacional, principalmente ao apresentar uma diversificação muito mais acentuada que a maioria dos estados brasileiros, produzindo e exportando uma quantidade mais significativa de bens. Está mais próxima dos estados mais desenvolvidos economicamente do país do que do restante. Tal realidade é refletida na renda média dos catarinenses. Ao considerar o bom posicionamento catarinense relacionado à complexidade econômica de sua economia, se pode compreender a também boa posição ocupada por Santa Catarina dentro do indicador de renda nacional, sendo uma das unidades federativas com renda mais elevada.

No cenário interno estadual se constata que existe grande diferenciação econômica entre as mesorregiões. Conforme já dito anteriormente, a alta complexidade se concentra

principalmente no Norte Catarinense e em parte no Vale do Itajaí. São também regiões que exportam mais e que possuem maior diversidade produtiva, com maior variedade de bens. Nas demais regiões catarinenses há a produção de bens de alta complexidade, mas em valor reduzido, o que é refletido pelas exportações. Tais regiões mantêm a dependência histórica de produtos de baixa complexidade ou até média, tanto na indústria como na agricultura. Apresentam uma diversidade produtiva menor e têm menor participação nas exportações do Estado.

Entretanto, dentro das mesorregiões também ocorrem diferenciações. No Norte e no Vale do Itajaí a atividade de alta complexidade está restrita às regiões de Joinville e Blumenau principalmente, contrastando com as demais localidades regionais. As demais microrregiões locais também apresentam complexidade e diversidade mais limitadas. Novamente, o cenário é refletido na renda regional. As regiões do Norte e do Vale do Itajaí apresentam melhores condições socioeconômicas, enquanto na mesorregião Serrana está concentrada a maior parte da pobreza estadual.

Conclui-se assim, que o Estado de Santa Catarina apresenta um desenvolvimento tardio, fortemente estimulado apenas nas últimas décadas com o impulso provocado por uma maior infraestrutura. Isso tem reflexo em uma estrutura econômica em geral de pouca complexidade. Ocorre a existência de pequenos polos de maior complexidade econômica localizados em poucos municípios do Estado. Por outro lado, Santa Catarina se apresenta bem posicionada se comparada ao restante do país, com uma diversidade produtiva considerável e maior desenvolvimento dos setores de maquinário, químicos e instrumentos, considerados em geral os mais complexos.

REFERÊNCIAS

ACAFE. **Conheça a ACAFE**. Disponível em: <<http://www.new.afe.org.br/afe/afe>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERIOR DE MINAS GERAIS (INDI). **Data Viva**. Disponível em: <<http://dataviva.info/pt/about/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Data Viva: Acre**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/1ac/?app=1>>. Acesso em: 25 abr.2017.

_____. **Data Viva: Amapá**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/1ap/?app=1>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Data Viva: Grande Florianópolis**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/1am/?app=2>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Data Viva: Pará**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/1pa/?app=2>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Data Viva: Rondônia**. Disponível em: <<http://legacydataviva.info/pt/profiles/bra/1ro/?app=2>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Data Viva: Roraima**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/1rr/?app=2>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Data Viva: Tocantins**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/1to/?app=2>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Data Viva: Alagoas**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/2al/?app=2>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Data Viva: Bahia**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/2ba/?app=2>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Data Viva: Ceará**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/2ce/?app=2>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Data Viva: Maranhão**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/5sc00/?app=2>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Data Viva: Grande Florianópolis**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/2ma/?app=2>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Data Viva: Paraíba**. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/2pb/?app=2>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Piauí. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/2pi/?app=2>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/2rn/?app=2>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Sergipe. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/2se/?app=2>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Distrito Federal. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/3df/?app=2>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Goiás. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/3go/?app=2>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/3ms/?app=2>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Mato Grosso. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/3mt/?app=2>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** São Paulo. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/4sp/?app=2>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/4sp/?app=2>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Minas Gerais. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/4sp/?app=2>>. Acesso em: 28 maio 2017.

_____. **Data Viva:** Espírito Santo. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/4sp/?app=2>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/5sc/?app=2>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Santa Catarina. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/5sc/?app=2>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Paraná. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/5pr/?app=2>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. **Data Viva:** Norte Catarinense. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/5sc00/?app=2>>. Acesso em: 02 maio 2017.

_____. **Data Viva:** Sul Catarinense. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/5sc00/?app=2>>. Acesso em: 02 maio 2017.

_____. **Data Viva:** Serrana. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/5sc00/?app=2>>. Acesso em: 02 maio 2017.

_____. **Data Viva:** Vale do Itajaí. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/5sc00/?app=2>>. Acesso em: 02 maio 2017.

_____. **Data Viva:** Grande Florianópolis. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/5sc00/?app=2>>. Acesso em: 02 maio 2017.

_____. **Data Viva:** Oeste Catarinense. Disponível em: <<http://legacy.dataviva.info/pt/profiles/bra/5sc00/?app=2>>. Acesso em: 02 maio 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CÍVIL. **Lista de Aeródromos Brasileiros.** Disponível em: <www2.anac.gov.br/arquivos/pdf/aerodromos/AerodromosPublicos.xls>. Acesso em: 10 maio 2017.

ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Um aspecto da economia de Santa Catarina:** a indústria ervateira – o estudo da Companhia Industrial. Florianópolis: UFSC, 1979.

AMBONI, Nerio. **O Caso CRECRISA S.A:** uma aprendizagem que deu certo. 1997. 502 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77230>>. Acesso em: 10 maio 2017.

ARTEFAMA. **A empresa.** Disponível em: <<http://www.artefama.com.br/empresa>>. Acesso em: 10 maio 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC). **Relatório final CPI do Procape.** XXXIII volumes. Florianópolis (SC): 1984. 3.447p.

AURORA ALIMENTOS. **Sobre a Aurora.** Disponível em: <<http://www.auroraalimentos.com.br/sobre/aurora>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BADESC. **Linhas de Crédito.** Disponível em: <http://www.badesc.gov.br/linha_prodec.jsp>. Acesso em: 10 maio 2017.

BAER, Mônica. **O rumo perdido:** a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: 1993.

BENETTI, Estela. Missão de SC vai ao Japão para eventos sobre carne suína. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24 jun. 2013. p. 01-01. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/estelabenetti/2013/06/24/missao-de-sc-vai-ao-japao-para-eventos-sobre-carne-suina/?topo=77>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

BISPO, Fábio. Principal ligação entre as regiões do Estado, BR-282 lidera o ranking de mortes em SC. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 19 mai. 2013. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/br-282-lidera-o-ranking-de-mortes-no-estado>>. Acesso em: 09 maio 2017.

BORGES, Caroline. Desapropriações afetam obras de duplicação nas BR-280 e 470. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 11 ago. 2016. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/08/desapropriacoes-afetam-obras-de-duplicacao-nas-br-280-e-470-7243035.html>>. Acesso em: 09 maio 2017.

BRASIL. Lei Nº 12029 de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm>. Acesso em: 09 maio 2017.

_____. Lei Nº 3849 de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3849.htm>. Acesso em: 09 maio 2017.

_____. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 09 maio 2017.

BRF. **BRF amplia fábrica em Santa Catarina.** Disponível em: <<http://revistabrf.com.br/brf-amplia-fabrica-em-santa-catarina/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

BUDDEMEYER. **A empresa.** Disponível em: <<http://www.buddemeyer.com.br/a-empresa/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BUNGE. **Nossa história.** Disponível em: <http://www.bunge.com.br/Bunge/?page_id=3210>. Acesso em: 25 maio 2017.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

CAMPOS et al. Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina. In: VIEIRA, P.F. (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: APED, 2002.

CARIO, S.A.F. Esforços e capacidade tecnológicas e inovativas. In: CARIO, S.A.F. et al. (Coord.). **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva.** Blumenau: Novo Era Editora, 2008. P. 546-553.

CARIO, Silvio A.F. et al (Org.). **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva.** Blumenau: Nova Letra, 2008.

CELESC. **Perfil.** Disponível em: <<http://www.celesc.com.br/portal/index.php/celesc-holding/perfil-holding>>. Acesso em: 10 maio 2017.

CHEVROLET. **GM Inaugura a fábrica sustentável de Joinville (SC).** Disponível em: <<http://www.chevrolet.com.br/noticias/gm-inaugura-a-fabrica-sustentavel-de-joinville--sc.html>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

CIDASC. **Cidasc: Uma história em defesa da Agropecuária de SC.** 2013. Disponível em: <<http://www.cidasc.sc.gov.br/blog/2013/03/12/cidasc-uma-historia-em-defesa-da-agropecuaria-de-sc/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

CIA CANOINHAS DE PAPEL. **A empresa.** Disponível em: <<http://www.canoinhas.com.br/?pg=empresa>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

CIA HERING. **História da empresa.** Disponível em: <<http://www.ciahering.com.br/clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/07/universal-leaf-tabacos-anuncia-fechamento-da-unidade-de-joinville-4216722.html>>. Acesso em: 10 maio 2017.

CONSÓRCIO ITÁ. **História do Empreendimento.** Disponível em: <http://www.consorcioita.com.br/paginas/visualizar/obra_ano_a_ano/#conteudo>. Acesso em: 10 maio 2017.

CONSÓRCIO MACHADINHO. **O Consórcio.** Disponível em: <<http://www.machadinho.com.br/novo/institucional.php?cod=70>>. Acesso em: 10 maio 2017.

CONTINENTAL TOBACCO. **Institucional.** Disponível em: <<http://www.cta.desenvolvimento-humano-nos-munic-pios.html>>. Acesso em: 25 maio 2017.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da industria catarinense: um exemplo para o Brasil.** Florianópolis: Paralelo 27, 1992. 295p.

DALLA COSTA, Armando. Brasil Foods: a fusão entre Perdigão e Sadia. **Economia & Tecnologia**, Ano 05, Vol. 17, Abr./Jun. 2009. ISSN 2238-1988. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27274/18177>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM DE SANTA CATARINA (DER/SC). Síntese das realizações físicas por ano civil e por períodos de governo. Florianópolis, 1999.

DÖHLER SA. **Institucional.** Disponível em: <<http://www.dohler.com.br/institucional/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense: bandeirantes e tropeiros do “Sertão de Curitiba”.** Florianópolis: Laudes, 1973.

ELIANE REVESTIMENTOS. **Linha do tempo.** Disponível em: <<http://www.eliane.com/institucional/linha-do-tempo>>. Acesso em: 10 maio 2017.

EPAGRI. **A empresa.** Disponível em: <http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=5767>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Panorama Microrregional.** Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br/>>

ETTORE, Júlio. BMW inaugura sua 1ª fábrica no Brasil, em Araquari, SC. **Portal G1**, Florianópolis, 09 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santacatarina/noticia/2014/10/bmw-inaugura-sua-1-fabrica-no-brasil-em-araquari-sc.html>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

EXAME. JBS e Marfrig assinam transferência da Seara Brasil. **Revista Exame**, São Paulo, 01 ago. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/jbs-e-marfrig-assinam-transferencia-da-seara-brasil/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

FACHINELLO, Arlei Luiz; DOS SANTOS FILHO, Jonas Irineu. Agricultura e agroindústria catarinenses: panorama, impasses e perspectivas do sistema agropecuário. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (Org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Nova Letra, 2010. p. 29-62.

FERROVIA TEREZA CRISTINA. **História da Estrada de Ferro no sul de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://ftc.com.br/a-empresa/historia>>. Acesso em: 25 mar. 2017. FIESC (Santa Catarina). **Santa Catarina em dados 2014**. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/25_set_sc_dados_2014_em_baixa_para_site.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. **Aeroporto Serafim Ennos Bertaso Chapecó**. Disponível em: <www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUUSR01qVTRPQT09>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Institucional**. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/Institucional/info/conhe-a-a-fiesc-1>. Acesso em: 08 maio 2017.

_____. **Santa Catarina em Dados 2009**. Florianópolis: Fiesc, 2009. Disponível em: <http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_2009.pdf?_ga=2.262910860.1653017686.1496612811-453978524.1494033404>. Acesso em: 9 maio 2017.

_____. **Santa Catarina em Dados 2015**. Florianópolis: Fiesc, 2015. Disponível em: <http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_site_correto.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

FISHER. **Conheça a Fisher**. Disponível em: <http://www.fischer.com.br/conheca-a-fischer/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA. **Histórico do Empreendimento**. Disponível em: <<http://www.fozdochapeco.com.br/historico/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

FRAMEPORT. **A empresa**. Disponível em: <http://www.frameport.com.br/Institucional_hist.html>. Acesso em: 10 maio 2017.

FURB. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/1317/institucional/a-furb/nossa-historia>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

GAZZONI, Marina. O fim de uma história centenária na indústria têxtil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 ago. 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-fim-de-uma-historia-centenaria-na-industria-textil-imp-,1063072>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. JBS compra a Agrovêneto e avança em aves. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,jbs-compra-a-agroveneto-e-avanca-em-aves-imp-,956190>>. Acesso em: 10 maio 2017.

GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da Erva Mate**. 2013. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107480/318857.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

GOULARTI FILHO, Alcides A estrada Dona Francisca na Formação Econômica de Santa Catarina. **História Revista**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 171-196, jun. 2014. ISSN 1984-4530. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/30515>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

_____. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

_____. Formação Econômica do Brasil: uma tentativa de síntese. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (Org.). **A socioeconômica catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Nova Letra, 2010. p. 29-62.

_____. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p.627-660, jun. 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2096/2478>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. A Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande na formação econômica regional em Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 103-128, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2009v24n48p103>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

_____. **Formação econômica de Santa Catarina**. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 431 p. ISBN 9788532807496.

_____. **Portos, ferrovias e navegação em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

GOULARTI FILHO, A; MORAES, F. F. A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes. **Dimensões: Revista de História da UFES**, v. 31, p. 159-182, 2013.

GRUPO RBS. **BR 101-Duplicação**. Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especiais/diversos/popup_br101_duplica_ja_intro.htm>. Acesso em: 09 maio 2017.

GUARARAPÉS. **A empresa**. Disponível em: <<http://www.canoinhas.com.br/?pg=empresa>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

HARVARD. **The Atlas of Economic Complexity**. Disponível em: <<http://atlas.cid.harvard.edu/about/>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

HAUSMANN, Ricardo et al. **The Atlas of Economic Complexity: Mapping paths to Prosperity**. Boston: Harvard Center for International Development, 2011. Disponível em: <<http://atlas.cid.harvard.edu/book/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987; 334 p.

HIDALGO, C. A.; HAUSMANN, R. The building blocks of economic complexity. **Proceedings of The National Academy of Sciences**, [s.l.], v. 106, n. 26, p.10570-10575, 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1073/pnas.0900943106>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

INFRAERO. **Aeroporto de Florianópolis**. 2. Disponível em: <<http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-internacional-de-florianopolis-hercilio-luz/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Aeroporto de Joinville**. 2. Disponível em: <<http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-de-joinville-lauro-carneiro-de-loyola/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Aeroporto de Navegantes**. 2. Disponível em: <<http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-internacional-de-navegantes-ministro-victor-konder/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados populacionais Santa Catarina**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

_____. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_rm_zip.shtm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Balneário Camboriú**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420200>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Blumenau**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420240>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Brusque**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=420290>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Chapecó**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420420>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Criciúma**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420460>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS - RJ/DRB/Divisao_regional_v01.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2017.

_____. **Florianópolis**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420540>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Itajaí**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420820>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Jaraguá do Sul**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420890>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Joinville**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420910>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Lages**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=420930>>. Acesso em: 10 abr. 2017

_____. **São José**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=421660>>. Acesso em: 10 abr. 2017

_____. **Tubarão**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=421870>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

KLABIN. **Linha do tempo**. Disponível em: <<https://www.klabin.com.br/pt/a-klabin/memoria-klabin/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 10 maio 2017.
linha-do-tempo>. Acesso em: 10 maio 2017.

LEGO GROUP. **The Lego Group History**. Disponível em: <https://www.lego.com/en-us/aboutus/lego-group/the_lego_history>. Acesso em: 08 abr. 2017.

LOETZ, Cláudio; KRAMER, Vandrê. Entenda como o sonho da BMW em SC se tornou realidade. **A Notícia**, Joinville, 21 out. 2012. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/10/entenda-como-o-sonho-da-bmw-em-sc-se-tornou-realidade-3925029.html>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

MACHADO, Pedro. Universal Leaf Tabacos anuncia fechamento da unidade de Joinville. **A Notícia**, Florianópolis, 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/07/universal-leaf-tabacos-anuncia-fechamento-da-unidade-de-joinville-4216722.html>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MARISOL. **Histórico e desenvolvimento das atividades da Marisol**. Disponível em: <http://www.marisolsa.com.br/relacao_investidores/opa/Hist%C3%B3rico%20e%20desenvolvimento%20das%20atividades%20da%20Marisol.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MATHIAS, Letícia. Santa Catarina chega a 100% de municípios com acessos pavimentados. **Notícias do dia**, Florianópolis, 27 mar. 2014. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/santa-catarina-tem-todos-os-municipios-com-acessos-pavimentados>. Acesso em: 13 abr. 2017.

MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (Org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina: Nova Dimensão**. Florianópolis: Lunardelli, 1973. 448 p.

METALURGICA FEY. **Quem somos.** Disponível em: <<http://www.fey.com.br/web/quem-somos>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MIT LAB (Estados Unidos) (Org.). **Observatório de Complexidade Econômica.** Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/resources/about/>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** ranking. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/rankings/hs92/2014/?depth=4>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** ranking. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/rankings/country/2014/>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** Alemanha. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/deu/>>. Acesso em: 16 maio 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** Brasil. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/bra/>>. Acesso em: 16 maio 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** Nigéria. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/nga/>>. Acesso em: 16 maio 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** carne de aves. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/0207/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** soja. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/1201//>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** motores elétricos. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/8501/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** tabaco cru. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/2401//>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** carne de porco. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/0203/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** peças de motores. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/8409//>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** bombas de ar. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/8414/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** outras carnes preparadas. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/1602/>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** carnes em conserva. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/0210/>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** outros artigos de mobiliário. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/9403/>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** papel Kraft. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/4804/>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** artigos de carpintaria e marcenaria. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/4418/>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** madeira compensada. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/4412/>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** artigos cerâmicos vidrados. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/6908/>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** madeira serrada. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/4407/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** transformadores elétricos. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/8504/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** peças para veículos. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/8708/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** petróleo refinado. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/2710/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** linguiças. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/1601/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** bombas líquidas. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/8413/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** couros preparados de bovinos e equídeos. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/4101/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** gelatina. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/3503/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** refrigeradores. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/8418/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** embalagem de papel. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/4819/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Observatório de Complexidade Econômica:** madeira perfilada. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/hs92/4409/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto; BINOTTO, Paula A. Caracterização Geral da Economia Regional. In: CARIO, Silvio A.f. et al (Org.). **Economia de Santa Catarina:** inserção industrial e dinâmica competitiva. Blumenau: Nova Letra, 2008. Cap. 01. p. 23-64.

MULLER. **Institucional**. Disponível em: <http://www.mueller.ind.br/institucional/linha-do-tempo?pt>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ufsc, 1983.

PNUD. **Atlas Brasil 2013: Mapas ilustrativos do desenvolvimento humano nos municípios**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2013/07/29/atlas-brasil-2013-mapas-ilustrativos-dodesenvolvimento-humano-nos-munic-pios.html>. Acesso em: 25 maio 2017.

PORTO DE IMBITUBA. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.portodeimbituba.com.br/site/quem-somos/?id=1>. Acesso em: 10 maio 2017.

PORTO DE ITAJAÍ. **Histórico**. Disponível em: <http://www.portoitajai.com.br/novo/c/historia>. Acesso em: 10 maio 2017.

PORTOBELLO. **Sobre a empresa**. Disponível em: <https://www.portobello.com.br/pt-BR/novoportal/sobre/259012>. Acesso em: 10 maio 2017.

PREMIUM TABACOS. **Produção**. Disponível em: <http://www.premiumbrazil.com.br/presscenter/articles/2013/07/29/atlas-brasil-2013-mapas-ilustrativos-do-producao/producao.php>. Acesso em: 10 maio 2017.

QUINTILHANO, Diogo. **Transporte Aéreo de Cargas em Santa Catarina: Desenvolvimento e Perspectivas**. 2014. 302 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128609/328877.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 maio 2017.

SANTA CATARINA (Estado). Governador (1966-1970: Silveira). Mensagem do governador Ivo Silveira. Florianópolis, 1970.

_____. Secretaria de Planejamento. Resposta à Carta dos catarinenses: governo Esperidião Amin: 4 anos. Florianópolis, 1987.

_____. Lei Complementar Nº 381 de 7 de maio de 2007. Florianópolis, Disponível em: http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao/Correlata/Reforma_Administrativa/2007_Lei_Complementar_N_381_de_07_de_maio_de_2007.pdf. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. Lei N 9885 de 19 de julho de 1995. Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina – FADESC. Florianópolis, Disponível em: http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/1995/lei_95_9885.htm. Acesso em: 03 maio 2017.

SANTANGELO, Tatiana. **Análise dos procedimentos ambientais na duplicação da BR-101, trecho divisa PR/SC-Entroncamento BR-280**. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SCRIVANO, Roberta. JBS compra negócio de aves da americana Tyson Foods por US\$ 575 milhões. **O Globo**, São Paulo, jul. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo>>.

SEARA. **Homepage**. Disponível em: <<http://www.seara.com.br/seara>>. Acesso em: 10 maio 2017.

SEARA. **Homepage**. Disponível em: <<http://www.seara.com.br/seara>>. Acesso em: 10 maio 2017.

SEBRAE. **Santa Catarina em números**. 2013. Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal Sebrae/Anexos/Relatorio Estadual.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio%20Estadual.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SENADO FEDERAL. **O II PND e os programas de desenvolvimento regional no estado de Santa Catarina: estudos e debates V**. Brasília: Senado Federal/ Comissão de Assuntos Regionais, 1975. 266p.

SILVA, Anderson. Empresa suíça vence leilão e administrará o aeroporto de Florianópolis por 30 anos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/03/empresa-suica-vence-leilao-e-administrara-o-aeroporto-de-florianopolis-por-30-anos-9749664.html>>. Acesso em: 10 maio 2017.

SOUSA, Octávio Tarquínio. **Colecção documentos brasileiros: Tratado de Madrid, 13 de janeiro de 1750**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939. 19 v. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0015/6395/05_Tratado_de_Madrid_1750.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

THOMÉ, Rafael. Santa Catarina elabora plano para redução das desigualdades regionais. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 12 dez. 2015. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/santa-catarina-elabora-plano-para-reducao-das-desigualdades-regionais>>. Acesso em: 10 maio 2017.

TIGRE. **Linha do tempo**. Disponível em: <<http://www.tigre.com.br/memoria-tigre/linha-do-tempo>>. Acesso em: 10 maio 2017.

TUPY. **História**. Disponível em: <<http://www.tupy.com.br/portugues/empresa/historia.php>>. Acesso em: 10 maio 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Udesc). **Udesc 50 anos**. Florianópolis: Editora Udesc, 2015. Disponível em: <http://www.ceavi.udesc.br/agencia/arquivos/13068/files/revistaUdesc50anos_VERSAOCORRETA.pdf>. Acesso em: 09 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Estrutura**. Disponível em: <estrutura.ufsc.br/campi>. Acesso em: 09 maio 2017.

VOSSKO. **A empresa**. Disponível em: <<http://vosskodobrasil.web2146.uni5.net/web/quem-somos>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

ZEN S.A. **Homepage**. Disponível em: <<http://www.zensa.com.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.